Pregão Eletrônico

▪ Visualização de Recursos, Contra-Razões e Decisões

RECURSO :

ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO RESPONSÁVEL PELO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 037/2019 - PMB

Referência – Processo nº 84/2018

LIMPAR LIMPEZA E CONSERVAÇÃO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.775.721/0001-85, estabelecida na Rua José Marcelino de Oliveira, Passagem Bom Jardim nº 2, sala A, bairro Centro, Ananindeua/PA, neste ato representado por seu sócio administrador, Sr. JULIO CESAR SOARES FURRIEL, brasileiro, portador da cédula de identidade nº 1783457 SSP/PA, inscrito no CPF/MF sob o nº 522.385.207-91 vem, perante Vossa Senhoria apresentar a presente
RAZÃO RECURSAL

Contra a decisão que recusou a proposta da recorrente a realização da aceitação da proposta tendo como critério prioritário o menor preço por posto de trabalho, pelas razões de fato e de direito a seguir expostas:

I - DA TEMPESTIVIDADE

Inicialmente, antes mesmo de adentrar ao mérito desta peça administrativa, cumpre-nos ressaltar que conforme o disposto no art. 4º, inciso XVIII da Lei Federal 10.520/2002, a empresa ora recorrente, apresentou, de forma imediata e motivada, em campo próprio do sistema operacionalizador deste certame, sua intenção de recorrer, qual fora sabiamente aceita por este Ilustre Pregoeiro, sendo concedido o prazo de 3 dias para a apresentação destas razões, nos termos do item 13.1 do Edital.

Desta forma, considerando que o prazo recursal fora iniciado aos dias 22.05.2019, estas razões recursais são tempestivas se protocoladas até as 23h59min59seg de 27.05.2019, conforme o registrado na ata de sessão pública.

II – BREVE SÍNTESE DOS FATOS

A licitação supracitada tem por objeto o registro de Preços em Ata, para futura e eventual contratação de pessoa jurídica para a prestação de serviços na área de limpeza, asseio e conservação, de natureza contínua, incluindo a disponibilização de mão de obra qualificada com fornecimento de produtos saneantes domissanitários, materiais e equipamentos e demais insumos de limpeza e higienização além dos equipamentos necessários à execução dos serviços, para atender as Secretarias, Prédios Administrativos e Entidades que compõe a Prefeitura Municipal de Belém, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

Após a convocação dos anexos de proposta, o pregoeiro recusou a proposta da recorrente por vícios meramente formais; realizou a aceitação das propostas tendo por critério o menor preço por posto, em total desconsideração aos cálculos de produtividade exigidos no edital o que, por consequência, acarretou a divergência do quantitativo de funcionários com a produtividade ofertada, fulminando o julgamento objetivo do certame, conforme discorreremos nesta peça.

III – DA PORMENORIZAÇÃO DOS FATOS E DAS PREVISÕES LEGAIS ACERCA DO DIREITO DA REQUERENTE

De forma a permitir uma leitura mais organizada por parte deste pregoeiro, discorreremos a matéria de fato por tópico.

3.1. Da recusa da proposta da recorrente por vícios formais. Quebra da isonomia entre os licitantes.

A proposta da recorrente foi desclassificada por mero erro formal, pela ausência de informações que estão conditas no sistema e em demais declarações apresentadas pela empresa.

Por ocasião do cadastro as propostas no sistema operacionalizador dos pregões eletrônicos, como condição sine qua non, as licitantes devem preencher as declarações obrigatórias no sistema, declarações estas que possuem pleno valor legal.

Dentre estas consta a declaração de concordância de todas as exigências e termos do edital, o que pressupõe, por óbvio, sujeição à todas as normas editalícias.

De maneira totalmente desarrazoada, a Administração recusou a proposta da recorrente, sem sequer permitir correção destes vícios formais, como fez com outras licitantes, a exemplo da empresa LIDERANÇA LIMPEZA E CONSERVAÇÃO LTDA à qual foi concedida a possibilidade de reelaboração de proposta, para o lote 3.

Qual a razão técnica adotada pelo pregoeiro para diligenciar um erro formal com uma empresa e simplesmente negar tal possibilidade para outra?

Tal conduta infringe o julgamento objetivo previsto no art. 3º da Lei 8.666/93, abaixo transcrita:

Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

Ora, o erro formal não vicia e nem torna inválido o documento. Haverá um erro formal no documento quando for possível, pelo contexto e pelas circunstâncias, identificar a coisa e validar o ato. Dessa maneira, se a declaração é feita de forma diferente da exigida, mas alcançou os objetivos pretendidos ou a finalidade essencial, reputar-se-á válido, como no caso da declaração de concordância plena aos termos edital. Segundo o princípio da instrumentalidade considerar-se-á válido um documento que, embora produzido de forma diferente da exigida, ainda assim, atingir a finalidade pretendida.

Isto posto, o mero erro formal a ausência das informações na parte final da proposta, com a existência das informações idôneas em outras declarações, somada ao fato da realização de diligências para sanar erros com outras licitantes, quebrando a objetividade do julgamento, torna necessária a revisão da decisão sob pena de macular os demais atos decorrentes.

3.2. Quebra do critério de julgamento do edital. Desatendimento às exigências da IN 002/2008.

De acordo com o item 8.1 do edital, o critério deste certame é o menor preço por lote, tendo como parâmetro do custo por m², ou excepcionalmente, o custo por posto conforme transcrição abaixo:

8.1. O Pregoeiro efetuará o julgamento das Propostas de Preços de acordo com as exigências contidas no Edital e seus Anexos, pelo critério de MENOR PREÇO POR LOTE, tendo como parâmetro o custo por m² ou excepcionalmente o custo por Posto de Trabalho, podendo encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta diretamente ao licitante que tenha apresentado o lance de menor valor, para que seja obtido preço melhor, bem assim, decidir sobre sua aceitação.

O mesmo é reforçado no item 8.2 do edital, conforme transcrição abaixo:

8.2. Para efeito de composição final do preço a empresa interessada deverá considerar os valores unitários por m² ou excepcionalmente por Posto de Trabalho, sendo que o preço deverá incluir todas as despesas com salários, leis sociais, leis trabalhistas, seguros, impostos, taxas e contribuições, transportes, alimentação, treinamento, despesas administrativas, lucro e demais insumos necessários à sua composição.

Registra-se, portanto, que o critério de aceitação de propostas adotado como prioritário pelo pregoeiro foi o menor preço por posto, especialmente considerando que a IN 005/2017 – que estabelece a utilização de m² para serviços de limpeza – admite a utilização do critério por posto de serviço somente nas metragens que estão abaixo do mínimo estabelecido, como no exemplo de um imóvel cuja área interna é de 300 m² e a produtividade mínima é de 800 m², caso em que fica autorizada a administração a utilizar, excepcionalmente, o critério por posto de serviço, o que lamentavelmente não fez este pregoeiro ao considerar o critério de posto como regra de instrução. Ao analisar o anexo VI-B da IN 005/2017, temos o estabelecimento dos padrões mínimos de produtividade para este serviço, assim nos informa:

1. Deverão constar do Projeto Básico na contratação de serviços de limpeza e conservação, além dos demais requisitos dispostos nesta Instrução Normativa:

- a) áreas internas, áreas externas, esquadrias externas, fachadas envidraçadas e áreas hospitalares e assemelhadas, classificadas segundo as características dos serviços a serem executados, periodicidade, turnos e jornada de trabalho necessários etc;
- b) produtividade mínima a ser considerada para cada categoria profissional envolvida, expressa em termos de área física por jornada de trabalho ou relação de serventes por encarregado;
- c) exigências de sustentabilidade ambiental na execução do serviço, conforme o disposto no Caderno de Logística;
- e
- d) faixa referencial de produtividade, delimitando o intervalo no qual será dispensada a necessidade de comprovação de exequibilidade.

2. Os serviços serão contratados com base na área física a ser limpa, estabelecendo-se uma estimativa do custo por metro quadrado, observadas a peculiaridade, a produtividade, a periodicidade e a frequência de cada tipo de serviço e das condições do local objeto da contratação.

2.1. Os órgãos e entidades deverão utilizar as experiências e os parâmetros aferidos e resultantes de seus contratos anteriores para definir as produtividades da mão de obra, em face das características das áreas a serem limpas, buscando sempre fatores econômicos favoráveis à Administração Pública.

3. Nas condições usuais serão adotados índices de produtividade por servente em jornada de oito horas diárias, de acordo com os seguintes parâmetros:

3.1. Áreas Internas:

- a) Pisos acarpetados: 800 m² a 1200 m²;
- b) Pisos frios: 800 m² a 1200 m²;
- c) Laboratórios: 360 m² a 450 m²;
- d) Almojarifados/galpões: 1500 m² a 2500 m²;
- e) Oficinas: 1200 m² a 1800 m²;
- f) Áreas com espaços livres - saguão, hall e salão: 1000 m² a 1500 m²; e
- g) Banheiros: 200 m² a 300 m².

3.2. Áreas Externas:

- a) Pisos pavimentados adjacentes/contíguos às edificações: 1800 m² a 2700 m²;
- b) Varrição de passeios e arruamentos: 6000 m² a 9000 m²;
- c) Pátios e áreas verdes com alta frequência: 1800 m² a 2700 m²;
- d) Pátios e áreas verdes com média frequência: 1800 m² a 2700 m²;
- e) Pátios e áreas verdes com baixa frequência: 1800 m² a 2700 m²; e
- f) coleta de detritos em pátios e áreas verdes com frequência diária: 100.000 m².

3.3. Esquadrias Externas:

- a) face externa com exposição a situação de risco: 130 m² a 160 m²;
- b) face externa sem exposição a situação de risco: 300 m² a 380 m²; e
- c) face interna: 300 m² a 380 m².

3.4. Fachadas Envidraçadas: 130 m² a 160 m², observada a periodicidade prevista no Projeto Básico;

e

3.5. Áreas Hospitalares e assemelhadas: 360 m² a 450 m².

Nos temos do item 3.3 do termo de referência, o dimensionamento da mão de obra destinada à execução dos serviços de limpeza, higienização e conservação das instalações e bens móveis a serem realizados nas instalações físicas das secretarias e demais entidades administrativas operacionais da Prefeitura Municipal de Belém, considerará o m², que é a unidade de medida da prestação de serviço, o regime de trabalho das entidades pertencentes a PMB, da forma

disposta no anexo VI-B DA IN Nº 05/2017 e suas alterações, conforme apresentados na tabela i a seguir:

3.3. O dimensionamento da mão de obra, destinada a execução dos serviços de limpeza, higienização e conservação das instalações e bens móveis a serem realizados nas instalações físicas das Secretarias e demais Entidades Administrativas Operacionais da PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM, considerará m², que é a unidade de medida da prestação do referido serviço, o regime de trabalho das entidades pertencentes a PMB, da forma disposta no ANEXO VI-B da IN nº 05/2017 e suas alterações, conforme apresentados na TABELA I a seguir.

O pregoeiro e equipe de apoio não seguiram o Edital e seus anexos, do PE 37/2019, uma vez que, aceitou todas as propostas por posto de serviço e desclassificou as propostas apresentadas por m², ou seja, DESCONSIDEROU completamente a produtividade demonstrada em edital.

A Unidade de medida imposta no edital é M², a forma de pagamento será pela área do m² a ser limpa, e a comissão de licitação realizou a aceitação por posto de serviço. Sobre o assunto consta na IN nº 005/2017- MPOG que é firme em seus conceitos ao afirmar os critérios para o cálculo da produtividade da execução dos serviços.

Ao não proceder de acordo com os ditames da IN supracitada, a administração permitiu a divergência no quantitativo de funcionários, o que acarreta a desconformidade no cálculo, eis que a fora apresentada, como base de cálculo a produtividade de 800M² para área interna, no entanto, para o estabelecimento de quantidade de funcionários no item 3.6 do termo de referência, utilizou a produtividade máxima de 1200M², ocasionando divergências na hora da elaboração das propostas para todos os licitantes,

Tal equívoco, além de descumprir as normativas constantes no próprio edital, acarretará um severo prejuízo para a administração que não contará com um serviço adequado.

Por fim, ao analisar o item 19 do termo de referência, temos que as planilhas referentes à composição de custo deverão estar em consonância com as contidas na Portaria nº 213 de 25 de setembro de 2017 do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão e Convenção Coletiva de Trabalho 2018/2019, Termo aditivo à Convenção Coletiva de Trabalho 2018/2019 - SINELPA e seus anexos e seu Termo Aditivo nº PA000047/2019 e seus anexos, conforme transcrição abaixo:

19.1. As planilhas referentes à composição dos custos, ANEXO B - COMPOSIÇÃO DE CUSTOS, deste Termo de Referência, é a formação de preços dos serviços a serem contratados deverão estar em consonância com as contidas na Portaria nº 213 de 25 de setembro de 2017 do Ministério do Planejamento Desenvolvimento e Gestão e CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2018/2019, TERMO ADITIVO A CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2018/2019 - SINELPA e seus anexos.

Atente, ilustre pregoeiro que a utilização do critério por posto, acarreta inclusive o prejuízo quanto à análise de exequibilidade da proposta, haja vista que os parâmetros de cálculo das propostas é totalmente diverso, impedindo que este pregoeiro realize, com eficácia, a análise de aceitação dos preços.

E por outro viés, a oferta de preços notadamente inexecutáveis, segundo os critérios de produtividade da IN supracitada, além de descumprir o edital, colocou o preço ofertado licitante a posição de vantajosidade em comparação com as demais, eis que não foram previstos todos os custos de materiais de qualidade - como pretende a Administração.

IV - DOS PEDIDOS

Ante o que se expôs, requer-se:

- a) O conhecimento e o recebimento desta peça recursal pelo cumprimento dos seus requisitos de admissibilidade;
- b) No mérito a procedência total deste recurso com base nos seguintes fundamentos supracitados
- c) Na improvável hipótese de indeferimento deste, requer-se a imediata remessa à autoridade superior para deliberação nos termos da Lei Federal 10.520/2002; Decreto Federal 3.555/2000; Decreto Federal nº 5.450/2005

Termos em que,

Pede e espera deferimento.

Belém, 27 de maio de 2019

LIMPAR LIMPEZA E CONSERVAÇÃO LTDA

Sr. Júlio Cesar Soares Furriel

Fechar

Pregão Eletrônico

Visualização de Recursos, Contra-Razões e Decisões

RECURSO :

ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 37/2019

REF.: Recurso Administrativo – INTERPOSIÇÃO.

PRESTA CONSTRUTORA E SERVIÇOS GERAIS - EIRELI, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 02.282.245/0001-84, estabelecida à Rua João de Souza Climaco Quadra 4 Lote 29 – Parque Trindade II – Aparecida de Goiânia/Goiás, neste ato representada por seu Diretor Sr. Raul Silva Figueroa Mendonça, brasileiro, divorciado, empresário, residente e domiciliado em Aparecida de Goiânia-GO, vem, respeitosamente, com fulcro no Art. 26 do Decreto Federal nº. 5.450/2005, Art. 4º, XVIII e 9º, da Lei nº. 10.520/2002, c/c o Art. 109, I, “a” da Lei nº. 8.666/1993 e do item 11 do Edital, inconformada com as decisões levadas a efeito nos autos da licitação em apreço, interpor o presente RECURSO ADMINISTRATIVO, pelos fundamentos de fato e de direito a seguir articulados:

I – DA TEMPESTIVIDADE

Antes de passar a discorrer ponto a ponto sobre o objeto do vertente recurso, o que será argumentado na narração dos fatos e dos direitos da recorrente, sobreleva-se ressaltar que a norma processual administrativa aplicável ao caso em tela (Decreto Federal nº. 5.450/2005) dispõe, em seu Art. 26, que qualquer licitante poderá, durante a sessão pública, manifestar sua intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de três dias para apresentar suas razões recursais. “in verbis”:

“Art. 26. Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá, durante a sessão pública, de forma imediata e motivada, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de três dias para apresentar as razões do recurso, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contra-razões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses”. (g.n.)

Verifica-se, portanto, que a legislação supra é similar ao Direito Processual, entendendo-se que a parte necessita, sob pena de decadência, manifestar seu interesse recursal, após a declaração do vencedor, quando será oportunizado o prazo para apresentação de suas razões por escrito. Dita disposição é repetida nos itens editalícios em comento.

Consoante o disposto no Art. 110, da Lei Federal nº. 8.666/1993, na contagem dos prazos estabelecidos, exclui-se o dia de início e inclui-se o dia de vencimento.

Nesse passo, a recorrente externou sua intenção de recurso no dia 22 de maio de 2019, que deve ser excluído para a contagem do trintídio legal. Resta, portanto, o dia 27 de maio de 2019, como terceiro dia útil para a apresentação do apelo. Portanto, inteira e claramente demonstrada a tempestividade do apelo.

II – DA SINOPSE DO PROCESSO LICITATÓRIO – ESCOPO DAS IRREGULARIDADES / ILEGALIDADES

Por meio do Edital do Pregão Eletrônico em referência foi instaurado procedimento licitatório, na conformidade com a titulação epigrafada e conforme especificações contidas no Edital em referência.

O presente Pregão tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA ÁREA DE LIMPEZA, ASSEIO E CONSERVAÇÃO, de natureza contínua, incluindo a disponibilização de mão de obra qualificada com fornecimento de produtos saneantes domissanitários, materiais e equipamentos e demais insumos de limpeza e higienização além dos equipamentos necessários à execução dos serviços, para atender as Secretarias, Prédios Administrativos e Entidades que compõe a PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM.

Como é sabido, em procedimentos licitatórios, por força de acórdãos consolidados do TCU, a desclassificação de proposta sem ao menos haver diligências é equívoco.

“2546/2015-TCU-Plenário-Rel. Min. André de Carvalho: A existência de erros materiais ou de omissões nas propostas e planilhas de custos e preços das licitantes não enseja a desclassificação antecipada das respectivas propostas, devendo a Administração contratante realizar diligências junto às licitantes para a devida correção das falhas, desde que não seja alterado o valor global proposto. Cabe à licitante suportar o ônus decorrente do seu erro, no caso de a Administração considerar executável a proposta apresentada.”

Noutro giro pelo certame, verificamos que o pregoeiro oportunizou outras empresas fazerem correções quanto a suas propostas, isso fere o princípio da isonomia que é uma base das regras gerais da licitação.

Além do fato se verificarmos no chat, a empresa teve sua proposta e planilha aceitas em uma das fases, e habilitada pelo fato de cumprirmos todas as exigências do referido edital.

Acontecido uma vez a fase de aceitação da proposta e planilhas de preços das arrematantes, é visto ao pregoeiro a continuidade do pregão para a fase de habilitação.

“Pregoeiro 10/05/2019 11:27:55 Para PRESTA CONSTRUTORA E SERVICOS GERAIS EIRELI - Conforme NÃO

manifestação quando convocado/chamado através do chat Comprasnet, informo que sua proposta foi aceita pela área técnica para o Lote 8 e que na reabertura do certame, hoje dia 10/05/2019, às 14h00 (horário de Brasília/DF) convocaremos o senhor para envio dos Documentos de Habilitação. Atentar para os documentos exigidos."

Como podemos ver nossa proposta já havia sido aceita, no qual isso já passaria para a fase de habilitação e como pode verificar cumpriríamos todas as cláusulas do edital.

Em outro giro pelas normas da licitação, vemos que o pregão eletrônico tem fases: Credenciamento, Cadastramento de Proposta, Lances, Aceitação de Proposta e Aceitação de Habilitação, Recursos, Adjudicação e Homologação.

Visto que chegarmos em uma fase, não há o por que de retornar para procurar itens para desclassificar, ou fazer um novo julgamento onde já havia um parecer técnico.

DA LEGALIDADE

O princípio da legalidade representa uma garantia aos administrados, pois qualquer Ato da Administração pública só terá validade se respaldado em lei, em acepções amplas.

Ademais, o princípio da Legalidade encontra-se expressamente disposto em nossa Constituição Federal nos seguintes artigos:

Art 5º- Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

II - ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei;

Art. 37 - A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:
(grifo nosso).

Destarte, o Princípio da legalidade aparece simultaneamente como um limite e como uma garantia ao mesmo tempo, contudo, o administrador não pode fazer o que bem entender na busca do interesse público, ou seja, tem que agir segundo as determinações legais, assim nos define Hely Lopes Meirelles e Diogenes Gasparini . Vejamos:

"A legalidade, como princípio de administração (CF, art. 37, caput), significa que o administrador público está, em toda a sua atividade funcional, sujeito aos mandamentos da lei e às exigências do bem comum, e deles não se pode afastar ou desviar, sob pena de praticar ato inválido e expor-se a responsabilidade disciplinar, civil e criminal, conforme o caso".

"O princípio da legalidade significa estar a Administração Pública, em toda a sua atividade, presa aos mandamentos da lei, deles não se podendo afastar, sob pena de invalidade do ato e responsabilidade de seu autor. Qualquer ação estatal sem o correspondente calço legal, ou que exceda ao âmbito demarcado pela lei, é injurídica e expõe-se a anulação. Seu campo de ação, como se vê, é bem menor que o do particular.

Portanto, sob pena de invalidade deve o procedimento administrativo estar em acordo com a norma que o rege, onde deles não se pode afastar ou desviar. Outrora, não podendo a Administração dispor contrariamente.

III – DOS PEDIDOS

Diante do exposto requer a Vossa Senhoria:

A) Seja reconsiderada, in totum, a decisão que desclassificou a proposta da empresa PRESTA CONSTRUTORA E SERVIÇOS GERAIS – EIRELI, e aceite a proposta e documentação já encaminhados no certame, declarando-a vencedora;

B) Acaso seja mantida a decisão recorrida – o que se admite apenas por cautela – que seja remetido o processo, instruído com a presente insurgência à autoridade hierárquica superior, conforme estabelece o Art. 8º, inciso IV, do Decreto nº. 5.450/2005, c/c o Art. 109, §4º, do Estatuto das Licitações, aplicado subsidiariamente ao presente caso, havendo de ser acolhido e provido, em todos os seus termos o presente RECURSO, reformando-se as decisões "a quo", como requerido;

C) De qualquer sorte, que o presente RECURSO ADMINISTRATIVO seja recebido no seu efeito suspensivo, consoante diciona o parágrafo 2º, do já citado Art. 109, da legislação específica, que c/c os Arts. 8º, inciso V e 27, do Decreto nº. 5.450/2005, amparam o presente pedido;

D) Seja provido, em todos os seus termos, o presente recurso, e por isso atendidos os seus pedidos, para imposição e prevalência da lei, da doutrina e dos princípios da moralidade administrativa, a publicidade, a ampla defesa e a legalidade, afastando-se, em consequência disso, o abjeto cerceio dessa mesma defesa, o que é nefasto para ambas as partes, na atual democracia em que vivemos.

Termos em que, pede deferimento.

Fechar

Pregão Eletrônico

▪ Visualização de Recursos, Contra-Razões e Decisões

RECURSO :

Rio de Janeiro, 27 de maio de 2019

Ilustríssimo Senhor Presidente e equipe da Comissão de Licitação da Secretaria Municipal de Coordenação Geral do Planejamento e Gestão – SEGEP, da Prefeitura Municipal de Belém.

REF.: PREGÃO ELETRÔNICO - PE- Nº 37/2019 – Lote 8

LEGAL SOLUÇÕES CORPORATIVAS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 14.935.553/0001-40, com sede à Rua Araguaia, 265, sala 311 - Freguesia, Jacarepaguá - Rio de Janeiro/RJ, empresa participante do processo licitatório em referência, neste ato representada por seu sócio gerente RICARDO LEMOS DOS SANTOS, vem por meio desta com base nos dispositivos das Leis Federais nº 8.666/93 e nº 10.520/02, e tendo em vista a concessão de prazo concedida por essa ilustre comissão, apresentar seu

RECURSO ADMINISTRATIVO

contra a decisão proferida na data de 08/05/2019, às 14:26:52, que inabilitou a empresa LEGAL SOLUÇÕES CORPORATIVAS LTDA e conseqüentemente contra todas as decisões posteriores para o referido lote 8, tendo em vista que o erro de avaliação e julgamento, comprometem, conforme será amplamente explicitado, todos os atos posteriores, baseado no exposto a seguir:

1 – SÍNTESE DA DECISÃO ADOTADA

Em primeiro lugar, sintetizamos os registros constantes na ata eletrônica do referido pregão, onde esta douta comissão alega incapacidade técnica por parte da recorrente, tendo em vista que os atestados apresentados utilizariam quantidade de postos de trabalho como unidade de medidas.

2 – DISPOSITIVOS CONSTANTES NO EDITAL QUE POR SI SÓ REFUTAM A DECISÃO

Sem qualquer outra alegação por parte desta conceituada comissão para inabilitar a ora recorrente, passamos então a discorrer nossos argumentos, lançando luz primeiramente em alguns dispositivos constantes no próprio edital, que autoexplicativos que são demonstram que os atestados apresentados pela recorrente suprem fartamente a comprovação de capacidade técnica:

2.1 – Iniciemos com a leitura do item 10.3.4 do edital (QUALIFICAÇÃO TÉCNICA), onde consta: “a) Atestado de Capacidade Técnica fornecida por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a empresa licitante desempenhou ou desempenha atividade pertinente e compatível em características ao objeto da licitação”. (Grifo nosso)

2.2 – Em seguida e combinado com o acima transcrito, vejamos o que consta no preâmbulo do edital: “...O presente termo de referência tem por objeto o registro de preços para a futura e eventual contratação de pessoa jurídica para a prestação de serviços na área de limpeza, asseio e conservação, de natureza contínua, incluindo a disponibilização de mão de obra qualificada com fornecimento de produtos saneantes domissanitários, materiais e equipamentos e demais insumos de limpeza e higienização além dos equipamentos necessários à execução dos serviços em regime de empreitada por preço UNITÁRIO, para atender as Secretarias, prédios administrativos e Entidades que compõe a Prefeitura Municipal de Belém, conforme definido neste Termo de Referência e seus anexos...” (grifos nossos).

2.3 – Por fim, para concluirmos o ciclo das primeiras avaliações focadas inicialmente nos próprios dispositivos do edital, iluminemos o Anexo A do referido edital (Planilha Orçamentária), que de forma inequívoca, traduz todos os termos contratuais à unidade de medida e demonstra o “preço unitário” mencionado no grifo acima, deixando claro que o mesmo se trata de preço unitário mensal, por postos de trabalho, indicando a quantidade de postos de trabalho para cada um dos 9 lotes a serem contratados.

Ou seja, dos itens acima, avaliando de forma bem superficial e preliminar o próprio edital e seus anexos, fica claro de forma inequívoca que atestados de prestação de serviço por gestão de postos de serviços são perfeitamente suficientes capazes de demonstrar que a ora recorrente detêm toda capacidade para gerenciar os serviços que serão contratados a partir do objeto licitatório em tela, pois conforme os próprios textos grifados a execução do serviço consiste na disponibilização de mão de obra (maior complexidade) e fornecimento de materiais (praticamente nenhuma complexidade), sendo que nesse pormenor a recorrente apresentou atestado onde comprovou ter gerenciado mais de 100 postos de trabalho simultaneamente.

3 – LEGISLAÇÃO PERTINENTE

Mesmo acreditando ser desnecessário, pois estamos convictos que essa douta comissão conhece todos os dispositivos legais que regem a matéria;

3.1 – Chamamos atenção apenas para o conteúdo da IN SEGES/MP n. 5/2017, que instrui com clareza a forma como os entes públicos devem aferir a capacidade técnica de empresas participantes quanto à forma de comprovação da capacidade técnica quando da contratação de serviços com mão de obra contínua e dedicada, deixando claro que a empresa está apta a empresa que comprovar tempo mínimo de gestão de postos de trabalho, bem como quantidade mínima de gestão de pessoal, sendo certo que os atestados apresentados atendem à esses mínimos exigidos.

3.2 – Além disso, com relação ao princípio da amplitude da competição, a Constituição Federal em seu art. 37, XXI, explicita o princípio da amplitude da competição ao restringir as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações. A amplitude da disputa garante a competitividade e viabiliza a contratação do bem perseguido em um determinado certame licitatório pelo melhor preço. Desta sorte, a licitação busca, ao fim de toda cadeia sequencial de atos e formalismos alcançar proposta mais proveitosa, vantajosa ou, também, menos gravosa à Administração e é para este aspecto que deve ser direcionado o certame.

Neste aspecto, se é certo que o princípio da livre concorrência não poderá ensejar a contratação de pessoas inábeis pra pactuar com esta Secretaria; não menos certo é que toda e qualquer limitação de competitividade (mormente a desclassificação da possível melhor proposta) deverá ser não só fundamentada, como proporcional e razoável, fato que evita abuso e rigorismos vazios que impeçam a melhor contratação. Assim, o processo administrativo licitatório será eficaz sempre que a Administração conseguir, ao seu término, obter a melhor proposta e, convenhamos, quanto maior for o número de propostas idôneas, maior serão as chances efetivas em se alcançar o tal desiderato.

4 – DECISÕES ANTERIORES PARA ASSUNTOS SEMELHANTES

Como é de se esperar, essa não é a primeira vez que um equívoco como esse (atribuir falta de capacidade técnica a uma empresa perfeitamente capaz de executar o objeto de um determinado contrato) acontece. Dessa forma para reforçar a revisão da decisão que temos plena convicção será adotada por essa comissão apresentamos alguns acórdãos que mostram decisões acertadas já tomadas anteriormente e que servem para nortear as relações atuais em licitações semelhantes:

4.1 - Acórdão 1.140/2005-Plenário:

"Deve-se ter em mente que este Tribunal tem precedentes no sentido de que a compatibilidade entre os serviços anteriores e o serviço licitado deve ser entendida como condição de similaridade e não de igualdade."

4.2 - Acórdão 1.214/2013 – Plenário:

"111. Nesse ponto, parece residir a principal discussão a ser enfrentada – que espécie de aptidão deve ser requerida para a execução de contratos de serviços de natureza continuada, em que esteja caracterizada cessão de mão de obra. (...)

114. O que importa é perceber que a habilidade das contratadas na gestão da mão de obra, nesses casos, é realmente muito mais relevante para a Administração do que a aptidão técnica para a execução dos serviços, inclusive porque estes apresentam normalmente pouca complexidade. Ou seja, nesses contratos, dada a natureza dos serviços, interessa à Administração certificar-se de que a contratada é capaz de recrutar e manter pessoal capacitado e honrar os compromissos trabalhistas, previdenciários e fiscais. É situação muito diversa de um contrato que envolva complexidade técnica, como uma obra, ou de um contrato de fornecimento de bens, em que a capacidade pode ser medida tomando-se como referência a dimensão do objeto – que serve muito bem o parâmetro de 50% usualmente adotado."

4.3 - Acórdão 744/2015 – 2ª Câmara:

"1.7.1. nos certames para contratar serviços terceirizados, em regra, os atestados de capacidade técnica devem comprovar a habilidade da licitante em gestão de mão de obra, e não a aptidão relativa à atividade a ser contratada, como ocorrido no pregão eletrônico (...);

1.7.2. nos casos excepcionais que fujam a essa regra, devem ser apresentadas as justificativas fundamentadas para a exigência, ainda na fase interna da licitação, nos termos do art. 16, inciso I, da IN 02/08 STLI;"

5 – DO PRINCÍPIO DA ECONOMICIDADE

Inserimos esse ponto também sabendo que essa douta comissão detém todo o conhecimento do assunto, mas os equívocos de avaliação da capacidade técnica acabam por ferir a economicidade do certame, e para relembrarmos de sua importância, invocamos os comentários do mestre Marçal Justen Filho, que assim nos ensina sobre esse mérito: "A economicidade consiste em considerar a atividade administrativa sob o prisma econômico. Como os recursos públicos são extremamente escassos, é imperioso que sua utilização produza os melhores resultados econômicos, do ponto de vista quantitativo e qualitativo. Há dever de eficiência gerencial que recai sobre o agente público. Ele tem o dever de buscar todas as informações pertinentes ao problema enfrentado. Como regra a seleção da alternativa far-se-á em face dos benefícios potenciais de natureza econômica e dos riscos envolvidos. Quanto maiores os benefícios econômicos, tanto mais intenso será o dever de adotá-lo. O princípio da economicidade adquire grande relevo na disciplina do exercício das competências discricionárias atribuídas ao Estado. O legislador não se encontra em condições de definir, de antemão, a solução mais adequada em face da economicidade. Há escolhas que somente poderão ser adotadas no caso concreto, tendo em vista as circunstâncias específicas, variáveis em face das peculiaridades. Por isso a lei remete à escolha ao Administrador, atribuindo margem de liberdade que permite a satisfação do princípio da economicidade. Sob esse ângulo, a discricionariedade resulta (também) do princípio da economicidade. Ainda que outros fundamentos condicionem a instituição da discricionariedade, é impossível considerar a liberdade do agente administrativo de modo dissociado da economicidade. Concede-se liberdade ao agente administrativo precisamente para assegurar que opte pela melhor solução possível, em face do caso concreto."

(Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos – Marçal Justen Filho – 8ª Edição –pag. 73"

6 – JULGAMENTO DIFERENTE NO MESMO PROCESSO LICITATÓRIO

Tendo exposto todos os argumentos, jurisprudências e legislações acima, estamos convictos de que essa douta comissão perceberá que a decisão de inabilitar a empresa ora recorrente, foi realmente apenas um equívoco, que poderá ser revisto e reformado, em busca do julgamento justo do presente certame. Isso porque:

6.1 – Em primeiro lugar o atestado emitido pela empresa LAND já demonstra em seu item 2 que a empresa prestou serviços (com postos de trabalho) de copa e manutenção interna.

6.2 – Além disso, de forma acertada essa comissão, em seu julgamento proferido no item 6, declarou como vencedora a empresa TOP PRYME, cujos atestados apresentados para comprovar sua capacidade técnica, são muito semelhantes aos apresentados pela empresa ora recorrente, ou seja, atestados de serviços contínuos com fornecimento de mão de obra dedicada, prestados EXATAMENTE nos mesmos moldes dos contratos que prestamos e dos quais apresentamos os atestados, ou seja, serviços contínuos, com fornecimento de mão e obra e com preços unitários por postos de trabalho.

CONCLUSÃO

Diante de todo o exposto, e lembrando que além de apresentar todos os documentos compatíveis com os exigidos no edital, apresentamos ainda contrato de prestação de serviços de limpeza, de maneira que não resta dúvida que o objetivo de comprovar a capacidade técnica foi alcançado, e a declaração de inabilitação da ora recorrente, foi nada mais que um equívoco desta comissão, que certamente perceberá e adotará as medidas necessárias para sanar tal equívoco, até por que já demonstrou sua ampla capacidade de julgamento, através da decisão proferida em outro lote do referido certame.

PEDIDO

Por fim, PEDIMOS que no extremo improvável caso de os argumentos aqui claramente apresentados não convençam esta comissão a reformar sua decisão, que os faça subir à Autoridade Superior, para apreciação e julgamento, nos termos da Lei em vigor

N. Termos

P. Deferimento

LEGAL SOLUÇÕES CORPORATIVAS LTDA

Ricardo Lemos dos Santos

Sócio Gerente

encaminhado também para o e-mail registrado no edital

Fechar

Pregão Eletrônico

▪ Visualização de Recursos, Contra-Razões e Decisões

RECURSO :

Ilustríssimo Senhor José Guedes da Costa Júnior, DD. Presidente da Comissão de Licitação da Secretaria Municipal de Coordenação Geral do Planejamento e Gestão – SEGEP,

PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 37/2019
Processo nº 84/2018

AMAZÔNIA CLEAN LIMPEZA E CONSERVAÇÃO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob n. 10.587.618/0001-53, com sede sito à Rua Antonio Bezerra Falcão, n. 2016, CEP n. 67.200-000, Marituba/Pa, neste ato representada pela Sócia-Administradora REGINA NORMA VINAGRE DE CAMPOS, brasileira, paraense, viúva, administradora, Rg n. 1372266 –SSP/Pa, CPF n. 049.229.212/49, residente e domiciliada à Av. Marques de Herval, Passagem São Benedito, n. 63, Pedreira, Belém/Pa, vem, tempestivamente, nos termos do art. 26 do Decreto Federal n. 5.450/2007 e com fulcro no art. 4º, incisos XVIII, XIX, XX e XXI, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 c/c o § 4º do Art. 109 da Lei 8.666/93, à presença de Vossa Senhoria, a fim de interpor RECURSO ADMINISTRATIVO, contra a decisão dessa digna Comissão de Licitação que recusou a proposta da Recorrente após a declaração de conformidade da fase de habilitação, demonstrando os motivos de seu inconformismo pelas razões em anexo articuladas, requerendo, desde já, a remessa do Recurso à autoridade superior da SEGEP para o seu regular processamento, com a respectiva intimação das partes recorridas para, se assim desejar, oferecer contrarrazões.

Nestes Termos,
P. Deferimento.

Belém, 27 de maio de 2019.

Amazônia Clean Ltda
REGINA NORMA VINAGRE DE CAMPOS
Sócia-Administradora

Excelentíssima Senhora Secretaria Municipal de Coordenação Geral do Planejamento e Gestão – SEGEP

PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 37/2019
Processo nº 84/2018

1. DOS FATOS e DO DIREITO:

A empresa Recorrente credenciou-se no certame Licitatório na modalidade Pregão n. 37/2019 para CONTRATAÇÃO de empresa especializada na prestação de serviços na área de limpeza, asseio e conservação, de natureza contínua, incluindo a disponibilização de mão de obra qualificada com fornecimento de produtos saneantes domissanitários, materiais e equipamentos e demais insumos de limpeza e higienização além dos equipamentos necessários à execução dos serviços, para atender as Secretarias, Prédios Administrativos e Entidades que compõe a PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

A Recorrente é empresa especializada nesse tipo de serviço e apresentou sua proposta para o Lote n. 09, sendo registrado no chat, dia 29ABR2019, às 15h35m38s, que a proposta para o lote 9 foi analisada pela área técnica, e conforme parecer técnico, com manifestação da necessidade de correção de erros de arredondamento de multiplicação para que a proposta seja aceita e passaremos para a fase de habilitação.

No dia 30ABR2019, às 14h52m37s, a Recorrente foi contatada via chat e comunicada que a proposta para o lote 9 foi aceita pela área técnica. Na oportunidade houve consulta pela preferência entre o lote 9 e o 5, tendo a recorrente manifestado interesse em permanecer no lote 9. No mesmo instante, às 14h56m14s, o Sr. Pregoeiro anunciou que passaria para a fase de habilitação. Minutos depois, às 14h58m24s, o Sr. Pregoeiro convocou a Recorrente para encaminhar os documentos de habilitação em até 02 (duas) horas úteis através da convocação de anexo no sistema comprasnet. Interessante anotar que o Sr. Pregoeiro buscando alcançar a máxima efetividade ao pregão, consignou no sistema que caso a empresa tenha algum documento ou certidão vencida ou não incluída no SICAF, o mesmo deverá ser enviado nesse momento.

A Recorrente, tempestivamente, apresentou todos os documentos previstos no item 10 do edital e no curso do recebimento e análise desses documentos, o Sr. Pregoeiro realizou diversas consultas e solicitou complementação e esclarecimentos de documentos e em 30ABR2019, às 16h03m07s, convocou, na forma do item 12 do Edital, a Recorrente para no prazo de 3 (três) dias úteis apresentar a proposta de preços e documentos de habilitação, em original ou cópias autenticadas, ou seja, até aquela fase pela conferência realizada pelo chat, o Sr Pregoeiro atestou que todos os documentos apresentados estavam de acordo com a previsão editalícia.

A partir dessa convocação, a Recorrente fora varias vezes acionada para manifestação quanto a troca de lotes, tendo algumas vezes se posicionado pela negativa e em outras não se manifestou, porém sempre esteve atenta a todos os chamados do Pregoeiro.

Em 06MAI2019, às 15h50m37s, o Sr. Pregoeiro atestou que o Recorrente possuía proposta vencedora para o Lote 9 e que a convocação para envio dos originais foram recebidos em tempo hábil. A consulta quanto a troca de lotes, pode ser verificada nos dias 07 e 10 de maio de 2019. Não e por demais ressaltar que a fase 10, dos envios dos documentos, somente ocorre após o pregoeiro certificar que todos os documentos da proposta e habilitação estão em conformidade com o Edital. A apresentação dos originais ou copias autenticadas fomenta encerra a fase pelo confronto e atesto dos documentos anteriormente analisados pelo modo eletrônico.

Nada obstante, em 10MAI2019, às 14h36m14s, a Recorrente foi surpreendida com a comunicação da Recusa da Proposta, sob a alegação que a proposta de preços para o lote não se encontrava em conformidade com o exigido no Edital, não constando declarações, início dos serviços, dentre outras.

A Recorrente então formulou consulta a comissão de licitação sobre quais documentos que apresentaram desconformidade com o edital e procurou informações sobre os motivos pelos quais essas inconformidades não foram suscitadas no chat, como vinha ocorrendo com as demais licitantes que a todo momento eram chamados via chat para esclarecimentos e correção de documentos. A comissão informou que por diversas vezes realizou

chamada no chat e a empresa Recorrente não respondeu. Que tentou contato telefônico, mas não obteve sucesso. Com efeito, a verificação minuciosa de todas as conversas no chat revela inexistir qualquer chamada mensagem para que a Recorrente pudesse corrigir algum documento apresentada que apresentava desconformidade com o Edital.

Registre-se que esse procedimento de diligenciar a fim de esclarecer ou completar a instrução do processo é conduzida que se impõe como medida salutar que visa assegurar a competitividade pelo maior número de ofertas e a possibilidade de saneamentos de falhas, complementação de insuficiências ou ainda a correção formal da documentação exigida é, igualmente, medida que se impõe para fortalecer o princípio isonomia, tão bem aplicada em todo o curso do presente pregão, onde foram oportunizados a todos a notificação, via chat, para correção e complementação de documentos já existentes.

Tratando-se de licitação, deve prevalecer sempre a interpretação que favoreça a ampliação de disputa entre os interessados, de modo a não comprometer o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação, como assim tem entendido o Tribunal Federal da 4ª Região:

ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA. LICITAÇÃO. BANCO DO BRASIL. PRINCÍPIO DA RAZOABILIDADE. EQUÍVOCO NA ENTREGA DE DOCUMENTO. POSSIBILIDADE DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO PREVISTA NO EDITAL. INTERPRETAÇÃO. 1. Pelo princípio da razoabilidade, fundamentado nos mesmos preceitos dos princípios da legalidade e finalidade (artigos 5º, II, LXIX, 37 e 84 da CF/88), as exigências administrativas devem ser aptas a cumprir os fins a que se destinam. Hipótese em que o ato da autoridade coatora mostra-se desproporcional à finalidade pretendida, já que o equívoco na apresentação da certidão negativa de débitos trabalhistas, não deve ensejar a desclassificação da licitante, considerando que o edital prevê a possibilidade de prorrogação do prazo para regularização da documentação fiscal, devendo ser estendido também para a documentação trabalhista. 2. Tratando-se de licitação, deve prevalecer sempre a interpretação que favoreça a ampliação de disputa entre os interessados, de modo a não comprometer o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação. 3. Remessa oficial improvida. (Grifos nossos). (TRF 4, Remessa Necessária Cível nº 5040521-11.2014.4.04.7000, Órgão Julgador: 3ª Turma, Relator: Fernando Quadros da Silva, DJ: 10/06/2015).5.7

A Lei 8.666/1993 que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências, estabelece no art. 3º que:

A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

Nesse sentido, verifica-se que o objetivo do procedimento licitatório é selecionar a melhor proposta para a administração pública. No caso em questão, de acordo com a área técnica, a empresa Recorrente que atendeu aos requisitos do edital, foi considerada mais vantajosa para o certame e atendeu a todos os requisitos de habilitação solicitados no Edital.

É no mínimo estranho, satisfeitos todos esses requisitos, conforme registrado no sistema comprasnet, que a empresa tivesse sua habilitação desclassificada por falta de documentos, onde sequer foi contatada para eventual correção dos documentos já acostados na forma e no prazo do item n. 12.

Portanto desclassificar a proposta da empresa Recorrente sem que lhe tenha sido oportunizada, como para todos os demais assim se realizou, a solicitação de correção e/ou esclarecimentos e/ou complementação da instrução do processo, importa em se aceitar que o Sr. pregoeiro agiu com extremo rigor, afastando-se assim do principal objetivo da administração que é sempre na busca da melhor proposta, aquela que atenda aos requisitos do edital e ainda que seja a mais vantajosa para administração, é o que se depreende da leitura do argumento abaixo:

"Nas lições de José dos Santos Carvalho Filho, o "princípio do formalismo procedimental" passa a noção de que as regras procedimentais adotadas para a licitação devem seguir parâmetros estabelecidos na lei, não sendo lícito aos administradores subvertê-los a seu juízo.

3. Todavia, é preciso atentar para que, no cumprimento desse princípio, não se peque pelo "formalismo", consistente no apego exacerbado à forma e à formalidade, a implicar à absoluta frustração da finalidade precípua do certame, que é a de selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração Pública. (grifo nosso)

4. Não são raros os casos em que, por um julgamento objetivo, porém, com apego literal ao texto da lei ou do ato convocatório, se excluem licitantes ou se descartam propostas que, potencialmente, representariam o melhor contrato para a Administração.

5. Para se evitar situações como essas no curso dos procedimentos licitatórios deve-se interpretar a Lei e o Edital como veiculando "exigências instrumentais", expressão muito bem colocada por Marçal Justen Filho. É dizer, o certame não se presta a verificar a habilidade dos envolvidos em conduzir-se do modo mais conforme ao texto da lei, mas sim, a bem da verdade, a verificar se o licitante cumpre os requisitos de idoneidade e se sua proposta é satisfatória e vantajosa para a Administração." (grifo nosso). Texto Extraído de: TOSCANO, Fabricio Santos. Princípio do procedimento formal e formalismo . Revista Jus Navigandi, Teresina, ano 17, n. 3286, 30 jun. 2012. Disponível em: . Acesso em: 28 dez. 2015".

2. DOS PEDIDOS:

Diante do exposto, requer-se:

a) Seja conhecido o presente recurso administrativo, para posterior provimento, tendo em vista que a Empresa Recorrente atendeu a todos dos requisitos de habilitação conforme item 10 do Edital, fato atestado pelo Sr. Pregoeiro, que convocou a recorrente para fase do item 12 do edital, tendo sido recebido tempestivamente a documentação solicitada. O motivo da desclassificação não condiz com o atestado pelo Sr. Pregoeiro nas fases anteriores e a ausência de notificação via chat para correção e/ou esclarecimentos e/ou complementação da instrução do processo, inexistiu, o que violou o princípio da competitividade e isonomia, tendo em vista que no próprio chat há inúmeros registro de chamados de licitantes vencedores de lotes para correção e complementação de documentos já encaminhados.

c) A intimação para apresentação, querendo no prazo legal, pela Recorrida de contrarrazões;

d) Casso assim não entenda a Comissão de Licitação, requer seja remetido o presente recurso para a Autoridade Superior competente, rogando-se pelo seu provimento, nos termos do artigo 109, §4º da Lei n. 8.666/93.

N. Termos,

P. Procedência.

Belém, 27 de maio de 2019.

Amazônia Clean Ltda
REGINA NORMA VINAGRE DE CAMPOS
Sócia-Administradora

Fechar

Pregão Eletrônico

▪ Visualização de Recursos, Contra-Razões e Decisões

CONTRA RAZÃO :

AO SR. PREGOEIRO JOSÉ GUEDES DA COSTA JÚNIOR DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM/PA.

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 37/2019
Processo Administrativo nº 84/2018

A empresa H FONSECA DE FARIAS EIRELI, inscrita no CNPJ sob o nº 10.272.137/0001-59, localizada na rua: Carlos Drummond de Andrade n.º 1166- Congos – Macapá/AP, por intermédio de seu representante legal, o Sr. Helielton Fonseca de Farias, infra-assinado, portador da carteira de identidade nº 118920 PTC/AP, inscrita no CPF sob o nº 890.821.922-68, vem, por seu representante que abaixo subscrevem, com fundamento no inciso XVIII do artigo 4º, da Lei 10.520 de 17 de julho de 2002, apresentar

CONTRARRAZÕES
AO RECURSO ADMINISTRATIVO

I - CONSIDERAÇÕES INICIAIS:

Ilustre Pregoeiro José Guedes da Costa Júnior o respeitável julgamento das contrarrrazões interposto, recai neste momento para sua responsabilidade, o qual a empresa CONTRARRAZOANTE confia na lisura, na isonomia e na imparcialidade a ser praticada no julgamento em questão, buscando pela proposta mais vantajosa para esta digníssima administração, onde a todo o momento demonstraremos nosso Direito Líquido e Certo e o cumprimento pleno de todas as exigências do presente processo de licitação.

A contrarrazoante é uma empresa séria, que, buscando uma participação impecável no certame, preparou sua documentação e propostas em rigorosa conformidade com as exigências do edital, provando sua plena qualificação para esse certame, conforme exigido pelo edital, tendo sido, portanto, considerada habilitada, classificada e posteriormente declarada vencedora do presente processo. E como tal, levando em consideração, o que o recorrente manifestou mediante razões ao recurso, e buscando sempre a transparência nos seus atos praticados, descreve suas contrarrrazões:

II – TEMPESTIVIDADE.

Inicialmente, comprova-se a tempestividade das contrarrrazões, a data limite para registro de contrarrrazão é 30/05/2019, em sintonia com o artigo 4º, inciso XVIII, da lei 10.520/2002.

III – IMPROCEDÊNCIA DAS ALEGAÇÕES DA RECORRENTE.

Trata-se do pregão eletrônico para registro de preços Nº 37/2019 promovido pela PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM/PA para "contratação de pessoa jurídica para a prestação de serviços na área de limpeza, asseio e conservação, de natureza contínua, incluindo a disponibilização de mão de obra qualificada com fornecimento de produtos saneantes domissanitários, materiais e equipamentos e demais insumos de limpeza e higienização além dos equipamentos necessários à execução dos serviços. A empresa H FONSECA DE FARIAS EIRELI foi declarada vencedora do pregão para o LOTE 1 após análise de sua proposta e habilitação, em face do que a LIMPAR LIMPEZA E CONSERVAÇÃO LTDA registrou intenção de recorrer, nos seguintes termos:

RECURSO INTERPOSTO:

(...)

Após a convocação dos anexos de proposta, o pregoeiro recusou a proposta da recorrente por vícios meramente formais; realizou a aceitação das propostas tendo por critério o menor preço por posto, em total desconsideração aos cálculos de produtividade exigidos no edital o que, por consequência, acarretou a divergência do quantitativo de funcionários com a produtividade ofertada, fulminando o julgamento objetivo do certame, conforme discorreremos nesta peça.

(...)

Os motivos do recurso, bem como as razões apresentadas apenas demonstram uma conduta puramente protelatória da licitante vencedora que não visa a preservar a legalidade ou a isonomia do certame, mas apenas reverter em seu favor à adjudicação do objeto, sem sustentar-se em qualquer regra do ato convocatório.

Como se extrai das razões recursais, a recorrente busca confundir o douto pregoeiro, a fim de inventar um formalismo que não existe nas normas que regem a presente licitação. Alega, nas suas razões recursais, que houve quebra do critério de julgamento do edital, em desatendimento a IN 02/2008(revogada).

Ao fim, a recorrente enfeita as suas razões com citações genéricas acerca, cujo conteúdo todos já conhecem por estar bem delineado na IN 05/2017. Curiosamente, as razões da recorrente não se prestam a citar um dispositivo normativo sequer do edital que tenha sido descumprido pela contrarrazoante, pois claramente a empresa H FONSECA DE FARIAS EIRELI para o certame atendeu as exigências de capacidade jurídica, a regularidade fiscal e trabalhista, a qualificação técnica, a qualificação econômico financeira e proposta tomando os parâmetros que foram exigidos no edital.

A presente contrarrrazão sustentam-se no princípio da vinculação ao instrumento convocatório art. 41 da Lei 8.666/1993 para requerer que o resultado do pregão não seja alterado com sustentação em que não estão prescritos no edital e que, por este exato motivo, demonstram-se exacerbados. No subitem 9.3. do edital determina que a oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto desta licitação, sem conter alternativas de preços ou qualquer outra condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado, sob pena de desclassificação, corroborando o subitem 9.6. dita ainda que, serão desclassificadas as propostas que não atendam as exigências deste Edital e seus Anexos, sejam omissas ou apresentem irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o seu julgamento. Conforme consta no pregão, a empresa recorrente em diversas oportunidades, não ofertou proposta e documentação exigida no prazo devido e ainda o fez em desconformidade com as normas do edital.

É nessa perspectiva que se pode concluir que o recurso da LIMPAR LIMPEZA E CONSERVAÇÃO LTDA é puramente

protelatório e objetivo frustrar o resultado legítimo do pregão, obtido conforme as regras da lei e do ato convocatório, para obter indevidamente a vantagem. Saliemos que a mesma declarou que concordava com todas as exigências e termos do edital.

III – REQUERIMENTO

Por todos estes motivos, a H FONSECA DE FARIAS EIRELI, requer ao Pregoeiro ou a qualquer outra autoridade competente que negue provimento ao recurso apresentado por LIMPAR LIMPEZA E CONSERVAÇÃO LTDA, mantendo-se integralmente a decisão proferida na sessão pública do Pregão.

Pelo que PEDE DEFERIMENTO,

H FONSECA DE FARIAS EIRELI
CNPJ: 10.272.137/0001-59
Helielton Fonseca de Farias
CPF: 890.821.922-68
Proprietário

Fechar

Pregão Eletrônico

▪ Visualização de Recursos, Contra-Razões e Decisões

CONTRA RAZÃO :

Ilustríssimo Senhor Pregoeiro da PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM - SECRETARIA MUNICIPAL DE COORDENAÇÃO GERAL DO PLANEJAMENTO E GESTÃO – SEGEP – PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 37/2019 - Processo nº 84/2018.

BRASLOC SERVIÇOS COMBINADOS DE ESCRITÓRIOS E ADMINISTRAÇÃO EIRELI EPP, com sede na Passagem São Paulo nº 14, Bairro do Atalaia, município de Ananindeua, estado do Pará, CEP 67.013-600, Telefone: (91) – 3245-5744 e-mail: bras-loc@hotmail.com, inscrita no CNPJ/MF nº 63.807.812/0001-63, empresa prestadora de serviços de direito privado, já devidamente qualificada, através de seu Representante Legal in fine assinado, em razão do presente certame licitatório, interpor, na condição de participante do Pregão Eletrônico em referência, vem, respeitosamente, requerer que V. Sra. se digne receber e processar as presentes CONTRARRAZÕES em Recurso Administrativo interposto pela empresa LIMPAR LIMPEZA E CONSERVAÇÃO LTDA, CNPJ nº 08.775.721/0001-85, pelos fundamentos de fato e de direito a seguir expostos

Nestes Termos,
Pede Deferimento.

Ananindeua – PA, 30 de maio de 2019

Oliano do Carmo Corecha
CPF (MF) nº 622.029.872-15
RG nº 225515 PC/AP
Diretor

A

PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM - PMB
SECRETARIA MUNICIPAL DE COORDENAÇÃO GERAL DO PLANEJAMENTO E GESTÃO – SEGEP
Ilmo. Senhor Pregoeiro.

BRASLOC SERVIÇOS COMBINADOS DE ESCRITÓRIOS E ADMINISTRAÇÃO EIRELI EPP, já devidamente qualificada e participante do certame em referência realizado no dia 05/12/2017, no chat www.licitacoes-e.com.br, vem respeitosamente perante V. Sra. apresentar;

CONTRA-RAZÕES RECURSAIS
Conforme a seguir expandido.

I – DOS FATOS

Segundo edital de pregão, o objeto da presente licitação, é a modalidade Pregão Eletrônico, para Registro de Preços em Ata, para futura e eventual "CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA ÁREA DE LIMPEZA, ASSEIO E CONSERVAÇÃO", de natureza contínua, incluindo a disponibilização de mão de obra qualificada com fornecimento de produtos saneantes domissanitários, materiais e equipamentos e demais insumos de limpeza e higienização além dos equipamentos necessários à execução dos serviços, para atender as Secretarias, Prédios Administrativos e Entidades que compõe a PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

O preâmbulo editalício preconiza que a presente licitação será regida à guiza da Lei nº 10.520, de 17/07/2002, o Decreto nº 5.450, de 31/05/2005, a Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 06/10/2015, e subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21/06/1993, e, ainda, em conformidade com a autorização constante nos autos do processo nº 84/2018, observando as condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos, aplicáveis ao objeto deste certame, farão realizar licitação na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, para REGISTRO DE PREÇOS do tipo "MENOR PREÇO POR LOTE", no regime de execução indireta EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO, para futura e eventual "CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA ÁREA DE LIMPEZA, ASSEIO E CONSERVAÇÃO", de natureza contínua, incluindo a disponibilização de mão de obra qualificada com fornecimento de produtos saneantes domissanitários, materiais e equipamentos e demais insumos de limpeza e higienização além dos equipamentos necessários à execução dos serviços, para atender as Secretarias, Prédios Administrativos e Entidades que compõe a PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

Depreende-se da sessão e julgamento constante no chat www.licitacoes-e.com.br, que esta licitante, ora recorrida, BRASLOC SERVIÇOS COMBINADOS DE ESCRITÓRIOS E ADMINISTRAÇÃO EIRELI EPP, foi proclamada vencedora do

certame.

Após decisão emanada, a empresa LIMPAR LIMPEZA E CONSERVAÇÃO LTDA, manifestou intenção em recorrer, tendo efetivamente ingressado com peça recursal, peça esta que não deve de forma alguma ser aceita, visto que seus motivos são totalmente infundados e descabidos, sem os parâmetros que a legislação assim o dispõe.

A empresa RECORRENTE se insurge contra a decisão desta Douta Comissão Permanente de Licitação, após apresentação da proposta e habilitação da RECORRIDA, a qual em conformidade com as condições previstas no edital, conseqüentemente foi declarada no referido pregão como sua proposta aceita e habilitada para firmar contrato com esta Administração Pública.

Entretanto, a RECORRENTE, com o claro intuito de tumultuar e prejudicar o andamento do certame apresentou um recurso absurdo, ensejando um julgamento demasiadamente aventureiro e desconsiderador dos princípios basilares que regem os procedimentos licitatórios e que vão afrontar o instrumento convocatório.

A RECORRIDA é uma empresa séria e, como tal, preparou toda sua proposta de acordo com o edital, apresentando seu melhor preço e respeitando os prazos estabelecidos pelo ente público na apresentação exigida, que foi prontamente aceito por essa Administração. Pelo que veremos.

Destarte, conforme se infere do processo licitatório, os argumentos trazidos à baila no recurso não ensejam a exclusão da recorrida, uma vez que a mesma atende às especificações contidas no objeto do edital.

Ademais, antes mesmo de ingressar na análise específica do recurso, salientamos o que dispõe o art. 14 do Decreto nº 3555/2000, que prevê aplicação de penalidade de impedimento de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de até cinco anos a licitante que ensejar o retardamento do certame e também comportar-se de modo inidôneo.

II – DAS PRELIMINARES

PRELIMINARMENTE REQUER QUE SEJA DECLARADA A DECADÊNCIA DE TODO E QUALQUER ITEM DAS RAZÕES DO RECURSO APRESENTADO PELA EMPRESA LIMPAR LIMPEZA E CONSERVAÇÃO LTDA, QUE ESTEJAM DESCONSOANTES À INTENÇÃO RECURSAL E CONSIGNADAS AO EDITAL, APRESENTADA NA SESSÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 37/2019.

Assim se manifestou a empresa LIMPAR LIMPEZA E CONSERVAÇÃO LTDA em sua intenção de recurso registrada no chat www.licitacoes-e.com.br:

“Motivo da Intenção”

Motivo: Registramos intensão de recurso, com base nas leis 10520/02, 8666/93 e IN 05/2017 – MPOG, em virtude do desatendimento ao edital, na aceitação das propostas pela unidade de medida. Assim como relativo a nossa desclassificação. Detalharemos melhor em nossa peça recursal.

Em análise ao recurso apresentado pela recorrente, de pronto se verifica que as intenções apresentadas tem por único motivo de procrastinar a sábia decisão do Sr. Pregoeiro e equipe de apoio, em suas razões apresentadas.

É dever da licitante apresentar todos os motivos plausíveis de sua irresignação dentro da legalidade, no momento da intenção e recorrer. É nesta fase que se devem ser apresentados os motivos legais, devendo o mérito ser constricto à motivação apresentada.

Neste sentido, a empresa por falta de conhecimento técnico em licitações, não realizou uma análise plausível no instrumento convocatório, deixando de cumprir com vários itens do edital, conforme apresentaremos a seguir;

ITEM

9.1.3. Prazo de validade da Proposta de Preços: não inferior a 120 (cento e vinte) dias, contados da data de sua apresentação.

É inadmissível, a LIMPAR não apresentar Proposta de preços com as especificações dos serviços, com também não atender a norma do edital, onde está previsto a validade da proposta.

ITEM

9.1.4. Prazo de início da Prestação dos Serviços: será imediatamente, após a assinatura do Contrato e de acordo com a solicitação formal do CONTRATANTE.

Cujo declaração e regra editalícia, e é importante à Administração Pública, como forma de realizar seu planejamento logístico, dentro de um cronograma físico financeiro, com base em suas disponibilidades orçamentárias.

Neste caso a LIMPAR não anexou no campo do Lote 2, na sessão pública do chat do Comprasnet, a documentação completa, conforme reza o edital, no momento da solicitação da proposta deste lote. Cuja proposta apresentada esta incompleta e desprovida de legalidade.

O Edital é claro e transparente, cuja desclassificação de proposta será sempre fundamentada e registrada no sistema, e que atendam às exigências constantes neste Edital e seus Anexos, em especial quanto à documentação requerida para sua habilitação.

Pois o Pregoeiro e equipe de apoio, agiram de acordo com as regras editalícias, tudo fundamentado com os princípios legais que permeiam as licitações. Sendo correto seu parecer exarado sobre a desclassificação da LIMPAR;

Recusa da proposta. Fornecedor: LIMPAR LIMPEZA E CONSERVACAO LTDA, CNPJ/CPF:08.775.721/0001-85, pelo melhor lance de R\$ 1.401.530,4200. Motivo: Proposta recusada para o Lote, devido proposta enviada em NÃO conformidade com o exigido no Edital, ou seja, proposta incompleta, com ausência de Declarações, validade de proposta de preços e dentre outras.

Acerca do tema, assim dispõe o edital:

“Ao final da sessão, os LICITANTES que desejarem recorrer contra as decisões do Pregoeiro poderão fazê-lo, manifestando suas intenções com registro da síntese das suas razões no sistema “licitações-e”, devendo juntar memoriais no prazo de 3 (três) dias úteis. Os demais LICITANTES ficam, desde logo, intimados a apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, ficando assegurada vista dos autos.” (grifo nosso)

Corroborando com o disposto no edital, trazemos a lume os ensinamentos de Marçal Justen Filho, Pregão (comentários à legislação do pregão comum e eletrônico), 5ª ed., São Paulo, Dialética, pag. 209, assim se manifesta a respeito do referido tema:

"(...) Nada impede que a interpretação verbal faça-se de modo sumário, com a utilização do prazo de três dias para exibição de razões mais consistentes. Lembre-se que a interposição do recurso tem que ser motivada, o que exclui impugnações genéricas. (...) Quanto a isso, aduz Vera Monteiro que deve haver uma vinculação entre aquilo que o licitante indicou como seu descontentamento com o pregão ao final da sessão e suas razões recursais. Somente os recursos que observam esta regra é que podem ser conhecidos pela Administração (...)" (grifo nosso) Corroborando o ensinamento do mestre Jorge Ulisses Jacoby, em As peculiaridades da fase recursal do pregão, Revista Zênite, ILC nº 145, ano XII, Curitiba, Zênite, 2006, disponível em <http://www.institutozenite.com.br> Acesso em 27/03/2017:

"Sempre que não coincidir os motivos e as razões do recurso (...). O recurso é conhecido no motivo que coincide e não conhecido na parte que não coincide. No primeiro caso, em que foi conhecido, no mérito será provido ou improvido, segundo o pregoeiro reconheça a procedência ou não, respectivamente. Na parte em que não for conhecido, também sugere-se a manifestação de ofício para contrapor a argumentação do pregoeiro ao do recorrente".

Pelos motivos elencados, temos de ser pacífico tanto na jurisprudência administrativa quanto na judicial, a impossibilidade do recorrente inovar e comprovar quando da apresentação de suas razões. Solicitamos assim, que seja declarada a decadência das alegações registradas da ora recorrente, vez que não produziram eficácia em seu recurso apresentado, estando tais motivos consignados a fatos desprovidos e sem sentido, registrados na sessão pública.

Destarte, conforme se infere do processo licitatório, os argumentos trazidos à baila no recurso não ensejam a exclusão da recorrida, uma vez que a mesma atende às especificações contidas no objeto do edital.

Ademais, antes mesmo de ingressar na análise específica do recurso, salientamos o que dispõe o art. 14 do Decreto nº 3555/2000, que prevê aplicação de penalidade de impedimento de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de até cinco anos a licitante que ensejar o retardamento do certame e também comportar-se de modo inidôneo.

Se esse não for o Vosso entendimento, pelo princípio da eventualidade, passamos às contra-razões em si.

III – DO DIREITO

Colacionamos o sábio ensinamento de Celso Antonio Bandeira de Melo na obra Curso de Direito Administrativo, 2004. p. 483:

"Licitação – em suma síntese – é um certame que as entidades governamentais devem promover e no qual abrem disputa entre os interessados em com elas travar determinadas relações de conteúdo patrimonial, para escolher a proposta mais vantajosa às conveniências públicas. Etriba-se na ideia de competição, a ser travada isonomicamente entre os que preenchem os atributos e aptidões necessários ao bom cumprimento das obrigações que se propõem assumir". (g.n)

Corroborando com a ideia, apresentamos o entendimento de Sayagues Laso, quando ainda em 1978, na obra La Licitación pública, discorreu acerca do tema:

"Licitação pode ser definida como um procedimento relativo ao modo de celebrar determinados contratos, cuja finalidade é a determinação da pessoa que ofereça à Administração condições mais vantajosas, após um convite a eventuais interessados para que formulem propostas, as quais serão submetidas a uma seleção". (g.n)

Imperioso trazer a lume os ensinamentos do mestre Adilson Abreu Dallari, Aspectos Jurídicos da Licitação, 4ª ed., São Paulo, Saraiva, pag. 116, que leciona quanto a disputas licitatórias:

"Claro que para um participante interessa excluir outro. Quem faz licitação sabe que, nesse momento, há uma guerra entre os participantes; mas a Administração não pode deixar-se envolver pelo interesse de proponente (que é adversário dos outros proponentes e está defendendo legitimamente o seu interesse em obter o contrato) e não pode confundir esse interesse com o interesse público. Este está na amplitude do cotejo, na possibilidade de verificação do maior número de propostas". (...)

A recorrente aqui tenta de toda sorte ludibriar esta i. pregoeira bem como sua equipe de apoio. Desde já informamos plena segurança no julgamento a ser proferido, visto que as pessoas condutoras do certame são altamente qualificadas para tal, onde de certeza não se deixaram ludibriar.

É fato Sr. Pregoeiro que há o interesse de um licitante derrubar outrem para assim sagrar-se vencedor. Isto é inerente às competições geradas nos procedimentos licitatórios. O que não é admissível é que uma recorrente se pautem em fatos totalmente sem sentido. A de se recorrer, no entanto, com base em questões pertinentes para assim vermos afastado o nítido interesse de apenas se tumultuar o certame.

Ademais se assim não o entender, nossa Jurisprudência já firmou o entendimento no sentido de que é primordial nesses casos, a observância aos princípios da competitividade, da proporcionalidade e da razoabilidade, de forma a classificar empresas que estejam ofertando propostas mais vantajosas ao interesse público.

Correto afirmar que esta licitante, ora recorrida, é empresa idônea, preenchendo aos requisitos contidos no edital, tendo ainda apresentado melhor e menor preço, como também qualificação técnica para execução do objeto licitado.

Ressaltamos que a empresa LIMPAR, tenta ludibriar intencionalmente, desde momento de sua intenção de recurso, com o intuito de procrastinar e tumultuar a sábia decisão da Sr. Pregoeiro, em aceitar e habilitar nossa proposta, que está amparada legalmente.

Entretanto a procrastinação cometida pela LIMPAR, fica clara pela falta de conhecimento técnico, no momento de analisar nossa proposta comercial e a documentação de habilitação.

Como pode ser verificar, a LIMPAR cometeu declaração falsa em afirmar com registro em sessão pública, que foi desclassificada pela desconsideração da unidade de medida, e ao mesmo tempo se contradiz em seus recurso. O que é uma afronta, de forma a subestimar a decisão da Comissão Permanente de Licitação, apresentando afirmações mentirosas, sem ao menos atentar aos autos do processo licitatório.

A Administração Pública e as licitantes ficam restritas ao que lhe é solicitado ou permitido no Edital e Lei, quanto ao procedimento, à documentação, às propostas, ao julgamento e ao contrato. Todos os atos decorrentes do procedimento licitatório, por óbvio, vincular-se-ão ao contrato.

Conforme prevê a Lei Federal de Licitação deve-se garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração, e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade e da igualdade.

Assim, por todos os pressupostos motivos do Recurso Administrativo tornam-se sem efeito jurídico legal, nem

sequer plausível de merecimento quanto sua análise, visto que este apenas torna extensível o certame no qual foram analisados os documentos solicitados, e que por si só trazem o conhecimento de que a empresa RECORRIDA, detém boas experiências na condução de serviços desta natureza, e possui a operacionalidade técnica qualificada dos profissionais exigida por esta Administração

Não resta dúvidas, que todas as argumentações apresentadas no recurso, pela licitante LIMPAR, nunca iriam prosperar, pelo fato de não estarem pautadas nas disposições legais em vigor, contendo erros técnicos inadmissíveis.

Fica demonstrado também, que a decisão do Sr. Pregoeiro em aceitar e habilitar nossa proposta, foi devidamente acertada, pois apresentamos documentos idôneos, e valores dos serviços exequíveis, plenamente aceitos, pois refletem o valor justo, e economicamente viável para a Administração da PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM - PMB, na execução contratual

IV – DO PEDIDO

Por todo o exposto, fica demonstrado que o recurso da licitante limpar, não reúne argumentos na forma da Lei, para mudar o julgamento da Senhor Pregoeiro, devendo, pelas razões aqui esposadas, ser mantida 'in totum' sua decisão, já que atendeu, não apenas o requerido no procedimento licitatório, bem como às disposições contidas na Legislação pertinente ao Pregão, na Lei de Licitações e Contratos e nas Instruções normalizadoras de tal matéria.

Nestes termos, pede e espera deferimento.

Ananindeua – PA, 30 de maio de 2019

Oliano do Carmo Corecha
CPF (MF) nº 622.029.872-15
RG nº 225515 PC/AP
Diretor

Fechar

Pregão Eletrônico

■ Visualização de Recursos, Contra-Razões e Decisões

CONTRA RAZÃO :

Ofício nº. 902/2019-AJ

São José/SC para Belém/PA, 30 de maio de 2019

AO SENHOR PREGOEIRO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM, RESPONSÁVEL PELO PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 037/2019, PROCESSO Nº 84/2018

LIDERANÇA LIMPEZA E CONSERVAÇÃO LTDA já devidamente qualificada nos autos do Pregão presencial em epígrafe, vem a presença de Vossa Senhoria apresentar CONTRARRAZÕES ao recurso administrativo interposto pela empresa LIMPAR LIMPEZA E CONSERVAÇÃO LTDA; pelos fatos e fundamentos a seguir aduzidos:

I – DO RECURSO ADMINISTRATIVO

1. O presente processo licitatório em referência se dá sob a modalidade Pregão Eletrônico, do tipo menor preço por lote, e tem por objeto a "CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA ÁREA DE LIMPEZA, ASSEIO E CONSERVAÇÃO", de natureza contínua, incluindo a disponibilização de mão de obra qualificada com fornecimento de produtos saneantes domissanitários, materiais e equipamentos e demais insumos de limpeza e higienização além dos equipamentos necessários à execução dos serviços, para atender as Secretarias, Prédios Administrativos e Entidades que compõe a PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

2. A licitação foi dividida em 9 lotes e a Recorrida apresentou menor preço para o lote 3. No entanto a Recorrente apresentou intenção de recurso para os 9 lotes, todas sob o mesmo argumento.

3. A abertura do pregão ocorreu em 10/05/2019 e após a fase de lances e habilitação de outras empresas a ora Recorrida foi habilitada e declarada vencedora do referido lote. Em 22/05/2019 a Recorrente manifestou intenção de recurso, nos seguintes termos:

"(...) Registro de Intenção de Recurso. Fornecedor: LIMPAR LIMPEZA E CONSERVACAO LTDA CNPJ/CPF: 08775721000185. Motivo: Registramos intensão de recurso, com base nas leis 10520/02, 8666/93 e IN 5/2017 – MPOG, em virtude do desatendimento ao edital, na aceitação das propostas pela unidade de medida."

4. Ocorre que a Recorrente apresentou sua proposta junto com as demais licitantes, mas em alguns lotes sequer chegou a ser chamada na ordem de classificação, inclusive foi o que ocorreu no lote 3, que a Recorrida foi vencedora.

5. Em seu recurso a Recorrente argumenta que houve quebra da isonomia entre os licitantes e que sua proposta foi desclassificada por mero erro formal, arguindo ainda, que não teve oportunidade para sanar erros como as demais licitantes devendo o Senhor Pregoeiro rever sua decisão.

6. Desta feita, conforme fundamentado a seguir, deve ser mantida a decisão que declarou a recorrida vencedora do presente certame, bem como, a que desclassificou a Recorrente.

II - DOS FUNDAMENTOS DAS CONTRARRAZÕES

7. Esta Contrarrazão em recurso administrativo encontra fundamento no parágrafo 3º, do artigo 109, da Lei 8.666/93.

8. Ademais, estabelece o Instrumento Convocatório diretrizes para apresentação de Recursos e Contrarrazões, os quais a Recorrida dá total atendimento.

III – DO MÉRITO

II.1 – Da ausência de declaração da recorrente e da vinculação ao instrumento convocatório.

9. A Recorrente não chegou a ser chamada para apresentar documentos habilitatórios no lote 3, pois a Recorrida ganhou o referido lote, sem qualquer impedimento ou descumprimento ao edital. No entanto, a Recorrente foi desclassificada de outros lotes após esta Administração verificar que a mesma não cumpriu a exigências do edital, conforme fez constar em ata o Senhor Pregoeiro no lote 05:

RECUSA DA PROPOSTA. Fornecedor: LIMPAR LIMPEZA E CONSERVACAO LTDA, CNPJ/CPF: 08.775.721/0001-85, pelo melhor lance de R\$ 1.780.799,9900. Motivo: Proposta recusada para o Lote 5, devido proposta enviada em NÃO conformidade com o exigido no Edital, ou seja, PROPOSTA INCOMPLETA, COM AUSÊNCIA DE DECLARAÇÕES, validade de proposta de preços e dentre outras.

10. Veja que o Senhor Pregoeiro explicou o motivo da recusa da proposta e não feriu o princípio da isonomia, como

tenta alegar a Recorrente em suas razões recursais, o que houve foi a desclassificação por descumprimento ao disposto de Edital. Explica-se:

11. A Recorrente alega que o Senhor Pregoeiro teria oportunizado as outras empresas a direito de correção da proposta e não teria feito o mesmo com sua proposta, e que por esta razão teria sido desclassificado do certame.

12. Ocorre que em verdade o Senhor Pregoeiro oportunizou as licitantes foi o "arredondamento de multiplicação" da planilha. E a Recorrida deixou de apresentar o anexo II do Edital com as declarações exigidas no Instrumento convocatório.

13. Apenas para fins de esclarecimento, cumpre reiterar que o Pregoeiro requereu o envio do Anexo II – Proposta, Anexo A - Planilha orçamentária e Anexo B - Planilha de composição de custos, sendo que A RECORRENTE DEIXOU DE ENCAMINHAR O ANEXO II, encaminhado tão somente a planilha orçamentária (anexo A) e a planilha de composição de custos (anexo B), e POR ESTE MOTIVO FOI DESCLASSIFICADA DO PRESENTE PREGÃO.

14. Não há como se falar que se trata de mero erro formal, pois a Recorrente deixou de apresentar documentos imprescindíveis ao preenchimento das normas editalícias, tais como as declarações já citadas pelo Senhor Pregoeiro em ata.

15. Ademais, o item 32.1 do instrumento convocatório determina que:

32.1. Constituem anexos do Edital e dele fazem parte integrante, independentemente de transcrição:

ANEXO I - Termo de Referência;

ANEXO A - Planilha Orçamentária;

ANEXO B - Planilha de Composição de Custos;

ANEXO II - MODELO DE PROPOSTA;

ANEXO III - Minuta de Ata de Registro de Preços e Extrato;

ANEXO IV - Minuta do Contrato.

16. Ressalta-se que a Administração ao estabelecer os critérios e exigências do edital, vincula-se as regras ali estabelecidas.

17. Neste sentido, sabe-se que o processo licitatório constitui procedimento no qual a Administração Pública visa a seleção da proposta mais vantajosa para o contrato de interesse público, desenvolvendo-se através de sucessões ordenadas de atos vinculantes para Administração e para os Licitantes interessados, consolidando os princípios constitucionais inerentes a Administração Pública, PROPICIANDO IGUALDADE DE TRATAMENTO E OPORTUNIDADE A TODOS OS INTERESSADOS, tendo como orientador destes procedimentos o instrumento convocatório e legislações pertinentes, garantindo assim observância ao princípio da moralidade e da legalidade.

18. Bem por isso, dispõe o art. 4º do Decreto Federal 3.555/2000 que regulamenta o pregão:

Art. 4º A licitação na modalidade de pregão é juridicamente condicionada aos princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo, bem assim aos princípios correlatos da celeridade, finalidade, razoabilidade, proporcionalidade, competitividade, justo preço, seletividade e comparação objetiva das propostas.

19. Extrai-se da norma supracitada que a modalidade de licitação do tipo pregão foi concebida ante a necessidade de ampliação da competitividade, bem como à necessidade de ordenar não só valores harmônicos com o interesse público como, também, DE AFERIÇÃO OBJETIVA DE CRITÉRIOS ATINENTES À HABILITAÇÃO DAS LICITANTES, a fim de resguardar a Administração de contratações mal sucedidas.

20. Desta forma, o instrumento convocatório no qual são estabelecidas as exigências de habilitação dos Licitantes, devem ser observados tanto pelos Licitantes quanto pela Administração. Neste sentido aduz José Carvalho dos Santos Filho:

A vinculação ao instrumento convocatório é garantia do administrador e dos administrados. Significa que as regras traçadas para o procedimento devem ser fielmente observadas por todos. SE A REGRA FIXADA NÃO É RESPEITADA, O PROCEDIMENTO SE TORNA INVÁLIDO E SUSCETÍVEL DE CORREÇÃO PELA VIA ADMINISTRATIVA OU JUDICIAL. (In Manual de Direito Administrativo, p.250)

21. De igual forma, Maria Sylvia Zanella Di Pietro afirma que o "[...] princípio da vinculação ao instrumento convocatório é essencial cuja inobservância enseja nulidade do procedimento". Referido princípio, além de mencionado no art. 3º da Lei nº. 8.666/93, ainda tem seu sentido explicitado no art. 41 do mesmo diploma legal, segundo o qual "a Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada". (In Direito Administrativo, p. 386)

22. O Princípio da Vinculação ao Ato Convocatório dirige-se tanto à Administração, como já verificado pelos artigos supramencionados, como aos licitantes, posto que estes NÃO PODEM DEIXAR DE ATENDER AOS REQUISITOS DO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO. Nessa mesma toada, ainda segundo a administrativista Maria Sylvia Zanella Di Pietro "se os licitantes classificados deixarem de apresentar a documentação exigida ou apresentá-las em desacordo com exigido no edital, estas imperiosamente deverão ser inabilitadas e desclassificadas, nos termos do art. 43, inc. II c/c art. 48, inc. I, todos da Lei Federal nº. 8.666/93". (In Direito Administrativo, p. 386-387.)

23. Deste modo, quando a Administração estabelece, no edital, as condições para participar da licitação, os interessados devem apresentar suas propostas com base nas exigências formuladas no instrumento convocatório.

24. Assim, acaso aceita proposta ou celebrado contrato com desrespeito às condições previamente estabelecidas, burlados estarão os princípios da licitação, em especial o da igualdade entre os licitantes, POIS AQUELE QUE SE SUBMETEU AOS TERMOS DO EDITAL PODERÁ SER PREJUDICADO PELA MELHOR PROPOSTA APRESENTADA POR OUTRO LICITANTE QUE OS DESRESPEITOU.

25. Tal situação implica violação de diversos princípios basilares do procedimento licitatório, como o da legalidade, o da igualdade entre os licitantes, o da vinculação ao instrumento convocatório e do julgamento objetivo com base nos critérios fixados no edital.

26. Bem por isso, agir em contrário importa em agir discricionário da Administração, elemento não permitido ao Administrador Público quando ultrapassada fase de confecção do instrumento convocatório, pois o edital é norma cogente e vinculatória do agir da Administração licitante.

27. Isso quer dizer que todos os atos praticados em contraste ao edital SÃO NULOS, afinal, a regra editalícia deve ser preservada em absoluto, conforme os princípios do julgamento objetivo, da moralidade e da igualdade entre licitantes (art. 41 e 45 da Lei nº. 8.666/93):

Art. 41. A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada.

Art. 45. O JULGAMENTO DAS PROPOSTAS SERÁ OBJETIVO, devendo a Comissão de licitação ou o responsável pelo convite realizá-lo em conformidade com os tipos de licitação, OS CRITÉRIOS PREVIAMENTE ESTABELECIDOS NO ATO CONVOCATÓRIO E DE ACORDO COM OS FATORES EXCLUSIVAMENTE NELE REFERIDOS, de maneira a possibilitar sua aferição pelos licitantes e pelos órgãos de controle. (grifos nossos)

28. Aliás, ensina a doutrina neste mesmo sentido de forma bastante objetiva:

2) A exaustão da discricionariedade

Ao submeter a Administração ao princípio da vinculação ao ato convocatório, a Lei nº 8.666 impõe o dever de exaustão da discricionariedade por ocasião de sua elaboração. Não teria cabimento determinar a estrita vinculação ao edital e, simultaneamente, autorizar a atribuição de competência discricionária para a Comissão indicar, por ocasião do julgamento de alguma das fases os critérios de julgamento. TODOS OS CRITÉRIOS E TODAS AS EXIGÊNCIAS DEVERÃO CONSTAR, DE MODO EXPRESSO E EXAUSTIVO, NO CORPO DO EDITAL.

Jurisprudência do STJ: "Em resumo: O PODER DISCRICIONÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO ESGOTA-SE COM A ELABORAÇÃO DO EDITAL DE LICITAÇÃO. A partir daí, nos termos do vocábulo constante da própria Lei, a Administração Pública vincula-se 'estritamente' a ele" (REsp nº 421.946/DF, 1ª T., rel. Min. Francisco Falcão, j. em 07/02/2006. DJ de 06.03.2006, p. 163) (JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à lei de licitações e contratos administrativos. 14.ed. São Paulo: Dialética, 2010, p. 570.) (grifos nossos)

29. Desta forma, deve a Administração observar as regras por ela estabelecidas, sendo a inabilitação da recorrente medida que se impõe, a fim de resguardar a lisura do presente procedimento licitatório, conforme denota-se das decisões abaixo colacionadas:

"AGRAVO EM APELAÇÃO CÍVEL (AGRAVO INTERNO). JULGAMENTO POR DECISÃO MONOCRÁTICA. POSSIBILIDADE. ART. 557, CAPUT, DO CPC. DIREITO ADMINISTRATIVO. LICITAÇÃO. INABILITAÇÃO POR AUSÊNCIA DE DOCUMENTOS EXIGIDOS NO EDITAL. CABIMENTO. AUSÊNCIA DE LICENÇA DE OPERAÇÃO. SEGURANÇA DENEGADA.

30. Manifesta a possibilidade de julgamento monocrático no caso concreto, por se tratar de recurso em confronto com a jurisprudência dominante perante esta Egrégia Corte. 2. Hipótese em que a empresa impetrante não demonstrou o atendimento integral dos requisitos previstos pelo edital licitatório, mormente com relação à Licença de Operação. 3. O EDITAL TEM FORÇA VINCULANTE A TODOS OS LICITANTES, NÃO SENDO FACULTADO À ADMINISTRAÇÃO USAR DE DISCRICIONARIEDADE PARA DESCONSIDERAR DETERMINADA EXIGÊNCIA DO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO. 4. Descumprimento das cláusulas que implica a inabilitação da empresa licitante, nos termos dispostos pelo artigo 37, XXI, da Constituição Federal e da Lei nº 8.666/93. NEGARAM PROVIMENTO AO AGRAVO EM APELAÇÃO (AGRAVO INTERNO). UNÂNIME. (Agravo Nº 70068402759, Segunda Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Ricardo Torres Hermann, Julgado em 16/03/2016).

31. Vejamos a jurisprudência:

AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA. RECURSO DE REVISTA INTERPOSTO NA VIGÊNCIA DA LEI Nº 13.015/2014. SISTEMA COOPERATIVO. EXISTÊNCIA DE FRAUDE. VÍNCULO DE EMPREGO. CONFIGURAÇÃO. O Tribunal Regional, com fulcro na prova coligida aos autos, pronunciou-se pela configuração do vínculo empregatício entre a reclamante e a quarta reclamada, tomadora de serviços, uma vez que ficou comprovada a existência de fraude na atuação da cooperativa, mera fornecedora de mão de obra. Assim, encontrando-se descaracterizada a associação da reclamante à cooperativa e corroborada a existência dos requisitos configuradores da relação empregatícia com a tomadora de serviços, não há falar em violação dos artigos 2º, 3º, 9º e 442 da Consolidação das Leis do Trabalho. Salienta-se que, para se concluir diversamente, seria necessário o reexame do conjunto fático - probatório dos autos, o que encontra óbice na Súmula 126 do TST. Agravo de instrumento desprovido. (TST - AIRR: 1806620135020038, Relator: José Roberto Freire Pimenta, Data de Julgamento: 30/11/2016, 2ª Turma, Data de Publicação: DEJT 02/12/2016)

RECURSO DE REVISTA. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA . INTERMEDIÇÃO DE MÃO DE OBRA POR MEIO DE COOPERATIVA DE TRABALHO. DESVIRTUAMENTO DO SISTEMA COOPERATIVO . FRAUDE À LEGISLAÇÃO TRABALHISTA. O reconhecimento , pela Instância ordinária , de arregimentação fraudulenta de mão d a obra, por meio de cooperativa de trabalho, é circunstância fática suficiente para configurar a conduta culposa do ente público, tomador de serviços, o que impõe a responsabilização subsidiária da Administração Pública pelos créditos trabalhistas devidos pela prestadora dos serviços, nos termos da Súmula nº 331, V, do TST. Incide, ainda, o óbice da Súmula nº 126 deste Tribunal à revisão de fatos e provas nesta fase recursal . Recurso de revista de que não se conhece . (TST - RR: 11068004820075110005, Relator: Waldir Oliveira da Costa, Data de Julgamento: 27/05/2015, 1ª Turma, Data de Publicação: DEJT 29/05/2015)

No que tange ainda a vinculação ao edital esse princípio impõe que o edital é a lei interna da Licitação e, como tal, vincula aos seus termos, tanto aos licitantes, quanto a Administração que o expediu.

32. Na percepção de Diógenes Gasparini:

"Submete tanto a Administração Pública licitante como os interessados na licitação, os proponentes, à rigorosa observância dos termos e condições do edital".

33. Ainda nesse sentido Hely Lopes Meirelles:

"A vinculação ao edital é princípio básico de toda licitação. Nem se compreenderia que a Administração fixasse no edital a forma e o modo de participação dos licitantes e no decorrer do procedimento ou na realização do julgamento se afastasse do estabelecido, ou admitisse a documentação e propostas em desacordo com o solicitado. O edital é a lei interna da licitação, e, como tal, vincula aos seus termos tanto os licitantes como a Administração que o expediu. ,(in "Direito Administrativo Brasileiro", 26ª edição atualizada por Eurico de Andrade Azevedo, Délcio Balestero Aleixo e José Emmanuel Burle Filho, Malheiros Editores, São Paulo, 2001, p. 259)".

34. INFERE-SE, PORTANTO, QUE A ARGUMENTAÇÃO DA RECORRENTE É FRÁGIL E VISA PROTETAR A CONCLUSÃO DO CERTAME.

35. A Lei 8.666/93 versa em seu artigo 3º que: "A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos".

36. A Constituição Federal, do mesmo modo, prevê em seu artigo 37, XXI – que "ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações. (Regulamento)".

37. É incontestável que tanto para a Lei de Licitações como para a Constituição Federal, um dos pressupostos de validação dos procedimentos realizados no decorrer do processo é a preservação da isonomia entre os concorrentes, e com base no exposto, é que o princípio da vinculação ao instrumento convocatório não pode ser relativizado a ponto de permitir não aplicação do que prevê o Edital, permitindo assim julgamento mais brando a um, em detrimento dos demais licitantes.

38. Em que pese o fato das alegações não construírem elementos que desabonem o ato que declarou a empresa Liderança vencedora, vem a Recorrida se manifestar rebatendo os fatos e fundamentos elencados em sede recursal, destacando-se de pronto que as razões recursais são inócuas e evasivas, não apresentando quaisquer elementos que desabonem a decisão do Ilustre Pregoeiro, ou qualquer descumprimento ao ordenamento jurídico que de causa à alteração do resultado já anunciado.

39. Diante do exposto fica claro que o Senhor Pregoeiro cumpriu com as exigências estabelecidas em Edital e que não há qualquer ilegalidade no Instrumento Convocatório ou seus anexos que requeira da Administração Pública a desclassificação da Recorrida.

IV - REQUERIMENTOS

Nesses termos, requer-se:

- a) Sejam recebidas estas contrarrazões, sendo devidamente autuadas e processadas na forma da lei;
- a) Que sejam desconsiderados os argumentos da Recorrente, decidindo-se pela manutenção da decisão que declarou a empresa Liderança Limpeza e Conservação Ltda legítima vencedora do lote 3 do presente certame.
- b) Que a Recorrida seja cientificada da decisão administrativa.

Termos em que,
pede deferimento.

Francisco Lopes de Aguiar Sabrina Faraco Batista
CPF: 940.930.758-91 OAB/SC 27.739

Priscila Thayse da Silva Thayse Matias Silvestre
OAB/SC 34.314 OAB/SC 41.490

Willian Lopes de Aguiar
CPF: 028.383.199-5

Fechar

Pregão Eletrônico

Visualização de Recursos, Contra-Razões e Decisões

CONTRA RAZÃO :

ILUSTRÍSSIMO PREGOEIRO, SR. JOSÉ GUEDES DA COSTA JUNIOR DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM / SECRETARIA MUNICIPAL DE COORDENAÇÃO GERAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO - SEGEP

Ref. Pregão Eletrônico SRP nº 37/2019 – Processo 84/2018

PROJEBEL SERVIÇOS E COMÉRCIO LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 02.295.753/0001-05, empresa de direito privado, com sede na Travessa Dr. Moraes, 740 – Alameda Amazônia, 55 – Bairro Batista Campos – Cidade de Belém/PA, devidamente identificada nos autos do certame em epígrafe, através de seu representante legal que esta subscreve, vem, mui respeitosamente à presença de V. Sa., tempestivamente, apresentar a CONTRA RAZÕES sobre o RECURSOS ADMINISTRATIVO interposto pela empresa LIMPAR LIMPEZA E CONSERVAÇÃO LTDA, pelos fatos e fundamentos que se segue:

DAS CONTRA RAZÕES:

Ao Recursos Administrativo interposto pela empresa LIMPAR LIMPEZA E CONSERVAÇÃO LTDA, contra r. decisão que classificou e habilitou a empresa, ora Recorrida na licitação, ocorrida na modalidade Pregão Eletrônico SRP, sob o nº 37/2019 – Processo Administrativo nº 84/2018, pelas razões fáticas, técnicas e jurídicas a seguir delineadas:

I – NOTA INTRODUTÓRIA

Antes de mais nada, impende salientar que, em se tratando de licitações de menor preço, houve por bem a Recorrida cotar, efetivamente, o preço mais vantajoso possível que a permita executar o contrato licitado com eficiência, segurança e exequibilidade, de modo a apresentar junto a PMB/SEGEP, sem prejuízo da rentabilidade que a própria proponente venha obter.

Ao contrário do que costuma acontecer em um número de licitações, nas quais certas licitantes recorrem a custos fictícios e desnecessários para chegar a um sobrepreço absurdo que lhe aumente os lucros em prejuízo, sempre, da Contratante, a Recorrida tem pautado sua conduta pela austeridade e parcimônia que devem nortear as relações entre governos e particulares nas suas transações comerciais. Foi o que sucedeu na situação presente.

A Recorrida, como sabido, é obediente à Lei e cumpridora de seus deveres quanto ao recolhimento dos encargos que está sujeita. Mas, no entanto, repita-se, trabalha em regime de austeridade e parcimônia administrativa, o que lhe permite orçar-se dentro de custos reduzidos, tornando-a competitiva no mercado. Cada empresa sabe os custos que tem. Graças ao rigor, à organização e à austeridade que imprime à sua administração, a Recorrida consegue operar a custos relativamente baixos, e isto se coaduna perfeitamente com seus custos.

Ao elaborar sua proposta, a empresa PROJEBEL SERVIÇOS E COMÉRCIO LTDA, a fez no mais estrito cumprimento aos princípios gerais do Direito, atendendo os preceitos que regem as licitações públicas, mormente no que tange a modalidade Pregão Eletrônico, bem como à Carta Magna, além de garantir a observância dos princípios da igualdade, da moralidade, da economicidade, da vinculação ao instrumento convocatório e da busca da proposta mais vantajosa para a Administração, nos termos do artigo 3º da Lei 8.666/93, que reza: "Art. 3º - A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhe são correlatos." (grifo nosso).

Soberbamente, sobre a questão, o Prof. Marçal Justen Filho em sua obra "Comentários à Lei de Licitações e Contratos administrativos – 5ª ed. 1998, págs. 55-59 e 60", nos ensina:

"A vantagem se caracteriza em face da adequação e satisfação ao interesse público por via da execução do contrato. A maior vantagem possível configura-se pela conjunção de dois aspectos complementares. Um dos ângulos relaciona-se com a prestação a ser executada por parte da administração; o outro se vincula à prestação do particular. A maior vantagem se apresenta quando a Administração assumi o dever de realizar a prestação menos onerosa e o particular se obriga a realizar a melhor e mais completa prestação. Configura-se, portanto, uma relação de custo-benefício. A maior vantagem corresponde à situação do menor custo e maior benefício para a Administração. (...)

Como regra, a vantagem se relaciona com a questão econômica. A administração Pública dispõe de recursos escassos para custeio de suas atividades e realização de investimento. Portanto e, sem qualquer exceção, a vantagem para a Administração se relaciona com a maior otimização na gestão de seus recursos econômico-financeiros. O Estado tem o dever de realizar a melhor contratação sobre o ponto de vista da economicidade(...)

A economicidade exige que a Administração, desembolse o mínimo e obtenha o máximo e o melhor. Num país em grave crise fiscal, com insuficiência de receitas, levando a proposta de reformas fiscal e tributária, ditas urgentes e inadiáveis, com enormes carências socioeconômicas, materializadas em profundas desigualdades sociais e regionais que restam desatendidas por necessidade de contenção de despesas – é, política, social e eticamente, insuportável e inadmissível que a administração pública eventualmente gaste mais ante o que recebe (em produtos, serviços ou obras), ou receba de menor pelo que paga.(...)

Consoante esse primado, a CPL não pode furtar-se ao cumprimento estrito desses dispositivos, sob pena de incorrer em crime de responsabilidade pelos sérios prejuízos que podem ser causados ao erário público".

CULTO JULGADOR

A empresa LIMPAR LIMPEZA E CONSERVAÇÃO LTDA, alega em seu recurso, que a honrada Comissão de Licitação, a inabilitou de forma indevida, alegando vícios meramente formais, bem como por não ter cotado sua proposta por preço/homem, mais por metro quadrado.

DOS FATOS

Tal interpretação esposada pela recorrente deve ser refutada, pois, a licitante vencedora esclarece que:

DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E PLANILHAS DE FORMAÇÃO DE PREÇO:

Com relação a este fato apresentado pela empresa LIMPAR LIMPEZA E CONSERVAÇÃO LTDA, temos a esclarecer, que não houve nenhuma erro desta honrada Comissão de Licitação, na inabilitação da empresa LIMPAR, pois sua proposta apresentada não contemplou o item 9 - Subitens 9.1.1 a 9.2.3 do Edital do Pregão Eletrônico, conforme

destacamos:

9. DA FORMULAÇÃO E ENVIO DA PROPOSTA VENCEDORA NO SISTEMA

9.1. Encerrada as etapas de lances e negociação da sessão pública, o Pregoeiro convocará através do canal de comunicação eletrônica (chat), o licitante VENCEDOR e TODOS OS DEMAIS PARTICIPANTES CLASSIFICADOS (ATÉ AO LIMITE DO VALOR ESTIMADO) para enviar, os seguintes documentos: PROPOSTA DE PREÇOS, A) PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, B) PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE PREÇOS UNITÁRIO COM SEUS ENCARGOS; contendo informações detalhadas, para a verificação da exequibilidade do seu último lance ofertado, pela Unidade Técnica, atualizada e assinada pelo representante legal do licitante ou por seu procurador com poderes para o ato, sem rasuras, emendas ou entrelinhas, em até 01 (UM) DIA ÚTIL, contadas a partir da solicitação do Pregoeiro, PREFERENCIALMENTE em FORMATO DOC ou PDF - ZIPADO, EXCLUSIVAMENTE através do MÓDULO DE CONVOCAÇÃO DE ANEXOS DO SISTEMA COMPRASNET, com as seguintes informações:

9.1.1. Valores expressos, obrigatoriamente, em real;

9.1.1.1. Valor UNITÁRIO e TOTAL dos ITENS que compõem o LOTE, e valor TOTAL em algarismo e por extenso da proposta. Os preços serão registrados com 02 (duas) casas decimais, incluído nos mesmos todos os custos diretos e indiretos de despesas, tais como: salários, encargos fiscais, comerciais, sociais e trabalhistas, seguros, impostos, taxas e contribuições, transportes, alimentação, treinamento, despesas administrativas, lucro, insumos necessários e demais despesas decorrentes da execução do objeto licitado.

9.1.1.2. Os valores UNITÁRIOS dos ITENS que compõem o LOTE não poderão ser superiores aos constantes na PLANILHA ORÇAMENTÁRIA - ANEXO A do Edital.

9.1.1.3. Havendo divergência entre o valor unitário e total prevalecerá o unitário, e entre o expresso em algarismo e por extenso, o último.

9.1.2. Especificação clara e detalhada do serviço ofertado, com informação do quantitativo de materiais, insumos e equipamentos de limpeza a ser usado por unidade com detalhamento do padrão de qualidade.

9.1.3. Prazo de validade da Proposta de Preços: não inferior a 120 (cento e vinte) dias, contados da data de sua apresentação.

9.1.4. Prazo de início da Prestação dos Serviços: será imediatamente, após a assinatura do Contrato e de acordo com a solicitação formal do CONTRATANTE.

9.1.5. DADOS DO LICITANTE: Nome do representante legal da empresa, Razão Social, endereço completo com CEP, telefone, endereço eletrônico (e-mail), número do CNPJ, nome do banco, o código da agência e o número da conta-corrente e praça de pagamento;

9.2. Deverá, ainda, apresentar a seguinte DECLARAÇÃO NA PROPOSTA:

9.2.1. Declaração expressa de que nos preços cotados estão incluídos todos os custos e despesas diretas e indiretas, tais como: salários, encargos fiscais, comerciais, sociais e trabalhistas, seguros, impostos, taxas e contribuições, transportes, alimentação, treinamento, despesas administrativas, lucro, insumos necessários e demais despesas e encargos de qualquer natureza necessários ao cumprimento integral do objeto ora licitado, não sendo considerados pleitos de acréscimos a esse ou a qualquer título posteriormente.

9.2.2. Declaração de que cumprirá todos os prazos estabelecidos no Edital e seus Anexos.

9.2.3. Declaração de que os valores ofertados na proposta serão fixos e irrevogáveis.

Diante do exposto acima, fica bem evidente que a empresa LIMPAR LIMPEZA E CONSERVAÇÃO LTDA, não atendeu aos subitens acima, especificamente no que diz respeito as DECLARAÇÕES descritas nos Subitens 9.2.1, 9.2.2 e 9.2.3. Ressaltamos que a referida proposta não contemplou também os subitens 9.1.3 e 9.1.4 (declaração de validade da proposta e de prazo para início da prestação de serviços).

Vale aqui mencionar, mais uma vez, que a inabilitação da empresa LIMPAR LIMPEZA E CONSERVAÇÃO LTDA, não foi indevida, pois de acordo com o Subitem 9.6 do Edital do Pregão Eletrônico SRP nº 37/2019, fica bem claro que:

9.6. Serão desclassificadas as propostas que não atendam as exigências deste Edital e seus Anexos, sejam omissas ou apresentem irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o seu julgamento.

Ora, Nobre Pregoeiro, a empresa LIMPAR LIMPEZA E CONSERVAÇÃO LTDA, não atendeu os subitens acima mencionados, mesmo tempo o prazo de 24 (vinte e quatro) horas para o envio de sua proposta e planilhas de formação de preços, após a sua convocação por parte da CPL. Portanto a mesma não pode alegar erros informais, nessa caso, pois a mesma teve tempo suficiente para a leitura completa do Edital da licitação. Esses seus argumentos não deverá prosperar, pois não tem fundamentação nenhuma.

A empresa LIMPAR LIMPEZA E CONSERVAÇÃO LTDA, alega também em seu recurso, que conforme sua interpretação do Edital da Licitação, que as propostas deveriam ser apresentadas por metro quadrado e não por preço homem. Ora, esse alegação é infundada, pois conforme o ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA, no Item 3 - Subitem 3.3, fica bem evidente que o metro quadrado, foi somente utilizado para dimensionar o quantitativo de profissionais que seriam utilizados por cada LOTE licitado:

3.3. O dimensionamento da mão de obra, destinada a execução dos serviços de limpeza, higienização e conservação das instalações e bens móveis a serem realizados nas instalações físicas das Secretarias e demais Entidades Administrativas Operacionais da PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM, considerará m², que é a unidade de medida da prestação do referido serviço, o regime de trabalho das entidades pertencentes a PMB, da forma disposta no ANEXO VI-B da IN nº 05/2017 e suas alterações, conforme apresentados na TABELA I a seguir.

Mais uma vez, as alegações feitas pela empresa LIMPAR, não tem fundamentos e muito menos deve prosperar.

Com isso, a recorrida, está perfeitamente adequada à norma Editalícia, atendendo o Princípio da Vinculação ao Instrumento Convocatório, da Legalidade, da Igualdade e do Julgamento Objetivo, garantidos pelo art. 3º, da Lei nº 8.666/93 e pelo art. 37 da Constituição Federal de 1988, a qual transcrevemos:

Art. 3º. A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

Segundo Hely Lopes Meirelles, os princípios que regem a licitação, em qualquer de suas modalidades, podem ser resumidos nos seguintes preceitos: "procedimento formal; publicidade de seus atos; igualdade entre as licitantes; sigilo na apresentação das propostas; vinculação ao edital ou convite; julgamento objetivo; adjudicação compulsória ao vencedor" (Direito Administrativo Brasileiro, 20ª Ed., São Paulo, Revista dos Tribunais, 1995, p. 248).

Cretella Júnior entende que "a finalidade do procedimento licitatório é bem clara; é o meio mais idôneo para possibilitar contratos mais vantajosos para o Estado, o que se dá conforme os princípios que regem a lei da oferta e da procura; em segundo lugar, pelo fato de colocar a salvo o prestígio administrativo, escolhendo, não o preferido, mas aquele que, objetivamente, fez a melhor proposta" (Das Licitações Públicas, 9ª Ed., Rio de Janeiro, Forense, 1995, p. 119).

O art. 3º merece destaque porque estabelece os princípios norteadores de toda licitação.

O objetivo da licitação é o de proporcionar à Administração meios para, ao instaurar a competição entre licitantes, assegurar a seus administrados a possibilidade de disputarem a participação nos negócios do Governo e receberem o mesmo tratamento jurídico, sem discriminação, obedecendo aos preceitos do edital, e é o que vem acontecendo com a recorrida.

Com isso, a empresa PROJEBEL SERVIÇOS E COMÉRCIO LTDA está em total conformidade com a Lei Licitatória, como também, com o Edital de Convocação do Pregão, que aliás as empresas recorrentes discutem critério subjetivo do julgamento da demanda, que é inadmissível nos termos dos arts. 3 e 37, da Lei nº 8.666/93.

Ocorre, Ilustre Julgador, que a empresa recorrida, atendeu todas exigências insculpidas no presente Edital de Convocação e anexos, como ficou fartamente provado.

Portanto, atende o Edital convocatório, não existem especificações que obriguem as empresas concorrentes obedecer um critério subjetivo, cuja peculiaridade, depende de cada empresa concorrente, por fim, essa não é a exigência formulada no Edital, art. 30, incisos III e IV da Lei nº 8.666/93.

Outrossim, a decisão do Pregoeiro Oficial, se encontra provida de fundamentação, dada a legalidade da exigência do referido Edital, e também em face da vedação do art. 3º, § 1º, I, da Lei nº 8.666/93.

O julgamento da Fase Habilitatória do Pregão nº 2/2005, observou o art. 45 da Lei nº 8.666/93 ao julgar com objetividade e em conformidade com o critério previamente estabelecido no ato convocatório.

O julgamento...., será objetivo, devendo a Comissão de Licitação ou o responsável pelo convite realizá-lo em conformidade com os tipos de licitação, os critérios previamente estabelecidos no ato convocatório e de acordo com os fatores exclusivamente nele referidos, de maneira a possibilitar sua aferição pelos licitantes e pelos órgão de controle

Os nossos Tribunais têm decidido que o julgamento desta fase não é errôneo, senão vejamos:

TC/SP – Protocolo nº 28.492/026/92 – doe de 08.7.95. A falta de critério objetivo para julgamento do procedimento licitatório ensejou a declaração de ilegalidade do certame, pelo Tribunal.

TC/SP – Decisão nº 4.812/91. Licitação. Julgamento. Critério subjetivo. Recomenda a origem que o critério previsto no edital para o julgamento das licitações será objetivo, pertinente e adequado ao objeto licitado, de modo a prevenir os inconvenientes de critérios subjetivos que desnaturam o caráter de competitividade que o estatuto jurídico das licitações tem por fito resguardar, ao consagrar os princípios básicos expressos em seus arts. 3 e 37.

O instrumento convocatório – edital ou carta convite – constitui o documento básico da licitação, pois nele se contém todas as previsões referentes ao certame e ao futuro contrato. De tal sorte que estabelece as condições para participação, circunscrevendo, destarte, o universo de proponentes. Fixa o objeto da licitação e as condições das propostas, delimitando, pois, o universo das ofertas. Suas disposições são vinculantes para o órgão promotor da seleção e para os participantes. São também inalteráveis, a significar que suas disposições devem ser mantidas durante todo o procedimento, bem como durante a execução do consequente contrato.

Decisão do TRF da 5ª Região:

Licitação. Descumprimento. Exigência editalícia. Princípio da isonomia. Não pode a Administração descumprir o que estabelece o edital de tomada de preços, por encontra-se vinculada ao instrumento convocatório da licitação, bem como é inadmissível critérios subjetivos para julgamento das propostas ou critérios sigilosos que inviabilize a apresentação de propostas, de modo a comprometer o princípio da isonomia. (Remessa Ex Officio em MS nº 46.977-CE, Juiz Francisco Falcão, Boletim de Jurisprudência ADCOAS, nº 27)

Pelo exposto, requer o conhecimento da CONTRA RAZÃO, com a consequente manutenção da decisão, com vistas a garantir e preservar a legalidade dos atos praticados por ínclito Pregoeiro e Equipe de Apoio, declarando a manutenção da habilitação e da classificação da licitante PROJEBEL SERVIÇOS E COMÉRCIO LTDA, para que

produza efeitos ulteriores de direito.

Nestes Termos,
Pede Deferimento.
Belém/PA, 30 de maio de 2019.

ANDRÉ RICARDO BATISTA NUNES
Sócio Administrador
PROJEBEL SERVIÇOS E COMÉRCIO LTDA

Fechar

Pregão Eletrônico

Visualização de Recursos, Contra-Razões e Decisões

CONTRA RAZÃO :

EXCELENTÍSSIMO SENHOR JOSÉ GUEDES DA COSTA JÚNIOR, PREGOEIRO DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE COORDENAÇÃO GERAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO/SEGEPE – PREFEITURA DE BELÉM

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 37/2019 - SEGEPE
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 84/2018

A. A. J. LOURENÇO & CIA pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF nº 05.619.593/0001-92, já qualificada nos autos do processo administrativo em epígrafe, vem por meio de sua Sócia - Administradora ALTAMIRA ANTÔNIO JOSÉ LOURENÇO, perante este pregoeiro, na forma prevista inciso XVIII do art. 4 da Lei nº 10.520/2002 apresentar CONTRARRAZÕES AO RECURSO promovido pela empresa LIMPAR LIMPEZA E CONSERVAÇÃO LTDA, pelas razões de fato e de direito a seguir demonstrados

1. DA TEMPESTIVIDADE DA CONTRARRAZÕES AO RECURSO:

A Contrarrazões ao recurso é prevista no inciso XVIII do art. 4 da Lei nº 10.520/2002, que assim determina:

Art. 4º A fase externa do pregão será iniciada com a convocação dos interessados e observará as seguintes regras:
(...)

XVIII - declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 3 (três) dias para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contra-razões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos;

(...)

Dessa forma, o dies a quo para oposição do manejo proposto pela Recorrente, inicia em 28.05.2019. Portanto, o prazo determinado pela legislação afeta se esgota em 30.05.2019, o que torna a presente contrarrazão dentro do prazo legal, para recebimento ante sua admissibilidade.

2. DO RESUMO DOS FATOS DO RECURSO:

Trata-se de processo administrativo licitatório na modalidade Pregão Eletrônico SRP Nº 37/2019, para futura e eventual "CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA ÁREA DE LIMPEZA, ASSEIO E CONSERVAÇÃO", de natureza contínua, incluindo a disponibilização de mão de obra qualificada com fornecimento de produtos saneantes domissanitários, materiais e equipamentos e demais insumos de limpeza e higienização além dos equipamentos necessários à execução dos serviços, para atender as Secretarias, Prédios Administrativos e Entidades que compõe a PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

A empresa LIMPAR LIMPEZA E CONSERVAÇÃO LTDA, insatisfeita com a decisão do Pregoeiro que classificou e habilitou a empresa A. A. J. LOURENÇO & CIA no certame, promoveu recurso, sem qualquer amparo legal, fazendo afirmações genéricas, uma vez que se quer estava classificada para o lote 5 e foi inabilitada, na tentativa de ver sua tese vencedora, o que não merece prosperar, vez que empresa vencedora A. A. J. LOURENÇO & CIA cumpriu os requisitos do edital, conforme se extrai da ata da sessão pública nominada "RESULTADO POR FORNECEDOR", datada de 27.05.2019.

Fica claro que o pregoeiro acertadamente e em total obediência aos princípios reguladores do processo licitatório, classificou e habilitou a Recorrida, pois caso contrário ocorreria afrontamento da legislação e representaria risco ao processo licitatório, considerando que a tese encampada no manejo, somente aponta, que não houve respeito as exigências do edital, ou seja, sem qualquer justificativa jurídica ou cotejamento técnico para a modificação da decisão.

3. DO MÉRITO.

3.1. DAS RAZÕES PARA MANUTENÇÃO DA CLASSIFICAÇÃO E HABILITAÇÃO DA RECORRIDA:

Este Pregoeiro proferiu decisão administrativa, perfeitamente dentro dos princípios da Administração Pública, entre eles o da legalidade, vinculação ao edital, igualdade entre os licitantes, preservação ao objeto licitado e ao interesse público.

A empresa LIMPAR LIMPEZA E CONSERVAÇÃO LTDA, alega que foi "recusada/desclassificada" para o Lote 04; Lote 05 e Lote 08 por ausência de informações que estariam supostamente conditas no sistema e em demais declarações apresentadas pela Recorrente, destaca que declaração de concordância de todas as exigências e termos do edital, pressupõe, por óbvio, sujeição à todas as normas editalícias e enfatiza, ainda, que Administração recusou a proposta da Recorrente, sem sequer permitir correção destes vícios formais, como fez com outras licitantes, e cita o exemplo da empresa LIDERANÇA LIMPEZA E CONSERVAÇÃO LTDA à qual foi concedida a possibilidade de reelaboração de proposta, para o lote 3, conforme transcrito abaixo:

Da recusa da proposta da recorrente por vícios formais. Quebrada isonomia entre os licitantes. A proposta da recorrente foi desclassificada por mero erro formal, pela ausência de informações que estão contidas no sistema e em demais declarações apresentadas pela empresa. Por ocasião do cadastro as propostas no sistema operacionalizador dos pregões eletrônicos, como condição sine qua non, as licitantes devem preencher as declarações obrigatórias no sistema, declarações estas que possuem pleno valor legal.

Dentre estas consta a declaração de concordância de todas as exigências e termos do edital, o que pressupõe, por óbvio, sujeição à todas as normas editalícias. De maneira totalmente desarrazoada, a Administração recusou a proposta da recorrente, sem sequer permitir correção destes vícios formais, como fez com outras licitantes, a exemplo da empresa LIDERANÇA LIMPEZA E CONSERVAÇÃO LTDA à qual foi concedida a possibilidade de reelaboração de proposta, para o lote 3. Qual a razão técnica adotada pelo pregoeiro para diligenciar um erro formal com uma empresa e simplesmente negar tal possibilidade para outra? Tal conduta infringe o julgamento objetivo previsto no art. 3º da Lei 8.666/93, abaixo transcrita:

(...)

Na mesma linha continuou afirmando que:

Quebra do critério de julgamento do edital. Desatendimento às exigências da IN 002/2008. De acordo com o item 8.1 do edital, o critério deste certame é o menor preço por lote, tendo como parâmetro do custo por m², ou excepcionalmente, o custo por posto conforme transcrição abaixo: 8.1. O Pregoeiro efetuará o julgamento das Propostas de Preços de acordo com as exigências contidas no Edital e seus Anexos, pelo critério de MENOR PREÇO POR LOTE, tendo como parâmetro o custo por m² ou excepcionalmente o custo por Posto de Trabalho, podendo encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta diretamente ao licitante que tenha apresentado o lance de menor valor, para que seja obtido preço melhor, bem assim, decidir sobre sua aceitação.

Senhor Pregoeiro, consoante se colhe das alegações da Recorrente é perceptível que as mesmas não possuem qualquer coerência, pois a recorrente mesmo não está concorrendo para alguns lotes a empresa LIMPAR LIMPEZA E CONSERVAÇÃO LTDA impetrou recurso em todos os lotes, no entanto, não motivou adequadamente qual ponto merece ser revisto individualmente para cada lote ou seja, não assiste qualquer razão para o mesmo apenas para embaraçar e tumultuar o certame, atrasando o andamento dos trabalhos. A alegação utilizada, foi manipulada intencionalmente para procrastinar o processo licitatório e criar suspeita ao conteúdo de documentos reconhecido pelo Pregoeiro.

Assim sendo, o Recurso manejado não possui qualquer elemento, jurídico capaz de invalidar ou mesmo modificar a decisão que habilitou a Impugnante, que por razoabilidade e proporcionalidade deve manter na totalidade sua decisão, permitindo que a empresa A. A. J. LOURENÇO & CIA, siga no certame para posterior adjudicação e homologação do lote 5, pois ao elaborar sua proposta a fez no mais estrito cumprimento aos princípios gerais do Direito, atendendo os preceitos que regem as licitações públicas, mormente no que tange a modalidade Pregão Eletrônico, bem como à Carta Magna, além de garantir a observância dos princípios da igualdade, da moralidade, da economicidade, da vinculação ao instrumento convocatório e da busca da proposta mais vantajosa para a Administração, nos termos do artigo 3º da Lei 8.666/93, que reza: "Art. 3º - A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhe são correlatos." (grifo nosso).

3.2. DAS RAZÕES PARA MANUTENÇÃO DA INABILITAÇÃO DA RECORRENTE: DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E PLANILHAS DE FORMAÇÃO DE PREÇO:

Com relação a este fato apresentado pela empresa LIMPAR LIMPEZA E CONSERVAÇÃO LTDA, temos a esclarecer, que não houve nenhuma erro desta honrada Comissão de Licitação, na inabilitação da empresa LIMPAR, pois sua proposta apresentada não contemplou o item 9 - Subitens 9.1.1 a 9.2.3 do Edital do Pregão Eletrônico, conforme destacamos:

9. DA FORMULAÇÃO E ENVIO DA PROPOSTA VENCEDORA NO SISTEMA

9.1. Encerrada as etapas de lances e negociação da sessão pública, o Pregoeiro convocará através do canal de comunicação eletrônica (chat), o licitante VENCEDOR e TODOS OS DEMAIS PARTICIPANTES CLASSIFICADOS (ATÉ AO LIMITE DO VALOR ESTIMADO) para enviar, os seguintes documentos: PROPOSTA DE PREÇOS, A) PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, B) PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE PREÇOS UNITÁRIO COM SEUS ENCARGOS; contendo informações detalhadas, para a verificação da exequibilidade do seu último lance ofertado, pela Unidade Técnica, atualizada e assinada pelo representante legal do licitante ou por seu procurador com poderes para o ato, sem rasuras, emendas ou entrelinhas, em até 01 (UM) DIA ÚTIL, contadas a partir da solicitação do Pregoeiro, PREFERENCIALMENTE em FORMATO DOC ou PDF - ZIPADO, EXCLUSIVAMENTE através do MÓDULO DE CONVOCAÇÃO DE ANEXOS DO SISTEMA COMPRASNET, com as seguintes informações:

9.1.1. Valores expressos, obrigatoriamente, em real;

9.1.1.1. Valor UNITÁRIO e TOTAL dos ITENS que compõem o LOTE, e valor TOTAL em algarismo e por extenso da proposta. Os preços serão registrados com 02 (duas) casas decimais, incluído nos mesmos todos os custos diretos e indiretos de despesas, tais como: salários, encargos fiscais, comerciais, sociais e trabalhistas, seguros, impostos, taxas e contribuições, transportes, alimentação, treinamento, despesas administrativas, lucro, insumos necessários e demais despesas decorrentes da execução do objeto licitado.

9.1.1.2. Os valores UNITÁRIOS dos ITENS que compõem o LOTE não poderão ser superiores aos constantes na PLANILHA ORÇAMENTÁRIA - ANEXO A do Edital.

9.1.1.3. Havendo divergência entre o valor unitário e total prevalecerá o unitário, e entre o expresso em algarismo e por extenso, o último.

9.1.2. Especificação clara e detalhada do serviço ofertado, com informação do quantitativo de materiais, insumos e equipamentos de limpeza a ser usado por unidade com detalhamento do padrão de qualidade.

9.1.3. Prazo de validade da Proposta de Preços: não inferior a 120 (cento e vinte) dias, contados da data de sua apresentação.

9.1.4. Prazo de início da Prestação dos Serviços: será imediatamente, após a assinatura do Contrato e de acordo com a solicitação formal do CONTRATANTE.

9.1.5. DADOS DO LICITANTE: Nome do representante legal da empresa, Razão Social, endereço completo com CEP, telefone, endereço eletrônico (e-mail), número do CNPJ, nome do banco, o código da agência e o número da conta-corrente e praça de pagamento;

9.2. Deverá, ainda, apresentar a seguinte DECLARAÇÃO NA PROPOSTA:

9.2.1. Declaração expressa de que nos preços cotados estão incluídos todos os custos e despesas diretas e indiretas, tais como: salários, encargos fiscais, comerciais, sociais e trabalhistas, seguros, impostos, taxas e

contribuições, transportes, alimentação, treinamento, despesas administrativas, lucro, insumos necessários e demais despesas e encargos de qualquer natureza necessários ao cumprimento integral do objeto ora licitado, não sendo considerados pleitos de acréscimos a esse ou a qualquer título posteriormente.

9.2.2. Declaração de que cumprirá todos os prazos estabelecidos no Edital e seus Anexos.

9.2.3. Declaração de que os valores ofertados na proposta serão fixos e irrevogáveis.

Diante do exposto acima, fica bem evidente que a empresa LIMPAR LIMPEZA E CONSERVAÇÃO LTDA, não atendeu aos subitens acima, especificamente no que diz respeito as DECLARAÇÕES descritas nos Subitens 9.2.1, 9.2.2 e 9.2.3. Ressaltamos que a referida proposta não contemplou também os subitens 9.1.3 e 9.1.4 (declaração de validade da proposta e de prazo para início da prestação de serviços).

Vale aqui mencionar, mais uma vez, que a inabilitação da empresa LIMPAR LIMPEZA E CONSERVAÇÃO LTDA, não foi indevida, pois de acordo com o Subitem 9.6 do Edital do Pregão Eletrônico SRP nº 37/2019, fica bem claro que:

9.6. Serão desclassificadas as propostas que não atendam as exigências deste Edital e seus Anexos, sejam omissas ou apresentem irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o seu julgamento.

A empresa LIMPAR LIMPEZA E CONSERVAÇÃO LTDA, não atendeu os subitens acima mencionados, mesmo tempo o prazo de 24 (vinte e quatro) horas para o envio de sua proposta e planilhas de formação de preços, após a sua convocação por parte da CPL. Portanto a mesma não pode alegar erros informais, nessa caso, pois a mesma teve tempo suficiente para a leitura completa do Edital da licitação. Esses seus argumentos não deverá prosperar, pois não tem fundamentação nenhuma. Ora, se a própria lei prevê a possibilidade de modificação do edital e ainda que qualquer cidadão possa impugnar o edital, assim a Recorrente poderia, se discordasse das exigências do Edital, tais como apresentarem as DECLARAÇÕES exigidas, impugná-lo dentro do prazo legal, o que não fez, levando a duas possíveis interpretações, a) a Recorrente não achou as exigências excessivas e foi apenas negligentes ao compor seu documentos, ou foi negligente a ponto de sequer ler o edital para cumprirem suas determinações.

Nesse sentido, a Recorrente tinha total conhecimento das normas editalícias, e mesmo assim cometeu erros insanáveis, não podendo requerer da faculdade de diligência do Pregoeiro, a oportunidade de apresentar documentos novos, pois não havia apresentado as declarações exigidas no certame e corrigir erros de planilha insanáveis.

A empresa LIMPAR LIMPEZA E CONSERVAÇÃO LTDA, alega também em seu recurso, que conforme sua interpretação do Edital da Licitação, que as propostas deveriam ser apresentadas por metro quadrado e não por preço homem. Ora, esse alegação é infundada, pois conforme o ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA, no Item 3 – Subitem 3.3, fica bem evidente que o metro quadrado, foi somente utilizado para dimensionar o quantitativo de profissionais que seriam utilizados por cada LOTE licitado:

3.3. O dimensionamento da mão de obra, destinada a execução dos serviços de limpeza, higienização e conservação das instalações e bens móveis a serem realizados nas instalações físicas das Secretarias e demais Entidades Administrativas Operacionais da PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM, considerará m², que é a unidade de medida da prestação do referido serviço, o regime de trabalho das entidades pertencentes a PMB, da forma disposta no ANEXO VI-B da IN nº 05/2017 e suas alterações, conforme apresentados na TABELA I a seguir.

Mais uma vez, as alegações feitas pela empresa LIMPAR, não tem fundamento.

4. DA CONCLUSÃO:

Diante do exposto requer:

a) Seja a presente Contrarrazões recebida e processada, devido preencher as condições para surtir seus efeitos esperados;

b) A MANUTENÇÃO DA DECISÃO do Pregoeiro, em todos os seus termos, para manter a empresa A. A. J. LOURENÇO & CIA classificada e habilitada, por conseguinte, lograr-se vencedora.

Nesses termos, aguarda deferimento.

Belém(PA), 30 de maio de 2019.

ALTAMIRA ANTONIO JOSÉ LOURENÇO

Sócia - Administradora

CNPJ: 05.619.593/0001-92

Fechar

Pregão Eletrônico

▪ Visualização de Recursos, Contra-Razões e Decisões

CONTRA RAZÃO :

SENHOR PREGOEIRO DA CGL – JOSÉ GUEDES DA COSTA JÚNIOR – SECRETARIA MUNICIPAL DE COORDENAÇÃO GERAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO/SEGEF – PREFEITURA DE BELÉM.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 37/2019 - SEGEF
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 84/2018

TOP PRYME SERVIÇOS TERCEIRIZADOS EIRELI pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF nº 24.363.455/0001-30, já qualificada nos autos do processo administrativo em epígrafe, vem por meio de sua procuradora ANA FERREIRA DE SOUSA MENDES, perante este preclaro pregoeiro, na forma prevista inciso XVIII do art. 4 da Lei nº 10.520/2002 apresentar CONTRARRAZÕES AO RECURSO promovido pela empresa LIMPAR LIMPEZA E CONSERVAÇÃO LTDA, pelas razões de fato e de direito a seguir demonstrados

1. DA TEMPESTIVIDADE DA CONTRARRAZÕES AO RECURSO:

A Contrarrazões ao recurso é prevista no inciso XVIII do art. 4 da Lei nº 10.520/2002, que assim determina:

Art. 4º A fase externa do pregão será iniciada com a convocação dos interessados e observará as seguintes regras:
(...)

XVIII - declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 3 (três) dias para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contra-razões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos;

(...)

Dessa forma, o dies a quo para oposição do manejo proposto pela Recorrente, inicia em 28.05.2019. Portanto, o prazo determinado pela legislação afeta se esgota em 30.05.2019, o que torna o presente contrarrazoado dentro do prazo legal, para recebimento ante sua admissibilidade.

2. DO RESUMO DOS FATOS DO RECURSO:

Trata-se de processo administrativo licitatório na modalidade Pregão Eletrônico SRP Nº 37/2019, para futura e eventual "CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA ÁREA DE LIMPEZA, ASSEIO E CONSERVAÇÃO", de natureza contínua, incluindo a disponibilização de mão de obra qualificada com fornecimento de produtos saneantes domissanitários, materiais e equipamentos e demais insumos de limpeza e higienização além dos equipamentos necessários à execução dos serviços, para atender as Secretarias, Prédios Administrativos e Entidades que compõe a PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

A Recorrente, sob puro inconformismo com a decisão do Pregoeiro que classificou e habilitou a Recorrida no certame, promoveu recurso, sem qualquer amparo legal, fazendo afirmações genéricas e falaciosas, uma vez que se quer estava classificada para o lote 6, na tentativa de ver sua tese vencedora, o que não merece prosperar, vez que empresa TOP PRYME SERVIÇOS TERCEIRIZADOS EIRELI cumpriu os requisitos do edital, conforme se extrai da ata da sessão pública nominada "RESULTADO POR FORNECEDOR", datada de 27.05.2019.

Não resta dúvida que o pregoeiro acertadamente e em total obediência aos princípios reguladores do processo licitatório, classificou e habilitou a Recorrida, pois caso contrário ocorreria afrontamento da legislação e representaria risco ao processo licitatório, considerando que a tese encampada no manejo, somente aponta, que não houve respeito as exigências do edital, ou seja, sem qualquer justificativa jurídica ou cotejamento técnico para a modificação da decisão.

Assim, considerando que a questão merece maiores explicações, vamos tratá-las em tópicos separados, para melhor compreensão.

3. DO MÉRITO.

3.1. DAS RAZÕES PARA MANUTENÇÃO DA CLASSIFICAÇÃO E HABILITAÇÃO DA RECORRIDA:

Consoante exposto ao norte, este Pregoeiro proferiu decisão administrativa, perfeitamente dentro dos princípios da Administração Pública, entre eles o da legalidade, vinculação ao edital, igualdade entre os licitantes, preservação ao objeto licitado e ao interesse público.

A empresa LIMPAR LIMPEZA E CONSERVAÇÃO LTDA, alega que foi "recusada/desclassificada" para o Lote 04; Lote 05 e Lote 08 por ausência de informações que estariam supostamente conditas no sistema e em demais declarações apresentadas pela Recorrente, destaca que declaração de concordância de todas as exigências e termos do edital, pressupõe, por óbvio, sujeição à todas as normas editalícias e enfatiza, ainda, que Administração recusou a proposta da Recorrente, sem sequer permitir correção destes vícios formais, como fez com outras licitantes, e cita o exemplo da empresa LIDERANÇA LIMPEZA E CONSERVAÇÃO LTDA à qual foi concedida a possibilidade de reelaboração de proposta, para o lote 3, conforme transcrito abaixo:

3.1. Da recusa da proposta da recorrente por vícios formais. Quebrada isonomia entre os licitantes. A proposta da recorrente foi desclassificada por mero erro formal, pela ausência de informações que estão conditas no sistema e em demais declarações apresentadas pela empresa. Por ocasião do cadastro as propostas no sistema operacionalizador dos pregões eletrônicos, como condição sine qua non, as licitantes devem preencher as declarações obrigatórias no sistema, declarações estas que possuem pleno valor legal.

Dentre estas consta a declaração de concordância de todas as exigências e termos do edital, o que pressupõe, por óbvio, sujeição à todas as normas editalícias. De maneira totalmente desarrazoada, a Administração recusou a proposta da recorrente, sem sequer permitir correção destes vícios formais, como fez com outras licitantes, a exemplo da empresa LIDERANÇA LIMPEZA E CONSERVAÇÃO LTDA à qual foi concedida a possibilidade de

reelaboração de proposta, para o lote 3. Qual a razão técnica adotada pelo pregoeiro para diligenciar um erro formal com uma empresa e simplesmente negar tal possibilidade para outra? Tal conduta infringe o julgamento objetivo previsto no art. 3º da Lei 8.666/93, abaixo transcrita:
(...)

Na mesma linha continuou afirmando que:

3.2. Quebra do critério de julgamento do edital. Desatendimento às exigências da IN 002/2008. De acordo com o item 8.1 do edital, o critério deste certame é o menor preço por lote, tendo como parâmetro do custo por m², ou excepcionalmente, o custo por posto conforme transcrição abaixo: 8.1. O Pregoeiro efetuará o julgamento das Propostas de Preços de acordo com as exigências contidas no Edital e seus Anexos, pelo critério de MENOR PREÇO POR LOTE, tendo como parâmetro o custo por m² ou excepcionalmente o custo por Posto de Trabalho, podendo encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta diretamente ao licitante que tenha apresentado o lance de menor valor, para que seja obtido preço melhor, bem assim, decidir sobre sua aceitação.

Senhor Pregoeiro, consoante se colhe das alegações da Recorrente é perceptível que as mesmas não possuem qualquer coerência, pois a recorrente não está concorrendo para o LOTE 6, ou seja, não assiste qualquer razão para impetrar o presente recurso.

Nota-se, pela simples análise da ordem de classificação para o LOTE 6 em que a Recorrente se encontra na 21ª posição, mostrando com isso que a alegação utilizada, foi manipulada intencionalmente para procrastinar o processo licitatório e criar suspeita ao conteúdo de documentos reconhecido pelo Pregoeiro.

Ora, é clarividente que a Recorrente cria uma situação que apenas embaraça e tumultua o certame atrasando o andamento dos trabalhos do Pregoeiro, haja vista que no caso em questão trata-se de uma licitação por itens/lotes, na qual cada um é considerado como uma licitação autônoma e independente, que apenas processa-se de forma conjugada em um único procedimento.

Nesse sentido, para cada um dos itens/lotes o processo é autônomo, ou seja, as fases recursais, ainda que iniciadas ao mesmo tempo, sejam também independente, motivo pelo qual não há qualquer plausibilidade no recurso impetrado, tendo em vista que para o LOTE 6 a Recorrente (21ª) não teve sua proposta recusada/desclassificada, assim não teve nenhum prejuízo no referido lote.

O Recurso proposto é descabido, uma vez que lhe falta os motivação nos termos que estabelece o artigo 26 do Decreto Federal nº 5.450/2005, in verbis:

Art. 26. Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá, durante a sessão pública, de forma imediata e motivada, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de três dias para apresentar as razões de recurso, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contra-razões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses. (grifamos).

Note-se que não basta a simples manifestação da intenção em recorrer, havendo a necessidade de que tal registro seja feito de forma imediata e motivada. A motivação consiste na indicação pelo licitante do ponto que merece ser revisto segundo sua concepção. Frise-se que não se trata de expor as razões de recurso, visto que para isso a lei lhe concede um prazo de 3 dias, mas sim apontar a ilegalidade que considera estar sendo cometida.

É cediço, portanto, que caberá ao Pregoeiro antes de dedicar-se à análise de mérito das razões apresentadas, decidir por admitir, ou não, o recurso. Assim, no caso em análise a Recorrente, impetrou recurso para todos os lotes, no entanto, não motivou adequadamente qual ponto merece ser revisto individualmente para cada lote, e por consequência levou o Pregoeiro a erro, pois o recurso para o LOTE 6 não possui qualquer fundamento legal, haja vista que para este lote a Recorrente não foi recusada/desclassificada.

Assim sendo, o Recurso manejado não possui qualquer elemento, jurídico capaz de invalidar ou mesmo modificar a decisão que habilitou a Impugnante, que por razoabilidade e proporcionalidade deve manter na totalidade sua decisão, permitindo que a empresa TOP PRYME SERVIÇOS TERCEIRIZADOS EIRELI, siga no certame para posterior adjudicação e homologação do lote 6.

3.2. DAS RAZÕES PARA MANUTENÇÃO DA INABILITAÇÃO DA RECORRENTE:

A licitação é um procedimento formal. A formalização obrigatória eleva a licitação ao patamar de processo administrativo, assim o edital é um ato escrito em que são apresentadas determinações, avisos, citações e demais comunicados de ordem oficial.

O Edital da licitação tem força legal e vincula os atos e contratos, devendo o mesmo ser respeitado, motivo pelo qual o Princípio do Instrumento Convocatório está consagrado pelo art. 41, caput, da Lei nº 8.666/1993.

Esse instrumento torna-se lei entre as partes tornando-o imutável, eis que, em regra, depois de publicado o Edital, não deve mais a Administração alterá-lo até o encerramento do processo licitatório. Trata-se de garantia à moralidade e impessoalidade administrativa e a segurança jurídica. A imutabilidade do edital ainda que regra tem suas excepcionalidades, o §4º do artigo 21 da Lei nº 8.666/1993 prevê a possibilidade de alteração do edital.

Ora, se a própria lei prevê a possibilidade de modificação do edital e ainda que qualquer cidadão possa impugnar o edital, assim a Recorrente poderia, se discordasse das exigências do Edital, tais como apresentarem as DECLARAÇÕES exigidas, impugná-lo dentro do prazo legal, o que não fez, levando a duas possíveis interpretações, a) a Recorrente não achou as exigências excessivas e foi apenas negligentes ao compor seu documentos, ou foi negligente a ponto de sequer ler o edital para cumprirem suas determinações.

Nesse sentido, o questionamento, por parte da Recorrente, de ato administrativo que motivo da recusa de sua proposta é passível de diligência e que não foi oportunizada durante a licitação é completamente descabida, tendo em vista que a empresa LIMPAR LIMPEZA E CONSERVAÇÃO LTDA deixou de apresentar as declarações na exigidas nos itens 9.1.3, 9.1.4, 9.2.1, 9.2.2 e 9.2.3 do Edital.

No que tange à possibilidade de aplicação diligência, a Corte de Contas indica que Administração pode promover diligências para o saneamento de eventuais falhas somente na proposta, ou seja, correções de pequenas falhas ou omissões na composição dos custos, desde que não alterem o valor global da proposta,

É evidente que as declarações exigidas no item 9 do edital, são documentos que tem a essência de habilitação, não se confundem com Planilha de Custos, não cabendo diligências que alterem os resultados dos documentos de habilitação, pois caso contrário se estaria ferindo o princípio do Vinculação ao Instrumento Convocatório e o Princípio da Legalidade.

No que tange, a alegação da falta de diligência do Pregoeiro no que se refere a proposta de preço, também não reflete a realidade dos fatos, pois a Recorrente apresentou em sua Proposta de Preços o valor Unitário de R\$

3.293,53 por posto, em quanto na planilha de composição de custo para Servente o valor unitário de R\$ 3.024,79, ou seja, dois valores totalmente diferentes, e por consequência com alternativa de preços bem discrepante, não sendo possível de ajustes, e afrontando diretamente o item 9.3. do Edital, in verbis :

9.3. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto desta licitação, sem conter alternativas de preços ou qualquer outra condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado, sob pena de desclassificação. (grifamos)

Nesse sentido, a Recorrente tinha total conhecimento das normas editalícias, e mesmo assim cometeu erros insanáveis, não podendo requerer da faculdade de diligência do Pregoeiro, a oportunidade de apresentar documentos novos, pois não havia apresentado as declarações exigidas no certame e corrigir erros de planilha insanáveis, uma que a diferença de valor incide diretamente no valor total da proposta, prática rechaçada pelo Corte de Contas.

O instituto da diligência é uma pratica que visa corrigir pequenos equívoco nas planilhas de composição de custo, e não uma oportunidade para que o licitante relapso possa reapresentar documentos e valores que já deveriam está presentes no certame, motivo pelo qual o edital fica publicado com antecedência da abertura da licitação, prazo este que serve para preparação da futuras concorrentes.

Dessa forma, os motivos apresentados pela Recorrente não possuem qualquer elemento, jurídico capaz de invalidar ou mesmo modificar a decisão que habilitou a Recorrida, razão pela qual a decisão desta CPL deve ser mantida in totum por representar respeito e coerência com os princípios constitucionais que norteiam o procedimento licitatório.

4. DA CONCLUSÃO:

Diante do exposto requer:

- a) Seja a presente Contrarrrazões recebida e processada, devido preencher as condições para surtir seus efeitos esperados;
- b) A MANUTENÇÃO DA DECISÃO do Pregoeiro, em todos os seus termos, para manter a empresa TOP PRYME SERVIÇOS TERCEIRIZADOS EIRELI classificada e habilitada, por conseguinte, lograr-se vencedora. Nesses termos, aguarda deferimento.

Belém(PA), 30 de maio de 2019.

ANA FERREIRA DE SOUSA MENDES
Gerente Comercial
PROCURADORA DA TOP PRYME SERVIÇOS TERCEIRIZADOS EIRELI
CNPJ: 24.363.455/0001-30

Fechar

Pregão Eletrônico

▪ Visualização de Recursos, Contra-Razões e Decisões

CONTRA RAZÃO :

À
PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM – PMB
SECRETARIA MUNICIPAL DE COORDENAÇÃO GERAL DO PLANEJAMENTO E GESTÃO SEGEP
AV. GOVERNADOR JOSÉ MALCHER Nº 2110
SÃO BRAZ
BELÉM – PARÁ – CEP: 66060-230

Ilmo Sr. José Guedes da Costa Junior
PREGOEIRO OFICIAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 037/2019/CGL/PMB

REF: PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 084/2018

CONTRA-RAZÕES DE RECURSO DO LOTE 8

LIMP CAR LOCAÇÃO E SERVIÇOS LTDA, empresa prestadora de serviços, portadora do CNPJ nº 01.232.642/0001-89, sediada em Belém do Pará, sito no Conjunto Euclides Figueiredo, Rua F, Nº 2 , Bairro da Marambaia – Belém – Pará, CEP 66620-770, contato (91) 3238-3146, na qualidade de empresa licitante nos autos do processo licitatório acima referenciado, não concordando com o teor de recurso administrativo da empresa LIMP PAR LIMPEZA E CONSERVAÇÃO LTDA., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.775.721/0001-85, vem tempestivamente, com embasamento no Item 13.1.1 do Edital supracitado, e baseado nas disposições legais do Decreto nº 3.555/2000, e ainda, no DECRETO 5.450/2005, e na Lei 10.520/2002, c/c a Lei Federal 8.666/1993, suas alterações posteriores, interpor estas Contra-Razões de Recurso, requerendo junto a autoridade Pregoeira, a manutenção da r. decisão recorrida nos autos do Pregão Eletrônico nº 037/2019, com o firme propósito de fazer se cumprir o regulamento pátrio das licitações pública, bem como a legislação correlata, apresentando-lhe para tal fim, as razões de fato e de direito que segue em anexo:

1. DO OBJETO

A presente licitação, na modalidade Pregão Eletrônico, para Registro de Preços em Ata, para futura e eventual "CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA ÁREA DE LIMPEZA, ASSEIO E CONSERVAÇÃO", de natureza contínua, incluindo a disponibilização de mão de obra qualificada com fornecimento de produtos saneantes domissanitários, materiais e equipamentos e demais insumos de limpeza e higienização além dos equipamentos necessários à execução dos serviços, para atender as Secretarias, Prédios Administrativos e Entidades que compõe a PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

A presente licitação, teve a sessão inicial de abertura precisamente no dia 10 de abril de 2019, às 09:00 horas (horário de Brasília/DF), através do Portal do Comprasnet, utilizando a UASG 925387, tendo participado do Pregão diversas empresas dentre as quais as recorrentes e esta recorrida.

1. DA TEMPESTIVIDADE DA CONTRARRAZÕES AO RECURSO:

A Contrarrazões ao recurso é prevista no inciso XVIII do art. 4 da Lei nº 10.520/2002, que assim determina:

Art. 4º A fase externa do pregão será iniciada com a convocação dos interessados e observará as seguintes regras: (...)

XVIII - declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 3 (três) dias para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar Contra-Razões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos;

Nota de Introdução:

Preliminarmente, impende salientar que, em se tratando de licitações de menor preço, houve por bem a Recorrida cotar, efetivamente, o preço mais vantajoso possível para o Lote 8, que lhe permitirá a executar o contrato licitado com eficiência, segurança e exequibilidade, de modo a apresentar junto a PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM, sem prejuízo da rentabilidade que a própria proponente venha obter.

Ao elaborar sua proposta, a empresa LIMP CAR LOCAÇÃO E SERVIÇOS LTDA., a fez no mais estrito cumprimento aos princípios gerais do Direito, atendendo os preceitos que regem as licitações públicas, mormente no que tange a modalidade Pregão Eletrônico, bem como à Carta Magna, além de garantir a observância dos princípios da igualdade, da moralidade, da economicidade, da vinculação ao instrumento convocatório e da busca da proposta mais vantajosa para a Administração. Nos termos do artigo 3º da Lei 8.666/93, que reza: "Art. 3º - A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da

vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhe são correlatos.” (grifo nosso).

SÍNTESE DAS ALEGAÇÕES DA EMPRESA LIMPAR LIMPEZA E CONSERVAÇÃO LTDA.

A recorrente LIMPAR, alega que o critério de julgamento adotado pela autoridade Pregoeira, não atendeu o Edital, pois foi aplicado na forma de menor preço por posto de serviço e não por metro quadrado (m²), fazendo referência a IN 05/2017 – MPOG.

Alega também, que a sua proposta foi recusada sem motivo, após a convocação dos anexos de proposta, o Pregoeiro recusou a proposta da recorrente por vícios meramente formais; realizou a aceitação das propostas tendo por critério o menor preço por posto, conforme discorre na peça recorrente.

Menciona ainda, que o critério de menor por preço por posto de serviço, não está de acordo com a IN 05/2017 – MPOG.

Passando-se a impugnação do Recurso Administrativo interposto pela empresa LIMPAR LIMPEZA E CONSERVAÇÃO LTDA., de Imediato, podemos asseverar que o referido não tem qualquer fundamentação legal.

Primeiramente, a recusa da proposta de preços da recorrente, deu-se em razão de descumprimento do Edital, conforme foi registrado na Ata eletrônica do Pregão nº 037/2019, com toda a motivação averbada de modo transparente, inclusive pelas mensagens compartilhadas no chat da Sessão, onde teve a recorrente prazo e oportunidade para readequação de sua proposta, ocorre que mesmo com essa convocação em nível de igualdade para todos os licitantes, a recorrente não conseguiu atender o que lhe foi solicitado, não restando portanto outra alternativa ao Sr. Pregoeiro, que não fosse a recusa da sua proposta de preço.

Quanto a alegação de que o critério de julgamento foi realizado pelo Menor Preço por posto de serviço e não por metro quadrado, a luz do Edital deste certame, seu inconformismo não tem a menor procedência, inclusive é uma alegação totalmente descabida da recorrente, haja vista, que o Anexo I – B, Planilha de Composição de Custos do Edital, apresenta-se aos LICITANTES discriminando todos os custos de mão de obra, Insumos, Taxa, Lucro e Impostos, e finaliza com o preço estimado da licitação, tudo na forma de Preço por Posto de Serviço e não preço por metro quadrado (m²) como cita descabidamente a empresa recorrente.

Para combater efetivamente, as alegações infundadas da recorrente, faremos daqui por diante, a colação de alguns tópicos do Edital, os quais versão sobre as condicionantes para apresentação de proposta e seus critérios de julgamento.

5. A Proposta de Preços deverá conter:
(....),

5.5.2. O valor TOTAL do LOTE, em algarismo, expresso em moeda corrente nacional (R\$), considerando as quantidades constantes no Anexo A do presente Edital.

5.10. Não serão consideradas as propostas com alternativas, devendo os licitantes se limitar às especificações constantes neste Edital.

5.14. Serão desclassificadas as propostas que não atendam às exigências do presente Edital e seus Anexos, sejam omissas ou apresentem irregularidades, ou apresentem defeitos capazes de dificultar o seu julgamento.

7. DA FASE DE LANCES
(....)

7.2. Os lances serão ofertados por LOTE aplicado sobre a PLANILHA DE PREÇOS DOS SERVIÇOS DA SEGEP/PMB (Anexo A) e o critério de julgamento será o de MENOR PREÇO POR LOT
(....),

7.10. Apurada a proposta final classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante para que seja obtido melhor preço, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas neste Edital.

8.6.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes, sendo obrigatório envio de resposta pelos participantes do certame, quando encaminhada via chat, no prazo de até 05 (cinco) minutos, qualquer pedido de informação ou solicitação feita pelo pregoeiro.

8.6.3. A inobservância do disposto no item anterior acarretará a recusa da proposta do licitante, somente para as negociações com valores acima do estimado/referência.

Diante dos tópicos supracitados, não há dúvida que os atos da autoridade Pregoeira, foram praticados em estrita obediência aos dispositivos do Edital, respeitando fielmente os critérios e regras emanadas do ato convocatório, tanto é que algumas propostas foram recusadas na fase de aceitação, inclusive a proposta da empresa recorrente LIMPAR, justamente por não terem cumprido integralmente o regramento do Edital.

Ademais, é necessário registrar, que a recorrente LIMPAR LIMPEZA E CONSERVAÇÃO LTDA., aceitou as condições do Edital, tanto que ofereceu proposta de preços para o objeto da licitação, e somente depois de ultrapassado a fase de lances, após ter recusada a sua proposta no referido Pregão, resolveu se insurgir contra os dispositivos do Edital, portanto não se pode admitir tais questionamentos, pois se não concordava com o Edital da PMB, deveria se manifestar dentro do prazo que o Edital recomenda, como não fez no prazo legal fica prejudicado qualquer apontamento intempestivo. Vejamos na colação a seguir, o dispositivo do Edital que versa sobre a impugnação do ato convocatório:

4. DO ESCLARECIMENTO E DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO

4.1. Os pedidos de esclarecimentos referentes ao ato convocatório deverão ser enviados ao Pregoeiro PREFERENCIALMENTE em FORMATO DOC, em até 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, EXCLUSIVAMENTE para o endereço eletrônico licitacao.cpl@gmail.com, cabendo ao Pregoeiro

decidir sobre o questionamento no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

Fundamentos de Direito:

Art. 3º. A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

Segundo Hely Lopes Meirelles, os princípios que regem a licitação, em qualquer de suas modalidades, podem ser resumidos nos seguintes preceitos: "procedimento formal; publicidade de seus atos; igualdade entre as licitantes; sigilo na apresentação das propostas; vinculação ao edital ou convite; julgamento objetivo; adjudicação compulsória ao vencedor" (Direito Administrativo Brasileiro, 20ª Ed., São Paulo, Revista dos Tribunais, 1995, p. 248).

Cretella Júnior entende que "a finalidade do procedimento licitatório é bem clara; é o meio mais idôneo para possibilitar contratos mais vantajosos para o Estado, o que se dá conforme os princípios que regem a lei da oferta e da procura; em segundo lugar, pelo fato de colocar a salvo o prestígio administrativo, escolhendo, não o preferido, mas aquele que, objetivamente, fez a melhor proposta" (Das Licitações Públicas, 9ª Ed., Rio de Janeiro, Forense, 1995, p. 119).

Na Lei Federal 8.666/93, O art. 3º merece destaque porque estabelece os princípios norteadores de toda licitação. O objetivo da licitação é o de proporcionar à Administração meios para, ao instaurar a competição entre licitantes, assegurar a seus administrados a possibilidade de disputarem a participação nos negócios do Governo e receberem o mesmo tratamento jurídico, sem discriminação, obedecendo com rigor aos preceitos do edital.

Nobre julgadores, analisando o conteúdo do recurso interpostos pela recorrente, podemos concluir que de fato não há de prosperar suas alegações, dado a falta de amparo legal, mostrando-se apenas um inconformismo natural por não ter conseguido o sucesso esperado na presente contenda, e agora de modo apelante tentam simplesmente, tumultuar o bom andamento Pregão Eletrônico 037/2019, este por sinal muito bem conduzido pela autoridade Pregoeira.

Por derradeiro, ficou amplamente demonstrada a inexistência de irregularidades na condução do processo licitatório, devendo prevalecer a r. Decisão que classificou e habilitou a empresa LIMP CAR LOCAÇÃO E SERVIÇOS LTDA, classificada e habilitada como vencedora do LOTE 8, pois sua proposta e os documentos de habilitação estão embasados nos princípios da legalidade, transparência, economicidade, vinculação ao Edital, em todos os aspectos e regramentos do presente certame.

DO PEDIDO:

Ante todo exposto, requer esta licitante:

- a) o processamento da presente Contra -Razão de Recursos na forma preconizada na Constituição Federal do nosso País, no art. 109 da Lei Federal nº 8.666/93, com base no Decreto nº 5.450/2015, c/c Item 13.1 do Edital;
- b) requer, o não acolhimento do recurso administrativo da empresa LIMP CAR LOCAÇÃO E SERVIÇOS LTDA, haja vista, que no escopo de suas alegações, não trouxe nenhum elemento novo ou subsequente, capaz de alterar ou mesmo modificar a r. decisão tomada acertadamente pela autoridade Pregoeira;
- c) requer, o conhecimento destas CONTRA RAZÕES de recurso, com a consequente manutenção da decisão recorrida, com vistas a garantir e preservar a legalidade dos atos praticados por ínclito Pregoeiro e Equipe de Apoio, declarando a manutenção da habilitação e da classificação da licitante LIMP CAR LOCAÇÃO E SERVIÇOS LTDA para o Lote 8, para que produza seus efeitos ulteriores de direito.

Nestes termos,
Pede deferimento.

Belém, Pa, 30 de maio de 2019

LIMP CAR LOCAÇÃO E SERVIÇOS LTDA
CNPJ:01.232.642/0001-89
Risaldo Souza
RG: 0634960 SSP/PA

Fechar

Pregão Eletrônico

▪ Visualização de Recursos, Contra-Razões e Decisões

CONTRA RAZÃO :

ILMO. SR. PREGOEIRO DESIGNADO PARA O PREGÃO ELETRÔNICO SRP nº 37/2019 PROMOVIDO PELA PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM/PA.

Pregão SRP nº 37/2019
Processo nº 84/2018

T. B. FIGUEIREDO NUNES SERVIÇOS GERAIS, já devidamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, vem respeitosamente, à vossa presença apresentar suas CONTRARRAZÕES ao recurso interposto por AMAZONIA CLEAN LIMPEZA E CONSERVACAO EM PREDIOS EIRELI, pelos fatos e fundamentos que passa a expor:

1 – SÍNTESE DO RECURSO INTERPOSTO

A empresa Recorrente (AMAZONIA CLEAN LIMPEZA E CONSERVACAO EM PREDIOS EIRELI), inconformada com sua desclassificação da concorrência, alega que a referida decisão que a eliminou do pregão não merece ser mantida em razão de que instada a apresentar os documentos exigidos no prazo devido não o fez, gerando sua desclassificação, além de valor da proposta apresentada para o lote não está em conformidade com as exigências contidas no edital, gerando sua correta desclassificação.

2 – DO MÉRITO DAS CONTRARRAZÕES

Os argumentos apresentados pela Recorrente não merecem prosperar.

Correta a decisão que determinou da desclassificação da empresa. Isso porque, de acordo com as normas do Edital, a empresa foi inabilitada por não ter apresentado a documentação necessária mínima exigida, desatendendo as regras do edital conforme item 9.6 que dispõe:

“9.6. Serão desclassificadas as propostas que não atendam as exigências deste Edital e seus Anexos, sejam omissas ou apresentem irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o seu julgamento.”

Conforme se verifica na ata do pregão, a empresa Recorrente, em diversas oportunidades deixou de apresentar a documentação exigida no prazo devido e ainda o fez em desconformidade com as normas do edital, não constando declarações de início de serviço, dentre outras.

O Edital dispõe, de forma clara e precisa, que para habilitação a empresa participante classificada deverá comprovar, mediante a apresentação de documentos, as informações exigidas para seguir no certame (item 9).

Portanto, diante da não apresentação da documentação exigida pelo Edital, correta a decisão do Ilmo. Pregoeiro em declarar a empresa Recorrente inabilitada para participar do certame, conforme item 9, subitem 9.6.

Registre-se que a licitação pública deve SEMPRE observar e respeitar os princípios dispostos no artigo 37 da Constituição Federal, sendo eles inafastáveis. Dentre eles, o princípio da legalidade e da impessoalidade.

A legalidade, como princípio da Administração (CF, art. 37, caput), significa que o administrador público está, em toda a sua atividade funcional, sujeito aos mandamentos da lei e às exigências do bem comum, e deles não se pode afastar ou desviar, sob pena de praticar ato inválido e expor-se a responsabilidade disciplinar, civil, e criminal, conforme o caso.

Já o princípio da impessoalidade é aquele para o qual a Administração deve adotar critérios objetivos e pré-estabelecidos para suas decisões. Ou seja, quando realizar um procedimento licitatório, deve aplicar critérios imparciais entre todos os participantes. Não pode a Administração ser subjetiva nas suas decisões e suas atitudes.

Não pode a Administração Pública, como quer a Recorrente em suas razões de recurso, quer que haja uma maleabilidade nas regras do edital, tampouco que as mesmas sejam interpretadas a seu favor, uma vez que estes atos ferem os princípios constitucionais que regem as licitações públicas e não podem ser flexibilizados sob qualquer pretexto.

Outro ponto que deve ser ressaltado, em oposição às argumentações contidas no recurso da empresa Recorrente, é que o Pregoeiro, mesmo após aceita a proposta de qualquer empresa concorrente e após recebimento dos documentos originais, será realizada uma nova apreciação da documentação apresentada pelas classificadas.

Somente após a verificação e constatação da regularidade da proposta, e depois de analisados os documentos originais entregues pela empresa licitante, é que esta será considerada habilitada no processo, conforme o item 12.4 do edital. (abaixo).

“12.4. Será DECLARADO vencedor o licitante que apresentar o menor preço e estiver regularmente habilitado, após o RECEBIMENTO E CONFERÊNCIA dos documentos originais de PROPOSTA DE PREÇOS e DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.”

Portanto, uma vez desrespeitadas as normas no edital pela empresa Recorrente, correta a decisão do Sr. Pregoeiro em desclassificar a proposta da mesma, ante as normas claras e especificadas no edital, inexistindo qualquer violação ao princípio da isonomia por ter a própria Recorrente dado causa à sua desclassificação.

3 - DO PEDIDO

Por todo o exposto, deve ser mantida decisão que desclassificou a empresa Recorrente, julgando-se o recurso por ela interposto TOTALMENTE IMPROCEDENTE, ante a falta de fundamentos fáticos e jurídicos capazes de modificar a correta decisão ora objurgada.

Termos em que,
Pede deferimento.
Belém (PA), 30 de maio de 2019.

T. B. FIGUEIREDO NUNES SERVIÇOS GERAIS EPP
CNPJ nº 10.450.194/0001-80

Fechar

Pregão Eletrônico

▪ Visualização de Recursos, Contra-Razões e Decisões

CONTRA RAZÃO :

ILMO. SR. PREGOEIRO DESIGNADO PARA O PREGÃO ELETRÔNICO SRP nº 37/2019 PROMOVIDO PELA PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM/PA.

Pregão SRP nº 37/2019
Processo nº 84/2018

T. B. FIGUEIREDO NUNES SERVIÇOS GERAIS, já devidamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, vem respeitosamente, à vossa presença apresentar suas CONTRARRAZÕES ao recurso interposto por LIMPAR LIMPEZA E CONSERVAÇÃO LTDA, pelos fatos e fundamentos que passa a expor:

1 – SÍNTESE DO RECURSO INTERPOSTO

A empresa Recorrente (LIMPAR LIMPEZA E CONSERVAÇÃO LTDA), inconformada com sua desclassificação da concorrência, alega que a referida decisão que a eliminou do pregão não merece ser mantida em razão de que instada a apresentar os documentos em não em conformidade com as exigências contidas no edital, gerando sua correta desclassificação.

2 – DO MÉRITO DAS CONTRARRAZÕES

Os argumentos apresentados pela Recorrente não merecem prosperar.

Correta a decisão que determinou da desclassificação da empresa. Isso porque, de acordo com as normas do Edital, a empresa foi inabilitada por não ter apresentado a documentação necessária mínima exigida, desatendendo as regras do edital conforme item 9.6 que dispõe:

“9.6. Serão desclassificadas as propostas que não atendam as exigências deste Edital e seus Anexos, sejam omissas ou apresentem irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o seu julgamento.”

Conforme se verifica na ata do pregão, a empresa Recorrente deixou de apresentar a documentação exigida e ainda o fez em desconformidade com as normas do edital, apresentando proposta incompleta, com ausência de declarações, validade da proposta, dentre outros.

O Edital dispõe, de forma clara e precisa, que para habilitação a empresa participante classificada deverá comprovar, mediante a apresentação de relação de documentos, as informações exigidas para seguir no certame (item 9).

Portanto, diante da não apresentação da documentação exigida pelo Edital, correta a decisão do Ilmo. Pregoeiro em declarar a empresa Recorrente inabilitada para participar do certame, conforme item 9, subitem 9.6.

Não há qualquer violação de norma legal na decisão do Sr. Pregoeiro, uma vez que os argumentos trazidos nas razões recursais da empresa Recorrente não se sustentam com documentos, sendo que se o edital possui qualquer nulidade, este deve ser objeto de ação judicial própria, não servindo esta instância recursal para análise deste tipo de argumentação.

Registre-se que a licitação pública deve SEMPRE observar e respeitar os princípios dispostos no artigo 37 da Constituição Federal, sendo eles inafastáveis. Dentre eles, o princípio da legalidade e da impessoalidade.

A legalidade, como princípio da Administração (CF, art. 37, caput), significa que o administrador público está, em toda a sua atividade funcional, sujeito aos mandamentos da lei e às exigências do bem comum, e deles não se pode afastar ou desviar, sob pena de praticar ato inválido e expor-se a responsabilidade disciplinar, civil, e criminal, conforme o caso.

Já o princípio da impessoalidade é aquele para o qual a Administração deve adotar critérios objetivos e pré-estabelecidos para suas decisões. Ou seja, quando realizar um procedimento licitatório, deve aplicar critérios imparciais entre todos os participantes. Não pode a Administração ser subjetiva nas suas decisões e suas atitudes.

Não pode a Administração Pública, como quer a Recorrente em suas razões de recurso, quer que haja uma maleabilidade nas regras do edital, tampouco que as mesmas sejam interpretadas a seu favor, uma vez que estes atos ferem os princípios constitucionais que regem as licitações públicas e não podem ser flexibilizados sob qualquer pretexto.

A Recorrente aduz ainda em suas razões que deveria ser apresentada e aceita sua proposta, considerando os valores por metro quadrado e não por posto/homem.

Ocorre que, pelas normas constantes nos itens 8.1 e 8.2 do edital, as demais empresas concorrentes poderiam, também, apresentar também suas propostas por posto/homem, não havendo qualquer nulidade a respeito desse aspecto, mesmo que se constituísse em exceção, por se tratar de alternativa assegurada pelo próprio edital, conforme normas deste transcritas abaixo:

“8.1. O Pregoeiro efetuará o julgamento das Propostas de Preços de acordo com as exigências contidas no Edital e seus Anexos, pelo critério de MENOR PREÇO POR LOTE, tendo como parâmetro o custo por m² ou excepcionalmente o custo por Posto de Trabalho, podendo encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta diretamente ao licitante que tenha apresentado o lance de menor valor, para que seja obtido preço melhor, bem assim, decidir sobre sua aceitação.”

“8.2. Para efeito de composição final do preço a empresa interessada deverá considerar os valores unitários por m² ou excepcionalmente por Posto de Trabalho, sendo que o preço deverá incluir todas as despesas com salários, leis sociais, leis trabalhistas, seguros, impostos, taxas e contribuições, transportes, alimentação, treinamento, despesas administrativas, lucro e demais insumos necessários à sua composição.”

Desse modo, não existe qualquer ilegalidade na utilização do critério por posto ara aceitação das propostas, visto que há previsão legal expressa nesse sentido nas normas do edital, inexistindo também qualquer favorecimento de concorrentes, parcialidade no julgamento ou violação da impessoalidade.

Portanto, uma vez desrespeitadas as normas no edital pela empresa Recorrente, correta a decisão do Sr. Pregoeiro em desclassificar a proposta da mesma, ante as normas claras e especificadas no edital, inexistindo qualquer violação ao princípio da isonomia por ter a própria Recorrente dado causa à sua desclassificação.

3 – DO PEDIDO

Por todo o exposto, deve ser mantida decisão que desclassificou a empresa Recorrente, julgando-se o recurso por ela interposto TOTALMENTE IMPROCEDENTE, ante a falta de fundamentos fáticos e jurídicos capazes de modificar a correta decisão ora objurgada.

Termos em que,
Pede deferimento.
Belém (PA), 30 de maio de 2019.

T. B. FIGUEIREDO NUNES SERVIÇOS GERAIS EPP
CNPJ nº 10.450.194/0001-80

Fechar

Pregão Eletrônico

▪ Visualização de Recursos, Contra-Razões e Decisões

DECISÃO DO PREGOEIRO: NÃO PROCEDE

Decisão Pregoeiro:

Após a Fase de Aceitação e Habilitação das propostas vencedoras no sistema Comprasnet, foi aberto prazo de 20 (vinte) minutos para INTENÇÃO DE RECURSO, conforme previsto no item 13 do Edital. Apresentaram INTENÇÃO DE RECURSO, as licitantes LIMPAR LIMPEZA E CONSERVAÇÃO LTDA., PRESTA CONSTRUTORA E SERVIÇOS GERAIS EIRELI, LEGAL SOLUÇÕES CORPORATIVAS LTDA., e AMAZONIA CLEAN LIMPEZA E CONSERVAÇÃO EM PREDIOS EIRELI, sendo aceita pelo Pregoeiro, nos termos da legislação, em observância ao disposto no art. 4º, inciso XVIII, da Lei Federal nº 10.520/02, bem como no art. 26 do Decreto Federal nº 5.450/05, dispõe que o concorrente inconformado com algum ato praticado durante a condução da sessão, deve manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer:

As RECORRENTES manifestaram tempestivamente suas "intenções de recurso", motivando da seguinte maneira:

LIMPAR LIMPEZA E CONSERVAÇÃO LTDA., para os LOTES 1 ao 9:

Registramos intensão de recurso, com base nas leis 10520/02, 8666/93 e IN 05/2017 – MPOG, em virtude do desatendimento ao edital, na aceitação das propostas pela unidade de medida. Assim como relativo a nossa desclassificação. Detalharemos melhor em nossa peça recursal.

PRESTA CONSTRUTORA E SERVIÇOS GERAIS EIRELI, para o LOTE 8:

Manifestamos intenção de recurso, perante a nossa desclassificação pela isonomia do certame, no qual foi oportunizado a outras empresas retificações a proposta, e por acordo consolidado do TCU proposta não há chance de desclassificação. Deverá ser aceita pelos princípios constitucionais da ampla defesa e do contraditório.

LEGAL SOLUÇÕES CORPORATIVAS LTDA., para o LOTE 8:

Fomos inabilitados sob alegação de que a comprovação de capacidade técnica anterior não poderia ser apresentada por "gestão de posto de trabalho". Entretanto habilitou-se a empresa vencedora do lote 6 (Top Pryme), cujos atestados apresentados são exatamente de contratos por gerenciamento de quantidades de postos. Além do mais toda a documentação técnica da referida licitação é amparada em quantidade de postos de trabalho. Pedimos reforma da decisão desta comissão ou concessão de prazo.

AMAZONIA CLEAN LIMPEZA E CONSERVAÇÃO EM PREDIOS EIRELI, para o LOTE 9:

manifestamos intenção de recurso contra a decisão do pregoeiro em desclassificar nossa proposta, mesmo após o próprio ter aceita a proposta e habilitação.

DO CABIMENTO DO PRESENTE RECURSO

Define Barbosa Moreira, em sua obra "Juízo de Admissibilidade no sistema de Recursos Civis":

"Recurso é o remédio voluntário e idôneo a ensejar, dentro do mesmo processo, a reforme, a invalidação, o esclarecimento ou a integração de decisão que se impugna".

Ou ainda, como define Vicente Greco Filho, em sua obra "Direito Processual Civil Brasileiro":

"A finalidade do Recurso é o pedido de reexame de uma decisão, para reformá-la, invalidá-la, esclarecê-la, ou integrá-la. Em geral, na maioria dos casos, pretende-se com o Recurso a reforma ou a modificação de uma decisão".

Assim, recurso é um instrumento de correção em sentido amplo, também na esfera administrativa, no qual o direito de recorrer administrativamente deve ser o mais amplo possível.

Ainda que chegue ao conhecimento da Administração alguma irregularidade que tenha sido praticada durante o certame e não tenha sido questionada por nenhum licitante, deverá ela acolher o recurso, como um genérico direito de petição, constitucionalmente previsto no art. 5º, inc. XXXIV, alínea "a", da CF/88.

Art. 5º - Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

(...)

XXXIV – são a todos assegurados, independentemente do pagamento de taxas:

a) o direito de petição aos Poderes Públicos em defesa de direitos ou contra ilegalidade ou abuso de poder.

Considerando as RAZÕES DOS RECURSOS das empresas RECORRENTES, inconformadas com a recusa ou inabilitação de suas propostas, em resumo, alegam o seguinte:

DOS FATOS - LIMPAR LIMPEZA E CONSERVAÇÃO LTDA:

Alega a recorrente em suas Razões do Recurso, contra a recusa de sua proposta por vícios meramente formais, e ausência de informações que estão contidas no sistema e em demais declarações apresentadas, como condição das licitantes ao cadastrarem suas propostas, tendo como critério prioritário o menor preço por posto de trabalho. Onde feitas as aceitações de propostas tendo por critério o menor preço por posto, em total desconsideração aos cálculos de produtividade exigidos no edital o que, por consequência, acarretou a divergência do quantitativo de funcionários com a produtividade ofertada, fulminando o julgamento objetivo do certame.

Com a recusa de sua proposta, não permitindo a recorrente, prazo para a correção dos vícios formais,

diferentemente de outras licitantes, as quais foram concedidas a possibilidade de reelaboração de proposta, em não observância do princípio constitucional da isonomia.

Alega a recorrente que o erro formal não vicia e nem torna inválido o documento, e que foram alcançados os objetivos pretendidos ou a finalidade essencial, reputar-se-á válido, como no caso da declaração de concordância plena aos termos do edital, embora produzido de forma diferente do exigido.

Em sua manifestação, alega a recorrente, que o mero erro formal da ausência das informações na parte final da proposta, com a existência das informações idôneas em outras declarações, somada ao fato da realização de diligências para sanar erros com outras licitantes, quebrando a objetividade do julgamento, torna necessária a revisão da decisão sob pena de macular os demais atos decorrentes, tendo como parâmetro do custo por m², ou excepcionalmente, o custo por posto.

Acrescenta a recorrente que o critério de aceitação de propostas adotado como prioritário pelo pregoeiro foi o menor preço por posto, especialmente considerando que a IN 005/2017, que estabelece a utilização de m² para serviços de limpeza, admite a utilização do critério por posto de serviço somente nas metragens que estão abaixo do mínimo estabelecido, em que fica autorizada a administração a utilizar, excepcionalmente, o critério por posto de serviço, o que lamentavelmente não fez este pregoeiro ao considerar o critério de posto como regra de instrução.

Alegando que o pregoeiro e equipe de apoio, não seguiram o Edital e Anexo, aceitando todas as propostas por posto de serviço e recusando as propostas apresentadas por m², desconsiderando completamente a produtividade demonstrada no Edital, onde a unidade de medida no Edital e a forma de pagamento é em m², aceitando as propostas por posto de serviço, indo de encontro com a IN nº 05/2017-MPOG que é firme em seus conceitos ao afirmar os critérios para o cálculo da produtividade da execução dos serviços. Em não aceitar os ditames da IN supracitada, a administração permite divergência no quantitativo de funcionários, acarretando desconformidade no cálculo em m² e quantitativo de funcionários, ocasionando divergência no momento da elaboração de proposta de preços.

Alega ainda, que a utilização do critério por posto, acarreta inclusive prejuízo quanto à análise de exequibilidade da proposta, haja vista que os parâmetros de cálculo das propostas é totalmente diverso, impedindo que o pregoeiro realize, com eficácia, a análise de aceitação dos preços. E por outro viés, a oferta de preços notadamente inexequíveis, segundo os critérios de produtividade da IN supracitada, além de descumprir o edital, colocou o preço ofertado do licitante a posição de vantajosidade em comparação com as demais, eis que não foram previstos todos os custos de materiais de qualidade como pretende a Administração.

DOS FATOS - PRESTA CONSTRUTORA E SERVIÇOS GERAIS EIRELI:

Alega a recorrente, a desclassificação de sua proposta devido a existência de erros materiais ou de omissões, nesta e nas planilhas de custos e preços, não ensejaria sua desclassificação antecipada, e que a Administração deveria realizar diligências junto à licitante para a devida correção das falhas, desde que não seja alterado o valor global proposto. Cabendo à licitante suportar o ônus decorrente do seu erro, no caso de a Administração considerar exequível a proposta apresentada e que foi oportuno recorrer a outras empresas fazerem correções em suas propostas, ferindo o princípio da isonomia que é uma base das regras gerais da licitação.

A recorrente, se manifesta alegando que foi informada através do chat Comprasnet que sua proposta e planilha foram aceitas, e na reabertura do certame, seria convocada para envio dos documentos de habilitação, e que deveria ser habilitada pelo fato de cumprir todas as exigências do referido edital.

DOS FATOS - LEGAL SOLUÇÕES CORPORATIVAS LTDA:

Alega a recorrente, quanto a análise dos Atestados de Capacidade Técnica apresentados na Fase de Habilitação, foram recusados devido incapacidade técnica, cujos atestados utilizaram quantidade de postos de trabalho como unidade de medidas, se manifestando contrária e que os atestados apresentados suprem fartamente a comprovação de sua capacidade técnica. Alega ainda que a IN SEGES/MP nº 5/2017, instrui com clareza a forma como os entes públicos devem aferir a capacidade técnica de empresas participantes quanto à forma de comprovação quando da contratação de serviços com mão de obra contínua e dedicada, deixando claro que a empresa está apta para comprovar tempo mínimo de gestão de postos de trabalho, bem como a quantidade mínima de gestão de pessoal, sendo certo que os atestados apresentados atendem à esses mínimos exigidos. Baseando-se no princípio da amplitude da competição ao restringir as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações. A amplitude da disputa garantindo a competitividade e viabiliza a contratação do bem perseguido em um determinado certame licitatório pelo melhor preço. Desta sorte, a licitação busca, ao fim de toda cadeia sequencial de atos e formalismos alcançar a proposta mais proveitosa, vantajosa ou, também, menos gravosa à Administração e é para este aspecto que deve ser direcionado o certame.

Alega ainda, que o princípio da livre concorrência não poderá ensejar a contratação de pessoas inábeis pra pactuar com a administração, não menos certo é que toda e qualquer limitação de competitividade (mormente a desclassificação da possível melhor proposta) deverá ser não só fundamentada, como proporcional e razoável, fato que evita abuso e rigorismos vazios que impeçam a melhor contratação. Assim, o processo administrativo licitatório será eficaz sempre que a Administração conseguir, ao seu término, obter a melhor proposta e, convenhamos, quanto maior for o número de propostas idôneas, maior serão as chances efetivas em se alcançar o objetivo.

Onde destaca que essa não é a primeira vez que um equívoco como esse (atribuir falta de capacidade técnica a uma empresa perfeitamente capaz de executar o objeto de um determinado contrato) acontece.

Alega a recorrente, mesmo a administração tendo todo o conhecimento do assunto, os equívocos de avaliação da capacidade técnica acabam por ferir a economicidade do certame. O atestado emitido pela empresa LAND já demonstra em seu item 2 que a empresa prestou serviços (com postos de trabalho) de copa e manutenção interna.

Afirma a recorrente, que foi acertada o julgamento proferido no Lote 6, declarando vencedora a empresa TOP PRYME, cujos atestados apresentados para comprovar sua capacidade técnica, são muito semelhantes aos apresentados pela empresa recorrente, ou seja, atestados de serviços contínuos com fornecimento de mão de obra dedicada, prestados exatamente nos mesmos moldes dos contratos que prestamos e dos quais apresentamos os atestados, ou seja, serviços contínuos, com fornecimento de mão e obra e com preços unitários por postos de trabalho.

Alegando que além de apresentar todos os documentos compatíveis com os exigidos no edital, foram apresentados contrato de prestação de serviços de limpeza, de maneira que não resta dúvida que o objetivo de comprovar a

capacidade técnica foi alcançado, e sua inabilitação foi um equívoco, que certamente perceberá e adotará as medidas necessárias para sanar tal equívoco, até por que já demonstrou sua ampla capacidade de julgamento, através da decisão proferida em outro lote do referido certame.

DOS FATOS - AMAZONIA CLEAN LIMPEZA E CONSERVAÇÃO EM PREDIOS EIRELI:

Alega a recorrente que sua proposta foi analisada pela área técnica, e conforme parecer técnico, com solicitação da necessidade de correção de erros de arredondamento de multiplicação para que a proposta fosse aceita e passar para a fase de habilitação. Após a devida correção, foi aceita sua proposta pela área técnica. Na oportunidade houve consulta pela preferência entre o lote 9 e 5, tendo se manifestado interesse em permanecer no lote 9. No mesmo instante o pregoeiro anunciou que passaria para a fase de habilitação. Sendo convocada a recorrente para encaminhar os documentos de habilitação através da convocação de anexo no sistema comprasnet. Onde o Pregoeiro buscando alcançar a máxima efetividade ao pregão, consignou no sistema que caso a empresa tenha algum documento ou certidão vencida ou não incluída no SICAF, o mesmo deveria ser enviado.

A recorrente, tempestivamente, apresentou todos os documentos previstos no item 10 do edital e no curso do recebimento e análise desses documentos, o Pregoeiro realizou diversas consultas e solicitou a complementação e esclarecimentos de documentos enviados, posterior convocou a recorrente, para envio dos originais ou cópias autenticadas, ou seja, até aquele momento atestou que todos os documentos apresentados estavam de acordo com a previsão editalícia.

A recorrente alega que foi várias vezes acionada para manifestação quanto a troca de lotes, tendo algumas vezes se posicionada pela negativa e em outras não se manifestou, porém sempre esteve atenta a todos os chamados do Pregoeiro. Com afirmação de que a fase para envio dos documentos, somente ocorre após o pregoeiro certificar que todos os documentos da proposta e habilitação estão em conformidade com o Edital.

A recorrente se manifesta surpreendida com a comunicação da recusa de sua proposta, sob a alegação que a proposta de preços para o lote 9 não se encontrava em conformidade com o exigido no Edital, ou seja, não constando declarações, informação do início dos serviços, dentre outras. O procedimento de diligenciar a fim de esclarecer ou completar a instrução do processo é conduta que se impõe como medida salutar que visa assegurar a competitividade pelo maior número de ofertas e a possibilidade do saneamento de falhas, complementação de insuficiências ou ainda a correção formal da documentação exigida é, igualmente, medida que se impõe para fortalecer o princípio da isonomia, tão bem aplicada em todo o curso do presente pregão, onde foi oportunizado a todos a notificação, para correção e complementação de documentos já existentes.

Alega a recorrente que o objetivo do procedimento licitatório é selecionar a melhor proposta para a administração pública. No caso em questão, de acordo com a área técnica, a empresa recorrente atendeu aos requisitos do edital, foi considerada mais vantajosa para o certame e atendeu a todos os requisitos de habilitação solicitados no Edital.

Portanto, alega que ao desclassificar a proposta sem que lhe tenha sido oportunizada, como para todos os demais assim se realizou, a solicitação de correção e/ou esclarecimentos e/ou completação da instrução do processo, importa em se aceitar que o pregoeiro agiu com extremo rigor, afastando-se assim do principal objetivo da administração que é sempre na busca da melhor proposta, que atenda aos requisitos do edital e ainda que seja a mais vantajosa para administração.

Em resumo as CONTRARRAZOES apresentadas das empresas RECORRIDAS alegam o seguinte:

H FONSECA DE FARIAS EIRELI:

Manifesta-se a recorrida, cujos motivos das razões apresentadas pela recorrente apenas demonstram uma conduta puramente protelatória da licitante vencida que não visa a preservar a legalidade ou a isonomia do certame, mas apenas reverter a seu favor à adjudicação do objeto, sem sustentar-se em qualquer regra do ato convocatório. Buscando em suas razões recursais confundir o pregoeiro, inventando um formalismo que não existe nas normas que regem a presente licitação. Alegando quebra do critério de julgamento do edital, em desatendimento a IN 02/2008(revogada).

Ao fim, a recorrente enfeita as suas razões com citações genéricas acerca, cujo conteúdo todos já conhecem por estar bem delineado na IN 05/2017. Curiosamente, as razões da recorrente não se prestam a citar um dispositivo normativo sequer do edital que tenha sido descumprido pela recorrida, atendendo não somente as exigências de capacidade jurídica, bem como demais documentações exigidas no edital.

A contrarrazão apresentada pela recorrida, afirma a mesma, se sustentar no princípio da vinculação ao instrumento convocatório art. 41 da Lei Federal nº 8.666/93 para que seja mantido o resultado do pregão e não seja alterado com sustentação em que não estão prescritos no edital e que, por este exato motivo, demonstram-se exacerbados, cujo edital determina que a oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto da licitação, sem conter alternativas de preços ou qualquer outra condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado, sob pena de desclassificação, corroborando ainda que, serão desclassificadas as propostas que não atendam as exigências do Edital e seus Anexos, sejam omissas ou apresentem irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o seu julgamento. Conforme consta no pregão, a empresa recorrente em diversas oportunidades, não ofertou proposta e documentação exigida no prazo devido e ainda o fez em desconformidade com as normas do edital.

BRASLOC SERVIÇOS COMBINADOS DE ESCRITÓRIOS E ADMINISTRAÇÃO EIRELI-EPP:

Manifesta-se a recorrida, cujos motivos das razões apresentadas pela recorrente não deve de forma alguma ser aceita, visto que seus motivos são totalmente infundados e descabidos, sem os parâmetros que a legislação assim o dispõe, onde se verifica que as razões apresentadas tem um único motivo que é de procrastinar a decisão do pregoeiro.

A empresa recorrente se insurge contra a decisão da proposta e habilitação da recorrida ser aceita em conformidade com as condições previstas no edital, conseqüentemente foi declarada no referido pregão com proposta aceita e habilitada para firmar contrato com a Administração Pública.

Entretanto, a recorrente, com o claro intuito de tumultuar e prejudicar o andamento do certame apresentou um recurso absurdo, ensejando um julgamento demasiadamente aventureiro e desconsiderador dos princípios basilares que regem os procedimentos licitatórios e que vão afrontar o instrumento convocatório.

Alega a recorrida, que a recorrente por falta de conhecimento técnico em licitações, não realizou uma análise plausível no instrumento convocatório, deixando de cumprir com vários itens exigidos no edital, ocasionando a recusa de sua proposta, e ainda com declaração falsa em afirmar com registro em sessão pública, que foi desclassificada pela desconsideração da unidade de medida, e ao mesmo tempo se contradiz nas razões de seu

recurso. O que é uma afronta, de forma a subestimar a decisão do pregoeiro, apresentando afirmações mentirosas, sem ao menos atentar aos autos do processo licitatório. Assim, por todos os pressupostos as razões do recurso tornam-se sem efeito jurídico legal, nem sequer plausível de merecimento quanto sua análise, visto que este apenas torna extensível o certame no qual foram analisados os documentos solicitados, e que por si só trazem o conhecimento de que a empresa recorrida detém boas experiências na condução de serviços desta natureza, e possui a operacionalidade técnica qualificada dos profissionais exigida por esta Administração. Não resta dúvidas, que todas as argumentações apresentadas no recurso, pela recorrente, nunca iriam prosperar, pelo fato de não estarem pautadas nas disposições legais em vigor, contendo erros técnicos inadmissíveis.

LIDERANÇA LIMPEZA E CONSERVAÇÃO LTDA:

Manifesta-se a recorrida, que a recorrente, em alguns lotes sequer foi chamada na ordem de classificação, inclusive ocorrendo no lote em que a recorrida foi a vencedora, e desclassificada em outros lotes, após verificar que a mesma não cumpriu com as exigências do edital, com alegação da recorrente de que não foi oportunizado o direito de correção de sua proposta, sendo oportunizado aos demais licitantes para correção de arredondamento de multiplicação da planilha e não de formulação de proposta, conforme exigido no edital. Desta forma, o instrumento convocatório onde são estabelecidas as exigências de habilitação dos licitantes, devendo ser observados pela Administração. Afirma ainda que a vinculação ao instrumento convocatório é garantia do administrador e dos administrados. Significa que as regras traçadas para o procedimento devem ser fielmente observadas por todos. Se a regra fixada não é respeitada, o procedimento se torna inválido e suscetível de correção pela via administrativa ou judicial. Onde o princípio da vinculação ao instrumento convocatório é essencial cuja inobservância enseja nulidade do procedimento. Referido princípio, além de mencionado no art. 3º da Lei Federal nº 8.666/93, ainda tem seu sentido explicitado no art. 41 do mesmo diploma legal, segundo o qual "a Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada". Caso contrário, aceita proposta ou celebrado contrato com desrespeito às condições previamente estabelecidas, burlados estarão os princípios da licitação, em especial o da igualdade entre os licitantes, pois aquele que se submeteu aos termos do edital poderá ser prejudicado pela melhor proposta apresentada por outro licitante que os desrespeitou. Isso quer dizer que todos os atos praticados em contraste ao edital são nulos, afinal, a regra editalícia deve ser preservada em absoluto, conforme os princípios do julgamento objetivo, da moralidade e da igualdade entre licitantes, em atenção aos art. 41 e 45 da Lei Federal nº 8.666/93.

PROJEBEL E SERVIÇOS E COMÉRCIO LTDA:

Manifesta-se a recorrida, que a recorrente, alega em suas razões de recurso, que o pregoeiro a inabilitou de forma indevida, alegando vícios meramente formais, bem como por não ter cotado sua proposta por preço/homem, mais por m². O que não houve nenhum erro quanto a sua inabilitação, devido sua proposta apresentada não contemplou o exigido no Edital.

A recorrente, alega também em seu recurso, que conforme sua interpretação do Edital da licitação, que as propostas deveriam ser apresentadas por m² e não por preço homem, cuja alegação é infundada, pois conforme o Termo de Referência, no Item 3, Subitem 3.3, fica bem evidente que o m², foi somente utilizado para dimensionar o quantitativo de profissionais que seriam utilizados por cada LOTE licitado, e ainda, sua proposta não atende com o exigido no Edital quanto a sua formulação, especificamente, a não informação de validade da mesma, prazo de início dos serviços e as declarações exigidas, onde a omissão, ensejaria a sua desclassificação. Portanto a recorrente não pode alegar erros informais, onde teve tempo suficiente para a leitura completa do Edital.

A recorrida alega, que está perfeitamente adequada as normas do Edital, atendendo ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório, da legalidade, da igualdade e do julgamento objetivo, garantidos em lei, em observância ao princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

A.A.J LOURENÇO & CIA:

Manifesta-se a recorrida, que a recorrente insatisfeita com a decisão do Pregoeiro que classificou e a habilitou, promoveu recurso, sem qualquer amparo legal, fazendo afirmações genéricas, uma vez que se quer estava classificada para o lote 5 e foi inabilitada, na tentativa de ver sua tese vencedora, o que não merece prosperar, vez que recorrida cumpriu os requisitos do edital. Fica claro que o pregoeiro acertadamente e em total obediência aos princípios reguladores do processo licitatório, classificou e habilitou a recorrida, pois caso contrário ocorreria afrontamento da legislação e representaria risco ao processo licitatório, considerando que a tese encampada no manejo, somente aponta, que não houve respeito as exigências do edital, ou seja, sem qualquer justificativa jurídica ou cotejamento técnico para a modificação da decisão.

A recorrida, alega que a recorrente foi "recusada/desclassificada" para o Lote 04; Lote 05 e Lote 08 por ausência de informações que estariam supostamente contidas no sistema e em demais declarações apresentadas pela recorrente, destaca que a declaração de concordância de todas as exigências e termos do edital, pressupõe, por óbvio, sujeição à todas as normas editalícias e enfatiza, ainda, que Administração recusou a proposta da recorrente, sem sequer permitir correção destes vícios formais, como fez com outras licitantes. Consoante se colhe das alegações da recorrente é perceptível que as mesmas não possuem qualquer coerência, pois a recorrente mesmo não está concorrendo para alguns lotes a mesma impetrou recurso em todos os lotes, no entanto, não motivou adequadamente qual ponto merece ser revisto individualmente para cada lote ou seja, não assiste qualquer razão para o mesmo apenas para embaraçar e tumultuar o certame, atrasando o andamento dos trabalhos. A alegação utilizada, foi manipulada intencionalmente para procrastinar o processo licitatório e criar suspeita ao conteúdo de documentos reconhecido pelo Pregoeiro.

Assim sendo, o Recurso manejado não possui qualquer elemento, jurídico capaz de invalidar ou mesmo modificar a decisão que habilitou a Impugnante, que por razoabilidade e proporcionalidade deve manter na totalidade sua decisão, permitindo que a recorrida, siga no certame para posterior adjudicação e homologação do lote 5, pois ao elaborar sua proposta a fez no mais estrito cumprimento aos princípios gerais do Direito, atendendo os preceitos que regem as licitações públicas, mormente no que tange a modalidade Pregão Eletrônico, bem como à Carta Magna, além de garantir a observância dos princípios da igualdade, da moralidade, da economicidade, da vinculação ao instrumento convocatório e da busca da proposta mais vantajosa para a Administração, nos termos do artigo 3º da Lei 8.666/93. Em oposto a recorrente tinha total conhecimento das normas editalícias, e mesmo

assim cometeu erros insanáveis, não podendo requerer da faculdade de diligência do Pregoeiro, a oportunidade de apresentar documentos novos, pois não havia apresentado as declarações exigidas no certame e corrigir erros de planilha insanáveis, alegando inclusive em seu recurso, que conforme sua interpretação do Edital da Licitação, que as propostas deveriam ser apresentadas por m² e não por preço homem. Ora, esse alegação é infundada, pois conforme o Termo de Referência, Item 3, Subitem 3.3, fica bem evidente que o m², foi somente utilizado para dimensionar o quantitativo de profissionais que seriam utilizados por cada LOTE licitado.

TOP PRYME SERVIÇOS TERCEIRIZADOS EIRELI:

Manifesta-se a recorrida, em que a recorrente, sob puro inconformismo com a decisão do Pregoeiro que classificou e habilitou a recorrida no certame, promoveu recurso, sem qualquer amparo legal, fazendo afirmações genéricas e falaciosas, uma vez que se quer estava classificada para o lote 6, na tentativa de ver sua tese vencedora, o que não merece prosperar, vez que empresa recorrida cumpriu os requisitos do edital.

Não resta dúvida que o pregoeiro acertadamente e em total obediência aos princípios reguladores do processo licitatório, classificou e habilitou a recorrida, pois caso contrário ocorreria afrontamento da legislação e representaria risco ao processo licitatório, considerando que a tese encampada no manejo, somente aponta, que não houve respeito as exigências do edital, ou seja, sem qualquer justificativa jurídica ou cotejamento técnico para a modificação da decisão.

O Pregoeiro proferiu decisão administrativa, perfeitamente dentro dos princípios da Administração Pública, entre eles o da legalidade, vinculação ao edital, igualdade entre os licitantes, preservação ao objeto licitado e ao interesse público.

A recorrente, alega que foi "recusada/desclassificada" para o Lote 04; Lote 05 e Lote 08 por ausência de informações que estariam supostamente conditas no sistema e em demais declarações apresentadas pela recorrente, destaca que declaração de concordância de todas as exigências e termos do edital, pressupõe, por óbvio, sujeição à todas as normas editalícias e enfatiza, ainda, que Administração recusou a proposta da recorrente, sem sequer permitir correção destes vícios formais, como fez com outras licitantes. A proposta da recorrente foi desclassificada por mero erro formal, pela ausência de informações que estão conditas no sistema e em demais declarações apresentadas pela empresa. Por ocasião do cadastro as propostas no sistema operacionalizador dos pregões eletrônicos, como condição sine qua non, as licitantes devem preencher as declarações obrigatórias no sistema, declarações estas que possuem pleno valor legal. Dentre estas consta a declaração de concordância de todas as exigências e termos do edital, o que pressupõe, por óbvio, sujeição à todas as normas editalícias, de maneira totalmente desarrazoada, a Administração recusou a proposta da recorrente, sem sequer permitir correção destes vícios formais, como fez com outras licitantes.

O pregoeiro, consoante se colhe das alegações da recorrente é perceptível que as mesmas não possuem qualquer coerência, pois a recorrente não está concorrendo para o LOTE 6, ou seja, não assiste qualquer razão para impetrar o presente recurso.

Nota-se, pela simples análise da ordem de classificação para o LOTE 6 em que a recorrente se encontra na 21ª posição, mostrando com isso que a alegação utilizada, foi manipulada intencionalmente para procrastinar o processo licitatório e criar suspeita ao conteúdo de documentos reconhecido pelo Pregoeiro.

É clarividente que a recorrente cria uma situação que apenas embaraça e tumultua o certame atrasando o andamento dos trabalhos do pregoeiro, haja vista que no caso em questão trata-se de uma licitação por itens/lotes, na qual cada um é considerado como uma licitação autônoma e independente, que apenas processa-se de forma conjugada em um único procedimento.

É cediço, portanto, que caberá ao Pregoeiro antes de dedicar-se à análise de mérito das razões apresentadas, decidir por admitir, ou não, o recurso. Assim, no caso em análise a recorrente, impetrou recurso para todos os lotes, no entanto, não motivou adequadamente qual ponto merece ser revisto individualmente para cada lote, e por consequência levou o Pregoeiro a erro, pois o recurso para o LOTE 6 não possui qualquer fundamento legal, haja vista que para este lote a recorrente não foi recusada/desclassificada.

Assim sendo, o recurso manejado não possui qualquer elemento, jurídico capaz de invalidar ou mesmo modificar a decisão que habilitou a Impugnante, que por razoabilidade e proporcionalidade deve manter na totalidade sua decisão, permitindo que a empresa recorrida, siga no certame para posterior adjudicação e homologação do lote 6.

O Edital da licitação tem força legal e vincula os atos e contratos, devendo o mesmo ser respeitado, motivo pelo qual o Princípio do Instrumento Convocatório está consagrado pelo art. 41, caput, da Lei nº 8.666/1993.

Esse instrumento torna-se lei entre as partes tornando-o imutável, eis que, em regra, depois de publicado o Edital, não deve mais a Administração alterá-lo até o encerramento do processo licitatório. Trata-se de garantia à moralidade e impessoalidade administrativa e a segurança jurídica. A imutabilidade do edital ainda que regra tem suas excepcionalidades, o §4º do artigo 21 da Lei nº 8.666/1993 prevê a possibilidade de alteração do edital.

Ora, se a própria lei prevê a possibilidade de modificação do edital e ainda que qualquer cidadão possa impugnar o edital, assim a recorrente poderia, se discordasse das exigências do Edital, tais como apresentarem as DECLARAÇÕES exigidas, impugná-lo dentro do prazo legal, o que não fez, levando a duas possíveis interpretações, a) a recorrente não achou as exigências excessivas e foi apenas negligentes ao compor seu documentos, ou foi negligente a ponto de sequer ler o edital para cumprirem suas determinações.

Nesse sentido, o questionamento, por parte da recorrente, de ato administrativo que motivo da recusa de sua proposta é passível de diligência e que não foi oportunizada durante a licitação é completamente descabida, tendo em vista que a empresa recorrida deixou de apresentar as declarações exigidas na formulação de proposta, conforme exigidas no item 9 do Edital.

No que tange à possibilidade de aplicação diligência, a Corte de Contas indica que Administração pode promover diligências para o saneamento de eventuais falhas somente na proposta, ou seja, correções de pequenas falhas ou omissões na composição dos custos, desde que não alterem o valor global da proposta.

É evidente que as declarações exigidas no item 9 do edital, são documentos que tem a essência de habilitação, não se confundem com Planilha de Custos, não cabendo diligências que alterem os resultados dos documentos de habilitação, pois caso contrário se estaria ferindo o princípio do Vinculação ao Instrumento Convocatório e o Princípio da Legalidade.

No que tange, a alegação da falta de diligência do Pregoeiro no que se refere a proposta de preço, também não reflete a realidade dos fatos, pois a recorrente apresentou em sua Proposta de Preços o valor Unitário de R\$ 3.293,53 por posto, em quanto na planilha de composição de custo para Servente o valor unitário de R\$ 3.024,79, ou seja, dois valores totalmente diferentes, e por consequência com alternativa de preços bem discrepante, não sendo possível de ajustes, e afrontando diretamente o item 9.3, do Edital.

Nesse sentido, a recorrente tinha total conhecimento das normas editalícias, e mesmo assim cometeu erros insanáveis, não podendo requerer da faculdade de diligência do Pregoeiro, a oportunidade de apresentar

documentos novos, pois não havia apresentado as declarações exigidas no certame e corrigir erros de planilha insanáveis, uma que a diferença de valor incide diretamente no valor total da proposta, prática rechaçada pelo Corte de Contas.

O instituto da diligência é uma prática que visa corrigir pequenos equívocos nas planilhas de composição de custo, e não uma oportunidade para que o licitante relapse possa reapresentar documentos e valores que já deveriam estar presentes no certame, motivo pelo qual o edital fica publicado com antecedência da abertura da licitação, prazo este que serve para preparação da futuras concorrentes.

Dessa forma, os motivos apresentados pela recorrente não possuem qualquer elemento, jurídico capaz de invalidar ou mesmo modificar a decisão que habilitou a recorrida, razão pela qual a decisão desta CPL deve ser mantida in totum por representar respeito e coerência com os princípios constitucionais que norteiam o procedimento licitatório.

LIMP CAR LOCAÇÃO E SERVIÇOS LTDA:

Manifesta-se a recorrida que a recusa da proposta de preços da recorrente, deu-se em razão de descumprimento do Edital, conforme foi registrado na Ata do Pregão, com toda a motivação averbada de modo transparente, inclusive pelas mensagens compartilhadas no chat da Sessão, onde teve a recorrente prazo e oportunidade para readequação de sua proposta, ocorre que mesmo com essa convocação em nível de igualdade para todos os licitantes, a recorrente não conseguiu atender o que lhe foi solicitado, não restando portanto outra alternativa do Pregoeiro, que não fosse a recusa da sua proposta de preço.

Quanto a alegação de que o critério de julgamento foi realizado pelo Menor Preço por posto de serviço e não por m², a luz do Edital deste certame, seu inconformismo não tem a menor procedência, inclusive é uma alegação totalmente descabida da recorrente, haja vista, que a Planilha de Composição de Custos do Edital, apresenta todos os custos de mão de obra, Insumos, Taxa, Lucro e Impostos, e finaliza com o preço estimado da licitação, tudo na forma de Preço por Posto de Serviço e não preço por m² como cita descabidamente a empresa recorrente.

Para combater efetivamente, as alegações infundadas da recorrente, não há dúvida que os atos do Pregoeiro, foram praticados em estrita obediência aos dispositivos do Edital, respeitando fielmente os critérios e regras emanadas do ato convocatório, tanto é que algumas propostas foram recusadas na fase de aceitação, inclusive a proposta da empresa recorrente, justamente por não terem cumprido integralmente o regramento do Edital.

Ademais, é necessário registrar, que a recorrente, aceitou as condições do Edital, tanto que ofereceu proposta de preços para o objeto da licitação, e somente depois de ultrapassado a fase de lances, após ter recusado a sua proposta no referido Pregão, resolveu se insurgir contra os dispositivos do Edital, portanto não se pode admitir tais questionamentos, pois se não concordava com o Edital da PMB, deveria se manifestar dentro do prazo que o Edital recomenda, como não fez no prazo legal fica prejudicado qualquer apontamento intempestivo. Analisando o conteúdo do recurso interpostos pela recorrente, podemos concluir que de fato não há de prosperar suas alegações, dado a falta de amparo legal, mostrando-se apenas um inconformismo natural por não ter conseguido o sucesso esperado na presente contenda, e agora de modo apelante tenta simplesmente, tumultuar o bom andamento Pregão Eletrônico 037/2019, este por sinal muito bem conduzido pela autoridade do Pregoeiro.

TB FIGUEIREDO NUNES SERVIÇOS GERAIS EPP:

Manifesta-se a recorrida que a recorrente (AMAZONIA CLEAN LIMPEZA E CONSERVAÇÃO EM PREDIOS EIRELI), inconformada com sua desclassificação do certame, alega que a referida decisão que a eliminou do pregão não merece ser mantida em razão de que instada a apresentar os documentos exigidos no prazo devido não o fez, gerando sua desclassificação, além de valor da proposta apresentada para o lote não está em conformidade com as exigências contidas no edital, gerando sua correta desclassificação. De outro lado a recorrente (LIMPAR LIMPEZA E CONSERVAÇÃO LTDA), inconformada com sua desclassificação do certame, alega que a referida decisão que a eliminou do pregão não merece ser mantida em razão de que instada a apresentar os documentos em não em conformidade com as exigências contidas no edital, gerando sua correta desclassificação.

Portanto, diante da não apresentação da documentação exigida pelo Edital, correta a decisão do Pregoeiro em declarar as empresas recorrentes inabilitadas para participar do certame, conforme item 9, subitem 9.6. Não há qualquer violação de norma legal na decisão do Pregoeiro, uma vez que os argumentos trazidos nas razões recursais das empresas recorrentes não se sustentam com documentos, sendo que se o edital possui qualquer nulidade, este deve ser objeto de ação judicial própria, não servindo esta instância recursal para análise deste tipo de argumentação.

Registre-se que a licitação pública deve SEMPRE observar e respeitar os princípios dispostos no artigo 37 da Constituição Federal, sendo eles inafastáveis. Dentre eles, o princípio da legalidade e da impessoalidade. A legalidade, como princípio da Administração (CF, art. 37, caput), significa que o administrador público está, em toda a sua atividade funcional, sujeito aos mandamentos da lei e às exigências do bem comum, e deles não se pode afastar ou desviar, sob pena de praticar ato inválido e expor-se a responsabilidade disciplinar, civil, e criminal, conforme o caso.

Já o princípio da impessoalidade é aquele para o qual a Administração deve adotar critérios objetivos e preestabelecidos para suas decisões. Ou seja, quando realizar um procedimento licitatório, deve aplicar critérios imparciais entre todos os participantes. Não pode a Administração ser subjetiva nas suas decisões e suas atitudes.

Não pode a Administração Pública, como querem as recorrentes em suas razões de recurso, quer que haja uma maleabilidade nas regras do edital, tampouco que as mesmas sejam interpretadas a seu favor, uma vez que estes atos ferem os princípios constitucionais que regem as licitações públicas e não podem ser flexibilizados sob qualquer pretexto.

Outro ponto que deve ser ressaltado, em oposição às argumentações contidas no recurso da recorrente (AMAZONIA CLEAN LIMPEZA E CONSERVAÇÃO EM PREDIOS EIRELI), é que o Pregoeiro, mesmo após aceitar a proposta de qualquer empresa concorrente e após recebimento dos documentos originais, será realizada uma nova apreciação da documentação apresentada pelas classificadas, ou seja, somente após a verificação e constatação da regularidade da proposta, e depois de analisados os documentos originais entregues pela empresa licitante, é que esta será considerada habilitada no processo, conforme o item 12.4 do edital, "Será DECLARADO vencedor o licitante que apresentar o menor preço e estiver regularmente habilitado, após o RECEBIMENTO E CONFERÊNCIA dos documentos originais de PROPOSTA DE PREÇOS e DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO". Quanto as razões da RECORRENTE (LIMPAR LIMPEZA E CONSERVAÇÃO LTDA), aduz ainda em suas razões que deveria ser apresentada e aceita sua proposta, considerando os valores por m² e não por posto/homem. Ocorre que, pelas normas constantes nos itens 8.1 e 8.2 do edital, as demais empresas concorrentes poderiam, também, apresentar também suas propostas por posto/homem, não havendo qualquer nulidade a respeito desse aspecto, mesmo que se

constituísse em exceção, por se tratar de alternativa assegurada pelo próprio edital.

Portanto, uma vez desrespeitadas as normas do edital pelas empresas recorrentes, correta a decisão do Pregoeiro em desclassificar as propostas das mesmas, ante as normas claras e especificadas no edital, inexistindo qualquer violação ao princípio da isonomia por terem as próprias recorrentes dado causa à sua desclassificação, inexistindo qualquer violação ao princípio da isonomia por ter as próprias recorrentes dado causa à sua desclassificação.

Considerando as RAZÕES DOS RECURSOS das empresas RECORRENTES e as CONTRARRAZÕES apresentadas das empresas RECORRIDAS, me manifesto nos seguintes termos:

DA ANÁLISE:

Inicialmente é importante destacar que a competência para julgamento dos recursos interpostos em sede de pregão eletrônico é exclusiva do Pregoeiro, conforme disposto no inciso VII, do artigo 11 do Decreto 5.450/05, devidamente prestigiada em decisão do TCU por meio do Acórdão 4.848/2010.

Decreto 5.450/05

(...)

Art. 11. Caberá ao pregoeiro, em especial:

(...)

VII - receber, examinar e decidir os recursos, encaminhando à autoridade competente quando mantiver sua decisão;

AC-4848-27/10-1

(...)

Assim, relativamente ao edital, a competência do pregoeiro é mais de intérprete, na medida em que as suas atribuições pertinentes ou legais são de decisão e resposta a impugnações e esclarecimentos, bem assim de recebimento, exame, exercício de retratação e decisão de recursos.

Sendo assim, convém ressaltar a notória obediência às regras estabelecidas no processo licitatório e em cada procedimento do certame. Os princípios e regras que regem o processo administrativo licitatório impelem à autoridade condutora do certame o dever de atuação isonômica, adstrita às regras do ato convocatório e extirpada de subjetivismos.

Com efeito, a atuação pautada na isonomia deve ser conjugada com os princípios da legalidade, da vinculação ao instrumento convocatório do julgamento objetivo, da moralidade dentre outros princípios que regem a atuação do agente público, de forma a assegurar a finalidade de obtenção da proposta mais vantajosa e a resguardar os direitos dos particulares.

O processo administrativo é formal, tal qual institui-se na Lei Federal nº 9.784/99, e é através dele que se registram os atos da Administração Pública.

Com assento constitucional e na Lei de Licitações Públicas, o princípio da isonomia constitui valor estruturante do procedimento licitatório. A bem da verdade, a igualdade afigura-se como elemento de existência da licitação. Vale dizer, não há que se falar em licitação sem falar em isonomia deferida pela Administração aos licitantes.

Nesse diapasão, o professor Lucas Rocha Furtado, ao estudar o princípio da isonomia, então compreendido pelo princípio da impessoalidade, ensina que:

(...)

A partir dessa perspectiva, o princípio da impessoalidade requer que a lei e a Administração Pública confirmem aos licitantes tratamentos isonômicos, vale dizer, não discriminatório. Todos são iguais perante a lei e o Estado.

Este é o preceito que se extrai da impessoalidade quando examinado sob a ótica da isonomia.

A isonomia, ou o dever que a Constituição impõe à Administração Pública de conferir tratamento não diferenciado entre os particulares, é que justifica a adoção de procedimentos como o concurso público para provimento de cargos ou empregos públicos ou a licitação para contratação de obras, serviços, fornecimentos ou alienações. Esta é a razão pela qual a própria Lei Federal nº 8.666/93 indica a isonomia como uma das finalidades da licitação". (Curso de Licitações e Contratos Administrativos, p. 37).

A partir de regras bem postas se afastam subjetivismos e interpretações tendenciosas do Gestor Público, de igual modo, essas regras permitem aos licitantes a apresentação de propostas completas, expurgadas de erros.

Com isso, dessume-se outro valor importante ao cumprimento do princípio da isonomia, que é o princípio da vinculação ao instrumento convocatório. Em razão deste princípio, os atores do procedimento licitatório, Administração Pública e particulares, estão inexoravelmente submetidos às regras contidas no Edital.

Tal postulado contribui para a concessão de tratamento igualitário aos licitantes, porquanto é no instrumento convocatório que estão contidas as regras estabelecidas. E, conforme visto, estas são indispensáveis para se garantir a isonomia aos particulares.

Outro importante vetor de promoção da isonomia na licitação pública, que também decorre do princípio da vinculação ao instrumento convocatório, é o princípio do julgamento objetivo.

As regras previamente postas devem ser autoaplicáveis, dispensando a emissão de juízos de valores do Gestor Público. Em outras palavras, o regulamento da licitação deve carrear, em si, regras de pronto entendimento, clarívidas por si só.

Primeiramente, temos a acrescentar quanto as argumentações das RAZÕES DOS RECURSOS pelas RECORRENTES, em que a fase de aceitação de propostas e habilitação constituem-se como etapa da licitação pública em que se busca verificar as condições daqueles que pretendem contratar com a Administração Pública, devendo os interessados atender a todas as exigências que a esse respeito sejam formuladas no instrumento convocatório, apenas pela transparência da licitação, nos seguintes termos:

Remetendo-se ao Acórdão do TCU 2345/2009 - Plenário, temos a seguinte redação:

"A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada (art. 41 da Lei nº 8.666/1993)".

É cediço que o procedimento é orientado por princípios, os quais estão previstos no caput do art. 3º da Lei Federal nº 8.666/93:

Art. 3º - A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

O item 9 do Edital estabelece o conjunto de normas e exigências a serem cumpridas por todas as Proponentes quando da apresentação de suas propostas. Ainda, em sua primeira citação, nos subitens 5.4 e 5.14, adverte que a proposta deverá estar em conformidade com as exigências do instrumento convocatório, conforme abaixo:

5.4. Como requisito para a participação no Pregão a licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, o pleno conhecimento e atendimento das exigências de habilitação, e ainda as previstas no Item 10 deste Edital, e que sua proposta está em conformidade com as exigências deste instrumento convocatório.

5.14. Serão desclassificadas as propostas que não atendam às exigências do presente Edital e seus Anexos, sejam omissas ou apresentem irregularidades, ou apresentem defeitos capazes de dificultar o seu julgamento.

Por outro lado, conforme subitem 10.3.4, letra "a", o documento exigido na Qualificação Técnica, pertinente a comprovação de capacidade técnica, comprovando através de atestado, que a licitante desempenha ou desempenhou atividade pertinente e compatível em características ao objeto licitado, cujo o mesmo deverá ser através de atestado, documento subscrito por terceiro alheio, que tem a finalidade de comprovar para a Administração Pública, a capacidade técnica do contratado, e não em forma de contrato, cujo conceito é formado pela vontade das partes, deve ser composto por uma ou mais parte interessada, no qual se estabelecem as cláusulas que criam, extinguem ou modificam o direito. Logo, o contrato não demonstra que o contratado executou "a contento" o objeto pactuado.

As propostas RECUSADAS e/ou INABILITADAS, dos licitantes RECORRENTES, devido a não inclusão de informações exigidas quando da formulação de proposta de preços e ausência de documento exigido na Qualificação Técnica, conforme me manifesto abaixo:

Observou-se que a RECORRENTE LIMPAR LIMPEZA E CONSERVAÇÃO LTDA., com propostas e recursos apresentados para todos os lotes, no mesmo teor, com propostas enviadas contendo erros de multiplicação e arredondamento, conforme parecer técnico, neste caso, se fosse convocada como remanescente, na ordem de classificação, seria concedido prazo para retificação das mesmas. O que não foi o caso, sendo posteriormente recusadas, após análise pelo pregoeiro, devido a licitante não atentando para o exigido no Edital quanto a formulação de proposta de preços, inclusive constando no próprio Edital, Anexo III, modelo de proposta de preços, ou seja, proposta apresentada com diversos erros, como ausência de informação do prazo de validade de proposta de preços exigida no subitem 9.1.3; informação quanto o prazo de início dos serviços exigida no subitem 9.1.4 e declarações exigidas nos subitens 9.2.1; 9.2.2 e 9.2.3, erros formais, neste caso não cabendo a retificação da mesma, por não se tratar de valor com dízimas ou arredondamento, conforme valores das planilhas em relação as suas propostas, ocorrido com outros licitantes, e sim no caso da RECORRENTE em referência a exigência quanto a formulação de proposta de preços. Onde a RECORRENTE com propostas recusadas somente para os lotes, cujos licitantes com propostas de menores valores foram convocados para "OPÇÃO DE LOTE", ocasionando que a mesma fosse convocada como remanescente apenas para os lotes 4;5;8 e 9, e não para os demais lotes, onde a RECORRENTE com propostas ofertadas cujos valores são superiores as propostas aceitas no sistema Comprasnet das licitantes vencedoras, cujas as mesmas foram aceitas pela área técnica e pregoeiro, tanto na fase de aceitação de proposta de preços como na fase de habilitação, estando aptas para contratação.

Observou-se que a RECORRENTE PRESTA CONSTRUTORA E SERVIÇOS GERAIS EIRELI, com proposta e recurso apresentado para o lote 8, com proposta aceita pela área técnica, sendo posteriormente recusada, após análise pelo pregoeiro devido a licitante não atentando para o exigido no Edital quanto a formulação de proposta de preços, inclusive constando no próprio Edital, Anexo III, modelo de proposta de preços, ou seja, proposta apresentada com diversos erros, como divergência da informação do prazo de validade de proposta de preços exigida no subitem 9.1.3; ausência da informação quanto o prazo de início dos serviços exigida no subitem 9.1.4 e declarações exigidas nos subitens 9.2.2 e 9.2.3, erros formais, não cabendo a retificação da mesma, por não se tratar de valor com dízimas ou arredondamento, conforme valores das planilhas em relação a sua proposta, ocorrido com outros licitantes. Onde a RECORRENTE com proposta recusada para o lote 8, cujos licitantes com propostas de menores valores foram convocados para "OPÇÃO DE LOTE", ocasionando que a mesma fosse convocada como remanescente.

Observou-se que a RECORRENTE LEGAL SOLUÇÕES CORPORATIVAS LTDA., com proposta e recurso apresentado para o lote 8, mesmo sendo aceita sua proposta e planilhas pela área técnica, passando-se para a fase de habilitação, onde a RECORRENTE foi inabilitada, conforme análise da área técnica, referente o documento exigido na Qualificação Técnica, não ter apresentado Atestado de Capacidade Técnica em conformidade com objeto licitado. A Qualificação Técnica tem a finalidade de aferir a aptidão técnica do licitante conferindo segurança à Administração Pública de que o mesmo possui pleno conhecimento técnico para a execução do contrato, caso se sagre vencedora do certame. Dentre os documentos arrolados taxativamente pela Lei de Licitações para cobrar dos licitantes para fins de Qualificação Técnica, existem os atestados de capacidade técnica que estão estipulados no artigo 30, II e § 1º, I, da Lei Federal nº 8.666/93. O atestado de capacidade tem a finalidade de comprovar para a Administração Pública, por intermédio de um documento subscrito por terceiro alheio à disputa licitatória, de que o licitante já executou o objeto licitado em outra oportunidade e a referida execução foi a contento, o que gerará

confiança e segurança à Administração licitadora de o aludido licitante possuir expertise técnica.

Observou-se que a RECORRENTE AMAZONIA CLEAN LIMPEZA E CONSERVAÇÃO EM PREDIOS EIRELI, com proposta provisoriamente vencedora após a fase de lances e recurso apresentado para o lote 9, onde sua proposta apresentada para o referido lote, contendo erros de multiplicação e arredondamento, conforme parecer técnico, foi convocada para retificação da mesma. Sendo Retificada a proposta, foi novamente encaminhado a área técnica para nova análise, aceita, passando-se para a fase de habilitação, inclusive sendo a licitante convocada várias vezes através do chat Comprasnet para atentar que não enviou algumas declarações, sendo solicitado para o envio das mesmas dentro do prazo de envio, o que foi feito, caso contrário sua proposta seria inabilitada. Estando todos os documentos exigidos e enviados dentro do prazo de envio, com posterior convocação para envio dos documentos originais ou cópias autenticadas aos termos do Lote 9, no prazo de 03 (três) dias úteis. Sendo recebidos em nossa CGL/PMB os documentos em tempo hábil, e após análise dos documentos originais ou cópias autenticadas, verificou que a proposta da RECORRENTE estava divergindo do exigido no Edital, ou seja, a licitante não atentou para o exigido no Edital quanto a formulação de proposta de preços, ou seja, proposta apresentada com diversos erros, como ausência da informação quanto o prazo de início dos serviços exigida no subitem 9.1.4 e declarações exigidas nos subitens 9.2.2 e 9.2.3. Ato contínuo, o pregoeiro revendo os seus atos, resolveu em atendimento ao princípio da isonomia entre os licitantes participantes do certame, inclusive os licitantes com propostas recusadas pelos mesmos motivos, a recusa da proposta da RECORRENTE, pelos motivos explanados acima.

Por oportuno, é importante destacar que as licitantes desclassificadas neste certame apresentaram propostas com falhas significativas que não poderiam ser saneadas sem a alteração substancial das mesmas. Além disso, nos lotes aonde houve uma diferença maior entre o lance ofertado pela licitante desclassificada e aquele oferecido pela licitante vencedora do certame, ocorreu, principalmente, em razão da escolha dos lotes (item 11 do edital, "OPÇÃO DE LOTE") pelas licitantes e não propriamente pela desclassificação destas.

Observe que as RECORRENTES em suas razões para os lotes, referiram-se apenas quanto a recusa de proposta e documento de qualificação técnica, argumentando e requerendo a desclassificação das licitantes RECORRIDAS. Com isso, considerando a necessidade de ouvir a área técnica, encaminhamos as RAZÕES e CONTRARRAZÕES, disponibilizadas no sistema Comprasnet, com vistas a subsidiar decisão do Pregoeiro, conforme a seguir:

Após avaliação das razões dos recursos realizados pelos licitantes; PRESTA CONSTRUTORA E SERVIÇOS GERAIS – EIRELI para o LOTE 08, LEGAL SOLUÇÕES CORPORATIVAS LTDA para o LOTE 08; AMAZÔNIA CLEAN LIMPEZA E CONSERVAÇÃO LTDA para o LOTE 09 e LIMPAR LIMPEZA E CONSERVAÇÃO LTDA; podemos relatar os seguintes fatos.

A Licitante PRESTA CONSTRUTORA E SERVIÇOS GERAIS – EIRELI, usando o direito de interpor o recurso com relação a decisão desta comissão discordando o seu julgamento por entender não ter cometido nenhum descumprimento das exigências editalícias e ainda sua proposta ter sido julgada incorretamente sem motivações para a sua eliminação. Contudo a proposta apresentada por este licitante descumprindo o item 9 deste edital deixando de apresentar em sua proposta, quando solicitado pelo pregoeiro, descumprindo as definições contidas no item 9 do edital. Itens como prazo de validade da proposta foi alterado de 120 para 60 dias, não apresenta por extenso o valor de sua proposta. Tais alterações descumprem e grande maioria das exigências do edital do item 09, desta forma esta comissão decide manter sua decisão inicial em desclassificar a proposta, NÃO ACATANDO o pedido do licitante.

A Licitante LEGAL SOLUÇÕES CORPORATIVAS LTDA, usando o direito de interpor o recurso com relação a decisão desta comissão discordando o seu julgamento por entender não ter cometido nenhum descumprimento das exigências editalícias e ainda sua proposta ter sido julgada incorretamente sem motivações para a sua eliminação. Contudo os atestados apresentados pelo licitante não apresenta serviços compatíveis com o objeto desejado "Serviços de limpeza e conservação" conforme exigido no item 10.3.4. "a) Atestado de Capacidade Técnica fornecida por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a empresa licitante desempenhou ou desempenha atividade pertinente e compatível em características ao objeto da licitação, deverá estar emitido em nome e com o CNPJ/MF da matriz e/ou da(s) filial(ais) da licitante."

Os Atestados apresentados pelo licitante não demonstram serviços de limpeza e conservação objeto deste edital. Tal motivo descumpri as exigências do edital, desta forma esta comissão decide manter sua decisão inicial em desclassificar a proposta, NÃO ACATANDO o pedido do licitante.

A Licitante AMAZÔNIA CLEAN LIMPEZA E CONSERVAÇÃO LTDA, não descumprindo nenhuma exigência técnica de atribuição e competências desta gerência técnica sendo desclassificada por outros motivos que não os de fundamentação técnica, portanto não competindo a gerência Técnica a sua avaliação ou justificativa, devendo ser avaliada por membros desta comissão com competências suficiente para análise ou justificativas necessárias.

A Licitante LIMPAR LIMPEZA E CONSERVAÇÃO LTDA, usando o direito de interpor o recurso com relação a decisão desta comissão discordando o seu julgamento por entender não ter cometido nenhum descumprimento das exigências editalícias e ainda sua proposta ter sido julgada incorretamente sem motivações para a sua eliminação. Contudo a proposta apresentada por este licitante descumprindo o item 9 deste edital deixando de apresentar em sua proposta, quando solicitado pelo pregoeiro, descumprindo as definições contidas no item 9 do edital. Itens como prazo de validade da proposta não apresentados na proposta, dentre outros.

Alguns questionamentos também com relação a exigência e julgamento desta comissão técnica em fazer análise unicamente com parâmetros em postos de serviço, isto não é verdade pois para a definição o quantitativo de postos apresentado em edital na TABELA I, definem os quantitativos através dos critérios contidos na IN que rege este regime de contratação, no entanto as características existentes nas entidades que compõem cada lote de serviço pra que esta administração possa realizar o controle dos serviços a serem realizados e aferidos para futura quitação de compromissos seja informando claramente o número de postos que ficara disponível para a contratação. Permitindo e subsidiando o gestor do contrato exigir o cumprimento do objeto contratado, desta forma esta comissão decide manter sua decisão inicial em desclassificar a proposta, NÃO ACATANDO o pedido do licitante.

CONCLUSÃO

Diante das colocações acima citadas esta equipe técnica decide MANTER as suas análises confirmando os licitantes anteriormente e classificados, indeferindo os pedidos realizados pelos licitantes, PRESTA CONSTRUTORA E SERVIÇOS GERAIS – EIRELI para o LOTE 08, LEGAL SOLUÇÕES CORPORATIVAS LTDA para o LOTE 08; AMAZÔNIA CLEAN LIMPEZA E CONSERVAÇÃO LTDA para o LOTE 09 e LIMPAR LIMPEZA E CONSERVAÇÃO LTDA permanecendo a classificação anteriormente divulgada no sistema.

Arnaldo Serruya
Diretoria Técnica
CGL/SEGE/PMB

Sendo assim, por tudo o que foi exposto acima, uma vez constatado pelo pregoeiro e área técnica competente que as alegações das RECORRENTES são improcedentes e que, ademais, existem erros/divergências nas propostas das referidas licitantes, bem como documento apresentado na Qualificação Técnica, não demonstrando em conformidade com objeto licitado, sendo insanáveis, este Pregoeiro resolve ratificar integralmente o parecer técnico para CONHECER dos recursos interpostos vez que regulares e tempestivos, porém, no mérito, NEGAR-LHES PROVIMENTO, mantendo, integralmente, a decisão recorrida, por seus próprios e também pelos fundamentos ora expostos.

Ante o exposto, em atendimento ao inc. XXI, do art. 4º da Lei Federal nº 10.520/02, dou CONHECIMENTO as RAZÕES DOS RECURSOS impetrados, ante a presença dos pressupostos de admissibilidade recursal, e no mérito, considerado as alegações apresentadas nas razões dos recursos, NEGAR PROVIMENTO aos mesmos consoantes as fundamentações ao norte elencadas, nos exatos termos do art. 27 do Decreto Federal nº 5.450/05. Os autos serão encaminhados à autoridade superior para deliberação.

Belém/PA, 06 de junho de 2019.

José Guedes da Costa Júnior
Pregoeiro/CGL/PMB

Fechar